

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos

Sara de Fátima dos Santos Araujo

UMA ANÁLISE SEMIÓTICA DE DISCURSOS DE POSSE DO PRESIDENTE LULA

Belo Horizonte

2025

Sara de Fátima dos Santos Araujo

UMA ANÁLISE SEMIÓTICA DE DISCURSOS DE POSSE DO PRESIDENTE LULA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Estudos Linguísticos.

Orientadora: Profa. Dra. Daniervelin Renata Marques Pereira

Belo Horizonte

2025

A663a Araújo, Sara de Fátima dos Santos.
Uma análise semiótica de discursos de posse do presidente Lula
[manuscrito]. – 2025.
1 recurso online (90 f.: il., fotos, p&b, color.): pdf.
Orientadora: Daniervelin Renata Marques Pereira.
Área de concentração: Estudos Linguísticos.
Linha de pesquisa: Análise do Discurso.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Letras.
Bibliografia: f. 81-90.

Exigências do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Lula, 1945- – Teses. 2. Discurso político – Teses. 3. Semiótica
– Teses. 4. Análise do discurso – Teses. I. Pereira, Daniervelin
Renata Marques. II. Universidade Federal de Minas Gerais.
Faculdade de Letras. III. Título.

CDD: 418



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FOLHA DE APROVAÇÃO

UMA ANÁLISE SEMIÓTICA DE DISCURSOS DE POSSE DO PRESIDENTE LULA

SARA DE FÁTIMA DOS SANTOS ARAÚJO

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Mestre em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, área de concentração LINGUÍSTICA DO TEXTO E DO DISCURSO, linha de pesquisa Análise do Discurso.

Aprovada em 20 de agosto de 2025, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Daniervelin Renata Marques Pereira - Orientadora UFMG

Prof(a). Luciano Magnoni Tocaia UFMG

Prof(a). Alexandre Marcelo Bueno

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Belo Horizonte, 20 de agosto de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Daniervelin Renata Marques Pereira, Professora do Magistério Superior**, em 12/09/2025, às 09:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Magnoni Tocaia, Professor do Magistério Superior**, em 15/09/2025, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Marcelo Bueno, Usuário Externo**, em 22/09/2025, às 22:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4513284** e o código CRC **47090374**.

Dedico este trabalho aos meus pais, que não tiveram a oportunidade de frequentar uma Universidade, mas que possuíam múltiplos saberes. Eu honro a imagem deles, que construíram suas histórias e teceram os seus projetos de vida de forma tão peculiar, deixando um legado de sabedoria e persistência.

AGRADECIMENTOS

Agora que paro para agradecer, dou-me conta de que são tantos os motivos e as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para que eu chegasse até aqui, que dificilmente conseguirei fazer jus a todos. O Mestrado foi o meu projeto, porque era algo que eu acreditava ser possível, mas estudar em uma Universidade Pública Federal foi mais do que eu poderia almejar.

Então, agradeço aos meus antepassados, que não tiveram a oportunidade de frequentar uma escola pública e muito menos uma universidade, por falta de condições sociais e culturais.

Aos meus pais, José Pedro e Geni Portela, imagem de sabedoria, de respeito e de carinho. Saudades que o tempo não leva. Exemplos de delicadeza e presença em todos os momentos. Mãe, o seu sorriso eu levo para a toda a minha vida. Pai, as suas sábias palavras me tornaram uma escavadora na busca do conhecimento.

Aos meus avôs, Rosaria e Valdemar: as nossas férias em Cláudio (MG) eram como se estivéssemos em outro tempo. Minha avó, à beira de forno assando quitandas, descrevia o mundo ao seu redor com uma magistratura inigualável.

Às minhas tias-avós:

Mulheres à frente de seu tempo que resignificaram as suas histórias, empoderando-se de uma época em que a mulher negra não tinha direito de fala, ou seja, não tinha voz. Era simplesmente um corpo assujeitado aos interesses de um grupo.

Tia Negrinha: uma mulher negra que foi escravizada e que se tornou empreendedora e dona de seu próprio negócio em uma sociedade masculinizada. E tornou-se um ícone e um exemplo de fortaleza, persistência e dedicação, um exemplo a ser seguido.

Tia Altina e Tia Inês: o que dizer destas mulheres negras que resignificaram as suas histórias.

Aos meus irmãos:

Ângela: a sua alegria contagia todos os momentos e todos à sua volta. No ano em que você nasceu, o Brasil estava passando por momentos difíceis na política – golpe de Estado e a deposição do presidente João Goulart. Mas você não nasceu neste ano por acaso; você veio para dizer “eu posso fazer a diferença”, e o seu sorriso é o diferente, não importam as dificuldades.

Agda: seus cuidados à nossa saúde e ao nosso bem-estar lhe tornam uma pessoa especial. Gratidão, pelos os almoços de fim de semana que são sempre recheados de debates e longas conversas sobre as suas viagens fonte de cultura para todos da família. No ano em que você nasceu, ocorreu a primeira grande greve no setor metalúrgico no Brasil desde que os militares tomaram o poder e grandes manifestações ocorreram no campo político e social. Assim, o seu nascimento foi tecido sobre estas premissas: cuidar e olhar o próximo como você olha para si mesma.

José Eustáquio: sempre disponível a ajudar com as suas palavras inovadoras e longos discursos – e quão longos eles são. Essa é a alegria dos finais de semana. No ano em que você nasceu, ocorreu a grande reforma ortográfica que foi sancionada pelo presidente Emílio Garrastazu Médici, aprovando, assim, as alterações na ortografia da língua portuguesa do Brasil. Seu nascimento não ocorreu por acaso neste ano: você representa o discurso livre.

Múcio: Quando Deus quer uma obra os obstáculos são meios para atingirmos um objetivo maior.

Regina: pela sua alegria e servidão – sempre pronta a ajudar as pessoas. Bênçãos sobre você.

Aos meus sobrinhos: José Pedro, Iago, Jade, Victor Hugo, Maria Eduarda, Fernanda, Pedro Pena, Pedro Feliciano, Vinicius, Igor, Ieda, Talita e Tamara. Que esta geração possa continuar este legado maravilhoso deixado pelos nossos antepassados: o de não desistir e o de não mudar os seus projetos em função do “Outro”. A vocês, deixo o meu conselho: persistência, objetividade e a busca constante pelo conhecimento, pois o conhecimento é um rio que faz vários percursos para atingir o seu objetivo, sem nunca desistir da caminhada, já que “a força fez os primeiros escravos, a covardia os perpetuou” (Rousseau).

À Lurdinha (minha tia do coração): o seu sorriso é a sua marca de registro. Está sempre disposta a estender suas mãos no sentido de ajudar as pessoas, seja com o seu sorriso, ou seja, com uma palavra. Gratidão eterna a você e ao Geraldo.

À dona Maria da Conceição Camargos: a Dona Fiinha, grande amiga e confidente da minha mãe, com a qual tenho o prazer de (re)visitá-la todos os dias. Esse foi o último pedido de minha mãe: “não esqueça de ir na casa da Fiinha”. Assim o fiz. Nossas tardes de conversas ficaram suspensas por um tempo devido aos meus estudos, mas já estou voltando. Agradeço por compartilhar seus conhecimentos, que ultrapassam a sua história.

À minha amiga/irmã: Angelita – amizade que atravessa o tempo. Não importa se estamos próximas ou distantes, a nossa amizade sempre existirá; ela é atemporal. Devido aos meus

compromissos de estudos, estou um pouco distante dos nossos bate-papos, mas sei que você compreende que é só por um período. Gratidão.

Ao Amarildo, meu companheiro de longas vidas, eu agradeço por estar ao meu lado e por compreender (mais ou menos) que devido aos meus compromissos de estudos, nem sempre é possível compartilharmos alguns momentos. Agradeço pelos nossos bate-papos sobre política e sobre os políticos no Brasil, momentos agradáveis de partilha.

Aos meus professores de línguas – Diego (inglês), Bira (francês), Bernardo (inglês instrumental) e Luzia Fonseca (redação e gramática) –, meu eterno agradecimento, pela paciência e pela persistência. Obrigada por não me deixarem desistir e principalmente por confiarem no meu potencial. Depois de muitas lágrimas... “Je parle france – Je loue á Dies” or “I speak inglês – I praise God”.

Aos meus analisandos: gratidão por entenderem a minha ausência. Houve dias em que as sessões tiveram de ser remarçadas ou canceladas devido a algum imprevisto durante o meu retorno a Divinópolis. O meu carinho e o meu cuidado especial.

Há pessoas que não preciso citar os nomes – elas já possuem um registro de bondade, carinho, respeito e sabedoria. A elas agradeço por entenderem a minha ausência em momentos importantes e por caminharem comigo e me apoiarem mesmo em silêncio.

Por último, mas com grande importância, agradeço a minha orientadora Daniervelin Renata Marques Pereira, que sempre esteve disposta a ensinar. Gratidão, por ser prestativa e atenciosa de forma tão solícita.

Deus... na pessoa de Jesus Cristo: esse é o legado que levo dos meus pais e que me sustentará em todos os momentos da minha vida terrena: a fé e a certeza de que tudo acontece no silêncio das orações.

“É graça divina começar bem. Graça maior é persistir na caminhada certa. Mas a graça das graças é não desistir nunca”.

Dom Hélder Câmara

“Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”.

Ângela Davis

RESUMO

A presente dissertação teve como objetivo analisar os discursos de posse de 2003 e 2023 do atual presidente Lula. Assim, este estudo se propôs a investigar como o enunciador desses discursos políticos se apresenta para o enunciatário. Para isso, utilizamos os conceitos de temas e figuras, bem como os percursos figurativos e temáticos, além de apresentar conceitos como *debreagem*, *embreagem*, *isotopia* e o *ethos* do enunciador. Então, o estudo embasa-se na teoria semiótica desenvolvida por Greimas, que tem como ferramenta metodológica o percurso gerativo de sentido, detendo-se, principalmente, no nível discursivo, em que a narrativa é assumida pelos sujeitos-políticos, utilizamos obras de autores da semiótica discursiva francesa, como Greimas e Courtés (2021); da semiótica brasileira Fiorin (1988, 2021a, 2021b, 2023), Barros (2002, 2008), Matte (2024) e Barros *et al.* (2025). Analisamos, também, o *ethos* do presidente Lula e suas estratégias discursivas, que reforçam sua imagem de um líder comprometido com o povo brasileiro na busca da igualdade social, ou, em outras palavras, um *ethos* de solidariedade que mostra-se digno de crédito. Assim, esta pesquisa contribuiu para uma compreensão mais significativa da eficácia dos discursos políticos que se destinam a persuadir e a convencer o destinatário com jogos de palavras com efeitos de verdade. Por fim, mostraremos, também, os argumentos empregados pelo presidente Lula em seus discursos de posse, como o discurso de autoridade, o argumento por comparação e o argumento de apelo ao povo. Este estudo ainda comparou os dois discursos, entrelaçando conceitos e revelando semelhanças e diferenças que permeiam tais discursos. A semelhança entre os discursos é revelada pela escolha do léxico, sendo assim concretizado através da tematização e figurativização presentes nos dois discursos. A diferença está no cenário político em que cada discurso foi pronunciado, bem como, na ruptura narrativa dos discursos de 2003 e 2023. No discurso de 2003 o discurso de posse do presidente Lula foi ancorado na desigualdade social e em 2023 o discurso de posse do presidente Lula teve como pauta a democratização.

Palavras-chave: Semiótica discursiva; discurso político; discurso de posse.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the posse speeches of 2003 and 2023 of the current president Lula. Thus, this study aims to investigate how the enunciator of these political speeches presents himself for the enunciation. For this, we use the concepts of themes and figures, as well as the figurative and thematic paths, in addition to presenting concepts such as debreagem, embreagem, isotopia and the ethos of the enunciator (Fiorin, 2021b; Barros, 2008). Furthermore, the study is based on the semiotic theory developed by Greimas (1966), which is considered as a methodological tool or gerative path of meaning, focusing mainly on the discursive level, since the narrative is assumed by political subjects, we use works by authors of Brazilian discursive semiotics, such as Fiorin (1988, 2021a, 2021b, 2023), Barros (2002, 2008) and Matte (2024). We also analyze President Lula's ethos and his discursive strategies, which reinforce his image as a leader committed to the Brazilian people in the pursuit of social equality, or, in other words, an ethos of solidarity that shows himself to be worthy of trust. Thus, this research contributes to a more meaningful understanding of the effectiveness of political speeches that aim to persuade and convince the recipient with wordplay that has the effect of truth. Finally, we will also show how this research outlines the linguistic arguments President Lula used in his speeches at different moments of his political career. This study also compares the two speeches, interweaves concepts and reveals similarities and differences that permeate these speeches. The similarity between the speeches is revealed by the choice of lexicon, thus being concretized through the thematization and figuration present in both speeches. The difference lies in the political context in which each speech was delivered, as well as in the discursive rupture between 2003 and 2023. In the 2003 inaugural address, President Lula's speech was anchored in social inequality, whereas in 2023 his inaugural address focused on democratization.

Keywords: Semiotics; political discourse; inauguration speech.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Índice de figuras

Figura 1 – Os níveis do percurso gerativo de sentido	19
Figura 2 – Quadrado semiótico	20
Figura 3 – Nível narrativo	21
Figura 4 – Representação dos <i>ethos</i>	30
Figura 5 – Esquema de níveis enunciativos	32
Figura 6 – apresenta o quadrado com as modalidades veridictórias.	46
Figura 7 – cerimônia de posse em 2023.	55
Figura 8 – Temas e figuras no discurso de 2003.	70
Figura 9 – Temas e figuras no discurso de 2023.	71

Índice de quadros

Quadro 1 – Estruturas narrativas	23
Quadro 2 – Função da Veridicção conforme a Soma dos Funtivos Imanência e Manifestação.	47

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 TEORIA SEMIÓTICA DO TEXTO E DO DISCURSO.....	16
2.1 Enunciação	25
2.1.2 <i>Ethos</i>	29
2.1.3 Projeções da enunciação.....	32
2.1.4 Semântica discursiva: tematização e figurativização	34
2.1.4.1 Isotopia no campo semiótico	37
3 DISCURSO POLÍTICO	41
3.1 Contrato de veridicção	46
3.2 A relação entre política e poder.....	49
4 METODOLOGIA	51
5 ANÁLISE SEMIÓTICA.....	53
5.1 Contextualização social e histórica	53
5.1.1 Transmissão de faixa presidencial – 2003.....	53
5.1.2 Transmissão de faixa presidencial – 2023.....	54
5.2 Análise do discurso de posse 2003.....	55
5.3 Análise do discurso de posse 2023.....	61
6 <i>ETHOS</i> DO PRESIDENTE LULA.....	65
7 CONCLUSÃO	73
REFERÊNCIAS	76
ANEXOS	81
ANEXO A - O discurso de posse de Luiz Inácio Lula da Silva, realizado em Brasília, em 1 de janeiro de 2003.....	81
ANEXO B – Discurso do presidente Lula no Parlatório do Palácio do Planalto.....	84
Lula acena para o público, em Brasília (2023).....	84

1 INTRODUÇÃO

A Análise do Discurso (AD), como campo de pesquisa, é resultado da evolução das ciências da linguagem. Essa ciência tem como objeto o discurso, que é a palavra em movimento e o lugar por excelência das determinações sociais, pois é produzido por sujeitos revestidos de crenças, valores e ideologias.

Assim, a Análise do discurso tornou-se “[...]um encontro entre a linguística e a história” (Courtine, 2023, p. 36). Nesse sentido, a análise do discurso não visa limitar e caracterizar textos, mas identificar, descrever e interpretar os enunciados.

Com isso, diferentes estudos do discurso, com princípios teóricos e metodológicos, propõem caminhos diversos para o seu exame.

Desta forma, um discurso reúne múltiplos significados, que possibilitam várias interpretações. Nessa perspectiva, Fiorin (2012, p. 146) ressalta que:

[...] um discurso não se constrói sobre a realidade, mas sempre sobre outro discurso. Assim, a conexão com o que está fora do discurso é uma vinculação com outro discurso. O discurso é um objeto linguístico e um objeto histórico, o que significa que ele é uma construção linguística, gerada por um sistema de regras que define sua especificidade, mas, ao mesmo tempo, que nem tudo é dizível. Uma teoria do discurso deve, ao mesmo tempo, possibilitar a análise do funcionamento discursivo e de sua inscrição histórica.

Neste sentido, o discurso pode ser compreendido como objeto cultural e histórico e está ligado à sua produção a partir de relações com outros textos. Considerando-se que o discurso tem por objetivo projetar para fora de si uma determinada emoção e uma realidade, isto é, uma determinada concepção de verdade, o objeto de estudo desta dissertação é, assim, o discurso político. Precisamente nosso *corpus* é composto por dois discursos de posse, um realizado em 2003 e outro em 2023, pelo então eleito presidente Luiz Inácio Lula da Silva (conhecido como Lula).

O discurso da posse de 2007 não será objeto de análise deste *corpus* porque foi analisado por nós como discurso muito semelhante ao da posse de 2003, sendo, portanto, um discurso de continuidade e não de transição. Assim, o atual presidente Lula procurou manter, neste discurso, o compromisso já firmado com o povo e o seu país, reforçando a importância da erradicação da fome e da diminuição da desigualdade, ou seja, um discurso político de aproximação com o seu eleitor e o seu perfil desde 2003.

Com a análise dos discursos de posse, buscamos chegar às estratégias discursivas do sujeito-político, permitindo, em alguma medida, identificar traços do seu estilo, já que contamos com um *corpus* de dois dos três discursos de posse desse sujeito. Neste sentido, esta pesquisa propôs verificar como os discursos políticos analisados estabelecem uma aproximação entre o sujeito-eleito e o

sujeito-eleitor, tendo em vista que os sujeitos-eleitos, como sujeitos-políticos, entrecruzam conceitos, ideias e crenças, a fim de criar efeitos de identificação com o sujeito-eleitor.

Há uma certa inquietação que motivou esta pesquisa, pois o jogo do poder político no Brasil tem gerado uma série de discursos de ódio e extremistas, criando diversos tipos de violência. Esse contexto violento influencia profundamente a compreensão do que é ser um sujeito-político nesse cenário de múltiplos interesses, em que a linguagem utilizada nos discursos por esse sujeito-político é revestida de significação e estratégias discursivas. Nessa ótica, o sujeito-político utiliza várias estratégias argumentativas para convencer o sujeito-eleitor com efeitos de sentido de “verdade” e argumentos persuasivos. Por isso, esse sujeito-político modela seus sentimentos, suas emoções, suas ações e suas vontades, utilizando, como instrumento, as estratégias discursivas e interpretativas.

Sendo assim, entendemos, a partir de nossas leituras, que a linguagem utilizada no discurso político contém intenções e estratégias comunicacionais que visam ao convencimento e à persuasão.

É importante considerar, que o discurso político busca convencer o outro sobre uma determinada ideia, influenciando-o em seus valores por meio da argumentação. Nesse contexto, os discursos políticos são sempre atravessados por polêmicas e conflitos comunicativos. Tais polêmicas são descritas como uma estratégia discursiva que se volta à desqualificação completa de um ponto de vista antagônico.

Convém acentuar que são muitas as polêmicas e reflexões sobre os conteúdos ideológicos de um discurso político que visa convencer o enunciatário da natureza do conteúdo discursivo.

São muitas as questões que podem ser analisadas em discursos políticos. Neste sentido, Fiorin (2012, p. 162) ressalta que:

o caráter político de um discurso, oral ou escrito, não poderia ater-se apenas, nem mesmo prioritariamente, ao fato de que ele “fala de política” (critério semântico), mas depende muito mais do fato de que, ao fazê-lo, realiza certos tipos de atos sociais transformadores das relações intersubjetivas (critérios sintático e pragmático), estabelece sujeitos “autorizados” (com “direito à palavra”), instala “deveres”, cria “expectativa”, instaura “a confiança”, e assim por diante.

Deste modo, a presente pesquisa teve como objetivo geral analisar, pela Semiótica Discursiva, especificamente pelo nível discursivo (sintaxe e semântica), dois discursos de posse de Lula, de 2003 e 2023. Para alcançar o objetivo geral, definimos os seguintes objetivos específicos:

- a) analisar os discursos do ponto de vista ideológico, pela investigação dos temas e figuras, bem como os percursos figurativos e temáticos;
- b) analisar a configuração sintática dos discursos pelo estudo das categorias de pessoas, tempo e espaço;
- c) investigar como os elementos analisados contribuem para os procedimentos argumentativos adotados nos textos e

d) analisar, por fim, como ocorre a construção da imagem do enunciador, ou seja, o *ethos* do enunciador, e a imagem do enunciatário criada nesses discursos.

Consideramos a pesquisa atual porque analisa dois discursos de posse do presidente Lula, nos permitindo estudar um tema que ainda não foi tão explorado dentro da perspectiva semiótica. Além disso, a pesquisa se justificou por contribuir com os estudos existentes dentro da literatura, uma vez que identificamos que esses estudos abordaram o tema sob outros pontos de vista diferentes do que foram lançados sobre o objeto neste trabalho.

Na revisão bibliográfica realizada, não encontramos trabalhos que façam uma relação entre os dois discursos de posse. Tendo em vista que este trabalho se inscreve na área de AD e recorta o discurso político como foco, consideramos pertinente examinar um objeto pouco investigado, cujos resultados pudessem trazer contribuições para as pesquisas na área. No entanto, faz-se necessário apontar a dissertação de mestrado de Monica Galhardo Ribeiro intitulada “*O ator da Enunciação no pronunciamento de Luiz Inácio Lula da Silva, em 1º de janeiro de 2023, no Parlatório do Palácio do Planalto*”, tendo como orientador o Prof. Dr. José Gaston Hilgert, que faz referência ao discurso de posse de 2023. Com base no que foi exposto acima, a pesquisa pode ter relevância para os estudos do discurso político pela semiótica discursiva como teoria de análise do texto e do discurso. Para enriquecer nossas reflexões, recorreremos a divulgadores da semiótica discursiva francesa como Algirdas Julien Greimas (1973), Greimas e Courtés (2021); da semiótica brasileira Fiorin (1988, 1993, 2021a, 2021b, 2023), Barros (2002, 2008), Matte (2024), Barros *et al.* (2025), trazendo também à discussão a contribuição de outros autores como Bueno *et al.* (2019, 2023) e Demuru (2024).

Buscamos tecer reflexões sobre a importância dessa perspectiva semiótica para estudo de discursos políticos a partir das propostas elaboradas por Algirdas Julien Greimas.

Assim, a pesquisa está disposta em cinco capítulos. No primeiro capítulo, são apresentados os fundamentos teóricos utilizados nesta pesquisa: buscamos explicar como os discursos políticos criam determinados conceitos de verdade(s) e explicamos a relação entre a linguagem e o discurso político, sobretudo o discurso de posse que visa colocar em circulação a imagem da “pessoas comum” (Barros *et al.*, 2025) que expressa opiniões pessoais, estabelece prioridades e busca consolidar o seu apoio a população, ou seja, um discurso que possui um conjunto de elementos com efeito de verdade, descrevemos o conceito de *ethos* e como se constrói a imagem do enunciador, isto é, o ator da enunciação. Assim, relacionamos os múltiplos papéis do *ethos* enquanto estratégia do discurso político, também apresentamos a sintaxe discursiva, incluindo conceitos como a debreagem e a embreagem e quais são os seus efeitos em um discurso político. Apresentamos, ainda, o conceito de tematização, figurativização e isotopia, que fazem parte da semântica discursiva.

No segundo capítulo, discutimos sobre o poder do discurso político que visa a convencer e a persuadir o sujeito-eleitor, buscamos definir o que é o discurso político em um cenário de múltiplos interesses. Dentro desse capítulo, ainda explicamos o conceito de contrato de veridicção na visão de Greimas e Courtés (2021) e (Barros *et al.*, 2025) entre outros autores.

No terceiro capítulo, são abordados os aspectos metodológicos do estudo. A abordagem utilizada nas análises dos *corpora* é qualitativa e quanto aos procedimentos técnicos da pesquisa é bibliográfica com uma base teórica encontrada em livros, teses de doutorado, dissertações de mestrado e artigos. O método científico foi definido de acordo com Prodanov e Freitas (2013), Paiva (2019), entre outros.

No quarto capítulo, trazemos a análise semiótica dos dois discursos de posse, contextualização social, análise detalhada dos discursos de 2003 e 2023 e quais os argumentos linguísticos estão sendo apresentados nesses discursos. No quinto capítulo, analiso o *ethos* do presidente Lula a partir dos dois discursos políticos na perspectiva de examinar a importância da linguagem na construção do *ethos*. No discurso de 2003 partimos do estudo do *ethos* da *competência*, *humanidade* e da *solidariedade*. Em 2023 estudamos o *ethos*: *da coragem*, *de carisma*, *de competência*, *de humanidade* e *de solidariedade*.

No último capítulo, das considerações finais, a pesquisa é concluída, dissertando acerca do percurso percorrido.

2 TEORIA SEMIÓTICA DO TEXTO E DO DISCURSO

Neste capítulo são apresentados os principais conceitos usados em nossa pesquisa. Apresentamos a teoria semiótica com foco em seu percurso gerativo de sentido, especialmente no nível discursivo.

Há que se considerar que o estudo das linguagens e dos signos é um fenômeno antigo. No entanto, a Semiótica só se tornou conhecida como uma ciência dos signos, da significação e da cultura no século XX. Ainda nesse século, o desenvolvimento da linguística estrutural representou um dos acontecimentos mais significativos do pensamento científico. O suíço Ferdinand de Saussure, precursor dessa teoria linguística enquanto ciência, muito contribuiu para o desenvolvimento da Semiótica Discursiva. Entre essas contribuições, estão a noção de língua, as relações sintagmáticas e paradigmáticas e os conceitos de significante e significado.

Para Fiorin (2006, p. 17), a língua é “um todo por si e um princípio de classificação”, ou seja, é um sistema de signos que exprime ideias. Assim, o signo é a união de uma imagem acústica com um conceito, isto é, um significante e um significado, que serve para expressá-lo, manifestá-lo e veiculá-lo. Portanto, a língua, na concepção de Saussure, é um sistema de signos que formam unidades que se relacionam, criando um todo da linguagem. E essa linguagem é, ao mesmo tempo, um produto social e individual.

Sob essa ótica, Fiorin (2021a) postula que a leitura de Saussure é atual. Apesar de o linguista não ter considerado explicitamente a relação entre a linguagem e a história, é possível notar a presença desses dois conceitos quando ele declarou que a Linguística fazia parte de uma ciência geral. Dessa forma, para expor seu ponto de vista, Fiorin (2021a, p. 13) ressalta:

No âmbito da linguagem, o que pertence à ordem da História é o discurso e não o sistema. Ora, como se passa deste àquele? Com a enunciação, ou seja, temporalizando, espacializando e actorializando a linguagem. [...] o homem foi submetido às coerções dessas que são três categorias enunciativas. Colocar o homem na História é enunciá-lo.

Neste sentido, segundo o mesmo autor, é no discurso que a língua se torna uma atividade social e é assumida por uma instância individual, sem se dispersar em infinitas falas. Fiorin (2021a) caracteriza o discurso pelas relações que se estabelecem entre as categorias de pessoa, tempo, espaço do enunciado e a instância de sua enunciação. Portanto, o discurso é formado por estruturas sintático-semânticas narrativas que o sustentam e o organizam. Neste sentido, a Semiótica se propõe como teoria da significação para analisar as diferentes manifestações possíveis da significação.

Na visão de Demuru (2024, p. 255) a semiótica pode ser interpretada “como lente para entender como age e se articula o discurso político”, pois a semiótica possibilita compreender as

estratégias discursivas utilizada pelos políticos do nosso tempo.

Para Fontanille (2019, p. 83) o discurso é assim definido:

O discurso é a unidade de análise da Semiótica. Ele permite apreender não somente os produtos cristalizados ou convencionais da atividade semiótica (os signos, por exemplo), mas também, e principalmente, os próprios atos semióticos. Pois o discurso é uma enunciação em ato e este ato é, primeiramente, um ato de presença: a instância de discurso não é um autômato que exerce uma capacidade de linguagem, mas uma presença humana, um corpo sensível que se exprime. Além disso, quando se escolhe como ponto de partida o discurso, dá-se conta rapidamente de que as formas cristalizadas ou convencionais que nele encontramos estão longe de serem unicamente signos, pois uma das propriedades mais interessantes do discurso é a sua capacidade em *esquematizar* globalmente nossas representações e nossas experiências. Do mesmo modo, o estudo dos esquemas do discurso toma rapidamente o lugar do estudo dos signos propriamente ditos.

A teoria semiótica desenvolvida por Algirdas Julien Greimas (1966) tem por objeto de estudo a produção e a interpretação dos discursos manifestados em textos. Assim, Barros (2008, p. 8) explica que o texto busca descrever o que dizem e como fazem para dizer o que dizem, através do exame dos “procedimentos da organização textual e, ao mesmo tempo, dos mecanismos enunciativos de produção e de recepção do texto”. A autora esclarece que a noção de texto, objeto de estudo da Semiótica, pode ser tanto um texto linguístico oral ou escrito, um discurso político, um romance, uma poesia, entre outros.

Barros (2008, p. 5-6) ainda explica que a Semiótica é vista como uma teoria que se “(pre)ocupa com o texto” e ressalta que:

[a] linguística foi, durante muito tempo, uma teoria da língua e da linguagem que não ia além das dimensões da frase, seja por acreditarem alguns ser a frase a unidade linguística por excelência, seja por dificuldades práticas de outros que reconhecem unidades maiores que a frase. A essa delimitação da linguística soma-se mais uma, a de ser **linguística da língua**, e de deixar, para outros campos do conhecimento, as questões de uso da língua ou as implicações do contexto social e histórico dos falantes. (grifos no original).

Desse modo, a autora reconhece, a partir da perspectiva greimasiana, que a Semiótica tem por objeto o texto como um todo, principalmente no que se refere à aceitação de o texto não ser a simples soma de frases. Por isso, tornou-se necessária uma linguística do texto ou do discurso. A autora também esclarece que:

[um] texto define-se de duas formas que se complementam: pela organização ou estruturação que faz dele um “todo de sentido”, como objeto da comunicação que se estabelece entre um destinador e um destinatário. A primeira concepção de texto, entendido como **objeto de significação**, faz que seu estudo se confunda com o exame dos procedimentos e mecanismos que o estruturam, que o tecem como um “todo de sentido”. A esse tipo de descrição tem-se atribuído o nome **de análise interna ou estrutural do texto**. Diferentes teorias voltam-se para essa análise do

texto, a partir de princípios e com métodos e técnicas diferentes. A semiótica é uma delas (Barros, 2008, p. 7), (grifos no original).

Ampliando um pouco mais a noção de Semiótica, podemos, assim, conceituá-la como uma teoria da significação, sendo caracterizada, primeiramente, como uma construção conceptual, ou seja, das condições da percepção e da produção do sentido. Assim, a análise interna ou estrutural do texto tem como objeto de estudo a significação. Com isso, a Semiótica se tornou relativamente independente da Linguística pelo fato de se ocupar do texto, e não da frase, além de englobar a análise de outras linguagens não verbais. Tal autonomia esteve ancorada nos estudos da psicanálise, do estruturalismo, entre outros conceitos, em que o texto surge como uma realidade estruturalmente diferente da frase. Assim, Barros (*ibidem*) menciona que:

[a] segunda caracterização de texto não mais o toma como **objeto de significação**, mas **como objeto de comunicação** entre dois sujeitos. Assim concebido, o texto encontra seu lugar entre os objetos culturais, inserido numa sociedade (de classes) e determinado por formações ideológicas específicas. Nesse caso, o texto precisa ser examinado em relação ao contexto sócio-histórico que o envolve e que, em última instância, lhe atribui sentido. Teorias diversas têm também procurado examinar o texto desse ponto de vista, cumprindo o que se costuma denominar **análise externa do texto** (grifos no original).

Nessa ótica, o texto só existe nessa dualidade que o define como objeto de significação e objeto de comunicação. Assim, o sentido de um texto está fortemente ligado à sua produção e ao seu discurso, pois um texto não transmite apenas conteúdos explícitos, mas também conteúdos implícitos. Portanto, diferentes teóricos vêm formulando diversas teorias do discurso para que possamos, com mais eficácia, interpretar e redigir textos (Fiorin, 2021b). Segundo o autor, um texto deve ser visto a partir de duas áreas complementares: os mecanismos sintáticos e semânticos responsáveis pela produção do sentido e a compreensão do discurso como objeto cultural, produzido a partir de relações com outros textos. Neste sentido, o texto é a manifestação de um discurso que diz mais do que se está apresentando. Por fim, na visão do autor (2021a), a grande contribuição da Semiótica Discursiva refere-se a uma metodologia direcionada para a leitura e a análise de textos a partir de níveis, o que recebe o nome de percurso gerativo de sentido. Esse percurso é “uma sucessão de patamares, cada um dos quais suscetível de receber uma descrição adequada, que mostra como se produz e se interpreta o sentido num processo que vai do mais simples ao mais complexo” (Fiorin, 2021b, p. 20). Segundo o autor, esses patamares se dividem em três estruturas, conforme a Figura 1:

Figura 1 – Os níveis do percurso gerativo de sentido



Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

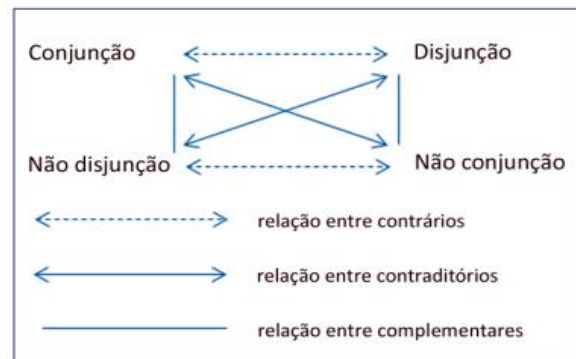
Para cada uma dessas estruturas fundamentais, narrativas e discursivas, existem um componente sintático e um componente semântico.

O primeiro dos três níveis do percurso gerativo de sentido, o nível fundamental, representa a instância inicial que procura explicar os níveis mais abstratos do texto, do funcionamento e da interpretação de um discurso. Para disso, se organiza em torno de uma oposição semântica básica, sendo o mais abstrato de todos. Os elementos de uma categoria semântica do nível fundamental de base de um texto recebem uma qualificação eufórica quando são considerados valores positivos e outros são qualificados de disfóricos e são vistos “como um valor negativo” (Fiorin, 2021b, p. 23). Essas relações entre os termos de oposição são a primeira condição para a narratividade, uma vez que as estruturas fundamentais se transformam em estruturas narrativas e estas se transformam em discurso. É por meio da categoria semântica do nível fundamental que se dá “sentido ao conjunto de elementos do nível superficial” (Fiorin, 2021b, p. 27).

No nível fundamental, explicamos a existência da significação como uma estrutura elementar em que a rede de relação da narrativa do texto se reduz a uma única relação por diferença ou oposição (Barros, 2008). É necessário que, nessa relação, haja algo em comum entre seus termos e que se estabeleça uma diferença, por uma relação de contrariedade (Fiorin, 2021b). Essa relação é de diferença ou de oposição “entre dois termos dos conteúdos fundamentais das relações estruturadas em um mesmo eixo semântico” do texto e é representada por um modelo denominado “quadrado semiótico” (Barros, 2008, p. 78). Como apresentado e esquematizado na Figura 2, ainda temos mais

dois tipos de relações possíveis: contradição e complementaridade.

Figura 2 – Quadrado semiótico

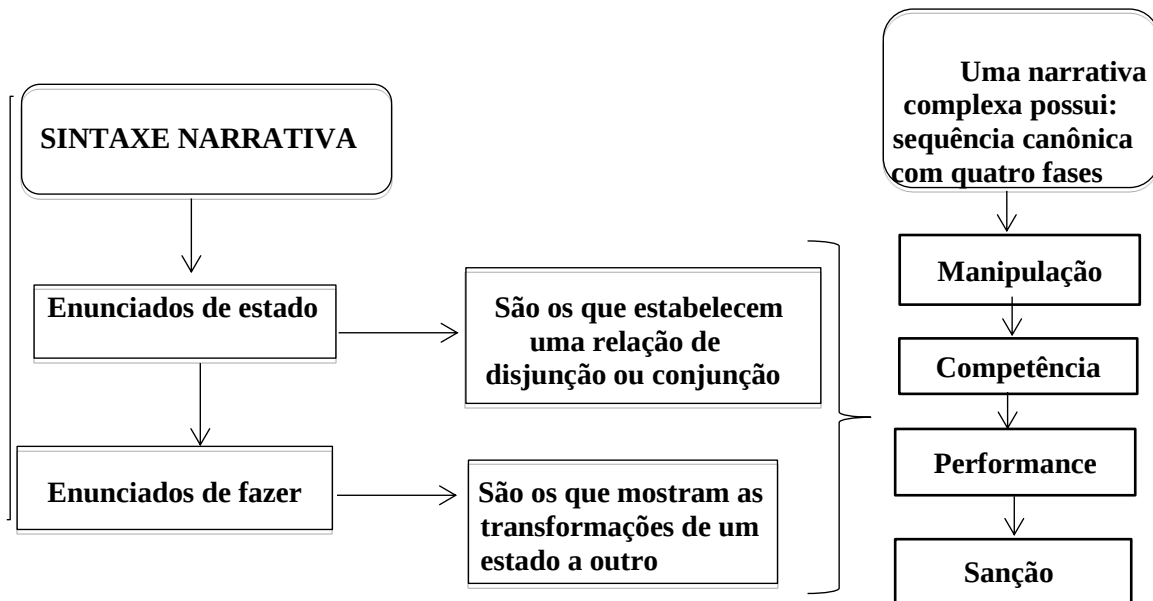


Fonte: elaborado a partir do quadro semiótico de Barros (2008, p. 78).

O quadrado semiótico é definido como uma representação da “articulação lógica de uma categoria semântica qualquer”, ou seja, de uma estrutura elementar da significação definida como relação entre dois termos e que se apoia “sobre uma distinção de oposição” (Greimas; Courtés, 2021, p. 400).

O segundo dos três níveis, o nível narrativo (sistematizado na Figura 3), tem como foco o estudo da narratividade dos textos. No entanto, é preciso distinguir narratividade de narração, pois esta “concerne a uma determinada classe de textos, enquanto que a narratividade é uma transformação situada entre dois estados sucessivos e diferentes [...], quando se tem um estado inicial, uma transformação e um estado final” (Fiorin, 2021b, p. 27-28). Dois conceitos são importantes no estudo da narratividade nos textos – o sujeito e objeto –, pois a transformação se dá a partir dessa relação. É importante destacar que não se pode confundir sujeito com pessoa e objeto com coisa, pois “sujeito e objeto são papéis narrativos que podem ser representados num nível superficial por coisas, pessoas ou animais” (Fiorin, 2021b, p. 29). A narratividade é, então, uma transformação situada entre dois estados sucessivos e diferentes (sujeito de estado e sujeito de fazer).

Figura 3 – Nível narrativo



Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

Courtés (1979) define os enunciados de estado e os enunciados de fazer a partir de duas descrições de sujeito: sujeitos de estado e sujeitos de fazer, considerando que:

os primeiros, que devido às suas junções (conjunção e disjunção) com os objectos, como depositários dos valores, e os segundos como sujeitos agentes que, operando junções transformam os primeiros. Os sujeitos de estado definem-se, na sua existência semiótica, pelas suas propriedades (qualificações, atribuições): com efeito, eles só podem ser reconhecidos como sujeitos na medida em que estão em relação com o objecto de valor e participam em diferentes universos axiológicos; os objectos de valor, por sua vez, só são valores se forem objectos visados pelos sujeitos. Portanto, a representação canônica do sujeito só pode tomar a forma de um *enunciado de estado*, cuja função é constituída pela relação entre o sujeito e o objecto. Os enunciados de fazer – o sujeito de fazer opera transformações que se situam entre os estados. (Courtés, 1979, p. 18).

Ao estudar as maneiras como o sujeito se apresenta no enunciado, a definição de Courtés (1979) se torna coerente, quando ele estabelece duas formas distintas de analisar os sujeitos. De forma que “os enunciados de fazer e os enunciados de estado, são, portanto, apenas representações lógico-semânticas dos actos e dos estados” (Courtés, 1979, p. 19).

Ainda no nível narrativo, observa-se a existência de uma sequência canônica de quatro níveis: a manipulação, a competência, a performance e a sanção. Assim, “na fase da manipulação, um sujeito age sobre o outro para levá-lo a querer e/ou dever fazer alguma coisa” (Fiorin, 2021, p. 29). Para compreender os sentidos associados à manipulação em um discurso político, é necessário entender a relação entre manipulador e manipulado, pois esse discurso é proferido de tal maneira que leve ao sujeito a /querer/ ou /dever/ ser ou fazer algo. Essa manipulação se baseia em um contrato

fiduciário que depende de um fazer interpretativo do destinatário e pode se manifestar sob qualquer um dos quatro tipos do nível narrativo: sedução, tentação, provocação ou intimidação.

Bueno (2023, p. 137) ressalta sobre esse conceito de manipulação:

[é] no regime de manipulação que se torna possível retomar o princípio de intencionalidade na interação. De um lado, há as estratégias de tentação e de intimidação que tiram sua eficácia manipulatória do valor positivo ou negativo do objeto e, no limite, pode ser considerado como um acordo entre destinador e destinatário por meio do contrato (em que se prevê o prêmio ou a punição). Nessas duas estratégias, a intencionalidade é de ordem objetiva. De outro lado, as estratégias da sedução e da provocação envolvem a valorização ou a desvalorização da imagem do destinatário. Nesse caso, a intencionalidade é subjetiva. A manipulação envolve, ainda, a competência modal do sujeito do fazer, o que não é garantia de qualquer tipo de sucesso na interação. Há, então, certa imprevisibilidade na manipulação, porque ela envolve sistemas de valores, interpretação, preferências e gostos distintos entre o manipulador-destinador e o destinatário.

Assim, a manipulação está ancorada em uma ação do homem sobre outros homens, e esse processo visa levá-los a querer e/ou dever fazer alguma coisa, pois, na manipulação, o destinador propõe um contrato e exerce a persuasão para convencer o destinatário a aceitá-lo. (Barros, 2008).

Se por um lado, como já discutimos a manipulação visa ao convencimento de que é verdade o que está sendo pronunciado naquele discurso, então a manipulação pode ser vista como um espetáculo, tendo em vista que o manipular joga com as palavras e, afirma sua própria verdade. Com isso, o encadeamento de programas narrativos compõe o percurso narrativo, que engloba o percurso do sujeito. Este é subdividido em “percurso do destinador-manipulador e percurso do destinador-julgador”. Assim, Barros (2008, p. 28) conclui que “no percurso do destinador-manipulador, o programa de competência é examinado não na perspectiva do sujeito de estado que recebe os valores modais, mas do ponto de vista do sujeito doador ou destinador desses valores”.

Barros (2002, p. 37) retoma a questão da manipulação e esclarecer que ela:

[...] tem a estrutura contratual da comunicação. O destinador-manipulador transforma a competência modal do destinatário ao colocá-lo, durante a comunicação, em posição de falta de liberdade ou de não poder não aceitar o contrato proposto. O destinatário é levado a efetuar uma escolha forçada. O destinador emprega, para tanto, a *persuasão*, articulada no *fazer persuasivo* que exerce e no *fazer interpretativo*, por conta do destinatário. O fazer persuasivo define-se como um *fazer-criar* e, secundariamente, como um *fazer-saber*, e o fazer interpretativo, como o *criar*, ou melhor, como um ato epistêmico que leva a criar. Em resumo, o percurso do destinador-manipulador pode ser desmembrado em três etapas: o contrato fiduciário, em que é estabelecido um mínimo de confiança; o espaço cognitivo da persuasão e da interpretação; a aceitação ou recusa do contrato.

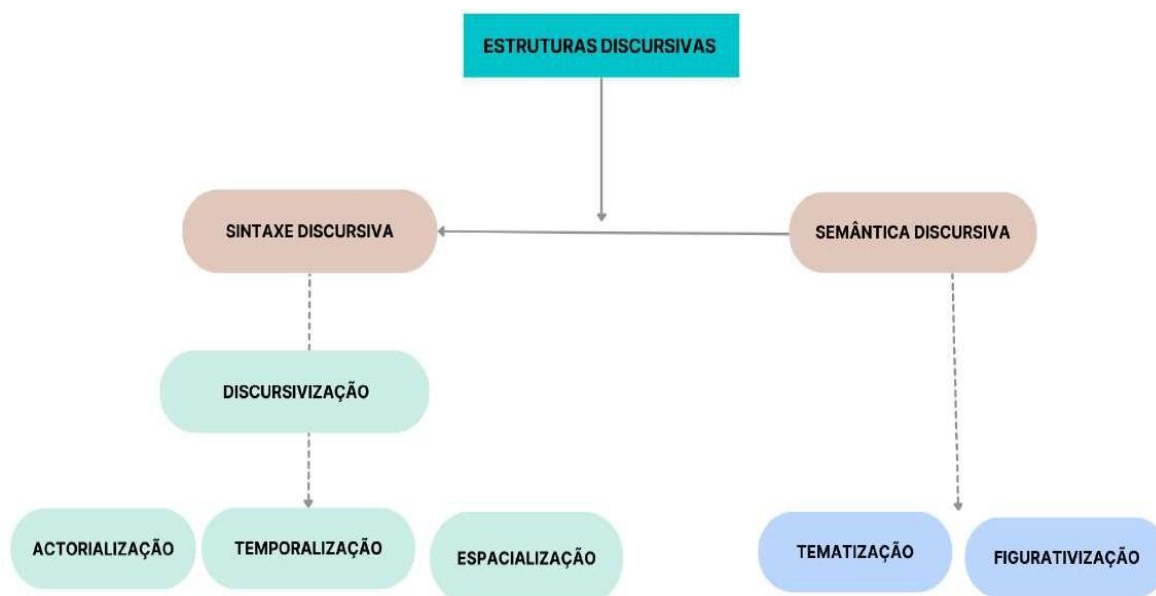
Portanto, esse conceito abarca algumas subdivisões da semântica narrativa, com suas quatro modalidades: querer, dever, poder e saber, que são particularizadas na modalização do fazer como

fazer-fazer e ser-fazer. Segundo a autora (2002, p. 51), “tais valores modais determinam tanto o *ser* (enunciados de estado), quanto o *fazer* (enunciados de fazer) e interdefinem-se e classificam-se segundo diferentes critérios”.

Assim, para Landowski (1982 *apud* Fiorin, 1988, p. 145-46), “o discurso político tem a finalidade de fazer-fazer, ou seja, seu programa é de conquistar o ‘poder’”. Mobilizam-se as pessoas produzindo um fazer-crer, por meio de narrativas, destinadas a dar um sentido à História. Contudo, não analisaremos detalhadamente, aqui, essas modalidades embora reconheçamos sua importância na análise de um discurso político.

Damos maior enfoque a partir daqui ao terceiro nível do percurso gerativo de sentido, o discursivo, visto que será ele o privilegiado em nossas análises. O terceiro e último nível abriga as categorias do discurso, conforme sistematizado no Quadro 1:

Quadro 1 – Estruturas narrativas



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Como foi dito, apresentaremos o terceiro nível que é, dentre os níveis gerativos, o que mais se aproxima da manifestação textual, possuindo, também uma sintaxe e uma semântica discursiva. Segundo Fiorin (2021b, p. 41), no nível discursivo, as formas abstratas pertencentes ao nível narrativo são “revestidas” de termos que lhes dão concretude. No nível discursivo, mais precisamente na sintaxe discursiva, explicam-se as relações do sujeito da enunciação com o discurso enunciado, bem como as relações que se estabelecem entre enunciador e enunciatário por meio do discurso ou de estruturas discursivas.

Dessa forma, as “[...] estruturas narrativas convertem-se em estruturas discursivas quando assumidas pelo sujeito da enunciação” (Barros, 2008, p. 53). Segundo a autora, pela própria

definição do percurso gerativo, “[...] as estruturas discursivas são mais específicas, mas também mais complexas e enriquecidas semanticamente que as estruturas narrativas e as fundamentais” (Barros, 2008, p. 53), pois percebemos que o nível discursivo pode produzir as variáveis de conteúdos narrativos invariantes.

Barros (2002, p. 86) esclarece ainda que são analisados dois aspectos na sintaxe discursiva: “[...] o das projeções da instância da enunciação no discurso-enunciado e o das relações, sobretudo argumentativas, entre enunciador e enunciatário”. Por isso, na sintaxe discursiva, analisam-se as marcas da enunciação no enunciado. Para tanto, três procedimentos são investigados: a actorialização, a espacialização e a temporalização, isto é, a constituição de pessoa, espaço e tempo no discurso.

Podemos dizer, assim, que se produz um enunciado com o objetivo de comunicá-lo a alguém, no qual o enunciador realiza um fazer persuasivo e o enunciatário, um fazer interpretativo. Então, para exercer a persuasão, o enunciador utiliza-se de argumentos com vista a convencer o enunciatário. Essa persuasão é parte constitutiva das relações entre o enunciador e enunciatário, como explica Fiorin (2021b, p. 57):

[a] sintaxe discursiva abrange, assim, dois aspectos: a) as projeções da instância da enunciação no enunciado; b) as relações entre enunciador e enunciatário, ou seja, a argumentação. Na realidade, essas duas faces da sintaxe discursiva confundem-se, pois as diferentes projeções da enunciação no enunciado visam, em última instância, a levar o enunciatário a aceitar o que está sendo comunicado.

Nesta perspectiva, tomando como base que a persuasão visa convencer o enunciatário, Greimas e Courtés (2021, p. 107) esclarecem que o crer é parte integrante desse processo de persuasão e não podem ser tratados separadamente, assim como a verdade. Nesse sentido, os autores ressaltam que:

[no] eixo da comunicação (real ou “imaginária”, quando depende de um discurso interiorizado), o “crer” opõe-se ao “fazer crer” (ou persuasão) e corresponde, por conseguinte, à instância do enunciatário que exerce seu fazer interpretativo, ao passo que o “fazer crer” é obra do enunciador encarregado do fazer persuasivo. [...] sua inclusão no quadro do fazer interpretativo, enquanto ponto de chegada e sanção final deste, já permite ver-lhe um pouco melhor a problemática. De fato, o crer não é somente o fundamento da fé religiosa, mas constitui também e entre outras coisas [...] a instância crucial do discurso científico; numa visão mais ampla, o fazer crer, o qual, enquanto fazer persuasivo, não pode ser tratado independentemente do crer, constitui uma das formas principais da manipulação [...].

Em outras palavras, o sujeito da enunciação usa diferentes recursos da sintaxe discursiva para produzir variados efeitos de sentido no discurso. Assim, o discurso produz pelo menos dois efeitos: a finalidade de convencer o enunciatário de sua verdade e o de realidade do que está sendo dito na enunciação.

Retomando Greimas; Courtés (2021, p. 531) sobre essa questão:

[...] a “verdade”, para ser dita e assumida, tem de deslocar-se em direção às instâncias do enunciador e do enunciatário. Não mais se imagina que o enunciador produza discursos verdadeiros, mas discursos que produzem um efeito de sentido “verdade”: desse ponto de vista, a produção da verdade corresponde ao exercício de um fazer cognitivo particular, de um fazer parecer verdadeiro que se pode chamar, sem nenhuma nuance pejorativa, de fazer persuasivo.

Como afirma Landowski (1992, 166), o sujeito da enunciação está inscrito na “sociedade e numa história” (Landowski, mostrando que ela, a enunciação, significa colocar a língua em movimento).

Assim, no próximo tópico iremos tratar da noção de enunciação, como uma instância de discurso, que suscita uma outra enunciação de retorno ao produzir o discurso, deixando nele marcas enunciativas.

2.1 Enunciação

No *Dicionário de Semiótica*, Greimas e Courtés (2021, p. 166-167) ressaltam que é “a Benveniste que se deve a primeira formulação de enunciação como instância da ‘colocação em discurso’ da língua. Assim, a **enunciação** é o lugar de exercício da competência semiótica e é ao mesmo tempo a instância da instauração do sujeito (da enunciação)”. Assim, segundo os autores, “[...] enunciação é a instância de mediação que produz o discurso, ou seja, que realiza a passagem das estruturas semióticas narrativas às estruturas discursivas” (Greimas; Courtés, 2021, p. 166-167).

Neste sentido, a enunciação desempenha papel fundamental para que possamos compreender as formações socioideológicas e as discursivas que compõem os discursos pertinentes aos textos, visto que é através dela que se convertem “[...] as estruturas narrativas em estruturas discursivas, ao relacionar o texto com as condições sócio-históricas de sua produção e recepção” (Barros, 2002, p. 4).

Para a autora (2009), na Semiótica, as relações histórico-sociais, que participam da construção dos sentidos dos textos, podem ser examinadas, metodologicamente, de três formas:

I) pela análise da organização linguístico-discursiva dos textos, em especial da semântica do discurso, isto é, de seus percursos temáticos e figurativos, que revelam, de alguma forma, as determinações histórico-sociais inconscientes; II) pelo exame das relações intertextuais e interdiscursivas que os textos e os discursos mantêm com aqueles com que dialogam; III) pela relação entre duas semióticas, a do mundo natural e a das línguas naturais (ou mesmo outros sistemas semióticos), que, no dizer de Greimas (1970, p. 52-56), deve ser observada não no nível das palavras e das coisas, mas no das unidades elementares de constituição dos dois sistemas de significação (Barros, 2009, p. 352).

Assim, a enunciação como mediação entre as estruturas narrativas e discursivas pode ser construída a partir das “marcas” deixadas no discurso. É nas estruturas discursivas que a enunciação se revela e que se reconhecem os valores sobre os quais se construiu o texto e, também, sob que condições este se desenvolveu, pois, o texto é um objeto de significação e um objeto cultural e sócio-histórico de comunicação entre sujeitos. Nessa direção, a sintaxe do texto explica as relações entre o sujeito da enunciação e o discurso enunciado e as relações estabelecidas em torno de um enunciador e um enunciatário. Em outras palavras, o discurso é um objeto de significação produzido pelo sujeito da enunciação e de comunicação entre um destinador e um destinatário (Barros, 2008).

É na produção do discurso que o sujeito da enunciação se vale de meios de persuasão “para convencer o enunciatário da verdade de seu texto” (Barros 2008, p. 54). Ao projetar seu discurso, o sujeito da enunciação faz opções para produzir efeitos de sentido e se vale, para isso, de mecanismos discursivos, buscando persuadir o destinatário de que seu discurso é verdadeiro ou falso, criando uma “ilusão de verdade” (Barros, 2008, p. 55).

Nesse sentido, o sujeito da enunciação adota mecanismos que produzem dois efeitos de sentido: o efeito de proximidade ou distanciamento e o de realidade ou referente. O efeito de distanciamento em relação à enunciação pode ser notado, por exemplo, em notícias de jornal que produzem discursos na terceira pessoa no tempo “então” e no espaço “lá”, visando a uma ilusão de distanciamento da enunciação e proporcionando efeito de objetividade e, sobretudo, de imparcialidade por parte do jornal em relação ao seu enunciado. Já o efeito realidade ou referente visa ao reconhecimento das figuras do mundo em que os fatos narrados são “coisas ocorridas de que seus seres são de ‘carne e osso’, de que o discurso, enfim, “copia o real” (Barros, 2008, p. 59).

Sob esta ótica, Fiorin (2017, p. 976) ressalta: “A enunciação é o conceito-chave para que o percurso gerativo de sentido seja um modelo harmônico e coeso, pois ela permite a passagem da estrutura ao acontecimento, os dois elementos que ordenam o discurso”.

Segundo Bakhtin (1999 *apud* Fiorin, 2022), o discurso existe em forma de enunciados, considerados unidades concretas e reais de comunicação discursiva. O interlocutor assume, diante do enunciado, uma ação responsiva, pois, ao compreender o significado do discurso, pode concordar ou discordar com o que está sendo dito. Essa resposta pode ser dada por enunciados, ações ou até pelo próprio silêncio.

Nesse viés, as palavras de um falante são sempre atravessadas pelas palavras do outro: o discurso elaborado pelo falante se constitui também do discurso do outro que o atravessa, condicionando o discurso do locutor. O que permite a passagem do virtual ao realizado é a enunciação, que coloca o homem no mundo por intermédio da linguagem. Portanto, ela é a instância de mediação entre a língua e o discurso.

Sob esta mesma ótica, retomamos Benveniste (1995, p. 267):

[...] É preciso entender discurso na sua mais ampla extensão; toda enunciação que suponha um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo, o outro. [...] O discurso, porém, é tanto escrito como falado. Na prática, passa-se de um ao outro instantaneamente. Cada vez que no seio de uma narrativa histórica aparece um discurso, quando o historiador, por exemplo, reproduz as palavras de uma personagem ou intervém, ele próprio, para julgar os acontecimentos referidos, se passa a outro sistema temporal, o do discurso. O próprio da linguagem consiste em permitir essas transferências instantâneas.

Por outro lado, Fiorin (2021b, p. 56) explica que, “o enunciador e o enunciatário são o autor e o leitor. Não são o autor e o leitor reais, de carne e osso, mas o autor e o leitor implícitos, ou seja, uma imagem do autor e do leitor construída pelo texto”. Assim, “o sujeito da enunciação é, portanto, um sujeito discursivo e não um sujeito ontológico. Não é um ser do mundo, mas um ser da linguagem” (Fiorin, 2020, p. 124). No sistema enunciativo, o narrador, instalado pelo enunciador, pode dar voz aos interlocutores, que falam no discurso direto, para, muitas vezes, criar um efeito de sentido de realidade ao que está sendo narrado. Na instalação dos interlocutores, o “eu” estabelece uma relação com aqueles com quem fala “tu”. Temos, desta forma, o interlocutor e o interlocutório.

Michel de Certeau (1998, p. 177-179), historiador francês, em seu livro *A invenção do cotidiano*, nos possibilita uma releitura do conceito de enunciação. Ele diz que, quando caminhamos, nos apropriamos do espaço urbano. A utilização que o pedestre faz do espaço público é pessoal; ele pode, para chegar a um mesmo destino, optar por caminhos diferentes. Observemos que o sujeito, o pedestre, ao caminhar, se apropria de algo que é público, o espaço urbano. A enunciação é isso: um ato pelo qual um sujeito se apropria de algo que é comum, a língua, e passa a utilizá-la como se fosse sua.

Assim, a enunciação trata-se de uma palavra derivada do verbo enunciar, que significa dizer. Enunciação é, portanto, o ato de dizer.

Para Benveniste (1989, p. 82), a enunciação é o ato pelo qual um sujeito, por um ato de vontade, se apropria do sistema da língua e a põe em funcionamento. Com isso, aquilo que é abstrato e social, a língua, se converte em algo concreto e individual, a fala.

Benveniste (1989) nos mostra ainda que o sujeito, ao produzir enunciados concretos (discursos), deixa no enunciado marcas linguísticas da enunciação. Esse sujeito da enunciação, ao se apropriar do sistema da língua, desdobra-se em enunciador e enunciatário. O primeiro é responsável pelos valores do discurso e capaz de levar o enunciatário a crer e a fazer e ao segundo cabe ao fazer interpretativo e a ação subsequente (Barros, 2008). Todo enunciado produzido tem sempre um destinatário, mesmo que não seja explicitado, sendo essa uma das características da linguagem humana, a intersubjetividade, ou seja, ela acontece entre sujeitos. Para Benveniste (1989, p. 286), “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito porque só a linguagem

fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser”.

Ao se apropriar do sistema da língua, o sujeito da enunciação, o *eu*, cria um eixo de referências espaciais e temporais. Benveniste (1995 *apud* Fiorin, 2004) mostra que a enunciação é a instância do *ego, hic et nunc*. O “eu” é instaurado no ato de dizer: “eu” é quem diz “eu”. A pessoa a quem o “eu” se dirige é estabelecida como “tu”. O “eu” e o “tu” são os actantes da enunciação, os participantes da ação enunciativa. Ambos constituem o sujeito da enunciação, porque o primeiro produz o enunciado e o segundo, como uma espécie de filtro, é levado em consideração pelo “eu” na construção do enunciado. O “eu” realiza o ato de dizer num determinado tempo e num dado espaço. “Aqui” é o espaço do “eu”, a partir do qual todos os espaços são ordenados “aí”, “lá” etc.; e “agora” é o momento em que o “eu” toma a palavra, e, a partir dele, toda a temporalidade linguística é organizada. A enunciação é a instância que povoa o enunciado de pessoas, tempos e espaços.

Em outras palavras, Flores (2013) define como categorias discursivas os indicadores de pessoalidade, temporalidade, espacialidade, ou seja, eu-tu ↔ aqui ↔ agora. Assim, essas categorias estão ligadas ao eixo referencial pela instância discursiva que as emprega.

Destaca-se que essas categorias possuem caráter subjetivo e estão submetidas à dimensão intersubjetiva da linguagem. Portanto, uma dada categoria implica a mobilização das outras duas e juntas formam a chamada categorias enunciativas da linguagem, necessárias à constituição e à instituição do sujeito no discurso.

Retomando as reflexões de Fiorin (2004, p. 27) que esclarece:

[a] eficácia discursiva está diretamente ligada à questão da adesão do enunciatário ao discurso. O enunciatário não adere ao discurso apenas porque ele é apresentado como um conjunto de ideias que expressam seus possíveis interesses, mas porque se identifica com um dado sujeito da enunciação, com um caráter, com um corpo, com um tom. Assim, o discurso não é apenas um conteúdo, mas também um modo de dizer, que constrói os sujeitos da enunciação. O discurso, ao construir um enunciator, constrói também seu correlato, o enunciatário.

Do ponto de vista enunciativo, segundo Courtés:

[...] a enunciação consiste em projetar fora de sua instância os atores, os espaços e os tempos: na verdade, essa afirmação deve ser relativizada pelo fato de que essa “projeção” não elimina, no entanto, o contexto enunciativo (falamos frequentemente em práxis enunciativa) que lhe serve de ponto de partida, de justificativa. De um ponto de vista lógico, nós diremos que a enunciação implica o enunciado e que este pressupõe aquela. (Courtés, 2011, p. 113).

Para Norma Discini (2018, p. 118), o ator da enunciação é a pessoa discursiva que se “depreendida do conjunto das marcas da enunciação enunciada”, está sistematizada no nível da sintaxe e da semântica discursiva no momento de cada enunciado, levando-se em conta que cada um deles contém em si “a quase presença relativa à totalidade discursiva correspondente”. Segundo

Discini (2016, p. 17), “as marcas da enunciação enunciada que se espalham nos enunciados são os indicadores da recorrência do dizer tanto para o estilo tanto de um gênero quanto de um estilo autoral”. Para nossa pesquisa do *ethos* do enunciador dos discursos de posse, analisar essas marcas poderá ser produtivo.

Assim, dois mecanismos são usados na organização enunciativa: a debreagem e a embreagem que são mecanismos que permitem ao enunciador instituir no discurso enunciado os atores, uma organização espacial e um temporal.

2.1.2 *Ethos*

Pode-se pensar, à primeira vista que, o *ethos* é uma imagem do autor, no entanto, não é o autor real; é um autor discursivo, um autor implícito, como explica Fiorin (2022, p. 139). Assim, ao se colocar contra a ontologização do enunciador, Fiorin (2022) relaciona essa instância enunciativa ao *ethos* do enunciador, afirmando que:

o *ethos* do enunciador nada tem de psicologismo que muitas vezes pretende infiltrar-se nos estudos discursivos. Trata-se de apreender um sujeito construído pelo discurso e não uma subjetividade que seria a fonte de onde emanaria um enunciado, de um psiquismo responsável pelo discurso. (Fiorin, 2022, p. 139).

A imagem discursiva do ator da enunciação (enunciador) é o que se chama de *ethos*, ou seja, um ator-enunciador que inspira confiança no que resulta da força do discurso. Assim, Fiorin (2023, p. 74) explica que “em termos mais atuais, dir-se-ia que o *ethos* não se explica no enunciado, mas na enunciação”. O autor (2022) explica que o *ethos* explicita-se na enunciação enunciada, ou seja, nas marcas da enunciação deixadas no enunciado. A questão é, então, ver como se constrói a imagem do enunciador, isto é, o ator da enunciação.

Para pensar a questão, voltemos à *Retórica*, de Aristóteles (2021, I, 1.356a):

É o *ethos* (caráter) que leva à persuasão, quando o discurso é organizado de tal maneira que o orador inspira confiança. Confiamos sem dificuldade e mais prontamente nos homens de bem, em todas as questões, mas confiamos neles, de maneira absoluta, nas questões confusas ou que se prestam a equívocos. No entanto, é preciso que essa confiança seja resultado da força do discurso e não de uma prevenção favorável a respeito do orador.

Aristóteles (2021, II, 1.378a) indaga quais são as razões que inspiram confiança num orador:

Há três coisas que inspiram confiança no orador, porque há três razões que nos levam à convicção, independentemente das demonstrações. São o bom senso, a prudência, a sabedoria prática (*phrónesis*), a virtude (*areté*) e a benevolência (*eúnoia*). Os oradores podem afastar-se da verdade por todas essas razões ou por uma dentre elas. Por causa da falta de bom senso, podem não exprimir uma opinião correta; por causa de sua malvadeza podem, mesmo pensando bem, não expressar aquilo que pensam;

mesmo sendo prudentes e honestos, podem não ser benevolentes. Por essas razões, os oradores podem, mesmo conhecendo a melhor solução, não aconselhá-la. Não há nenhum outro caso.

Neste sentido, um orador inspira confiança quando os seus argumentos são sensatos, se ele argumenta com honestidade e sinceridade e se ele é solidário e amável com o auditório.

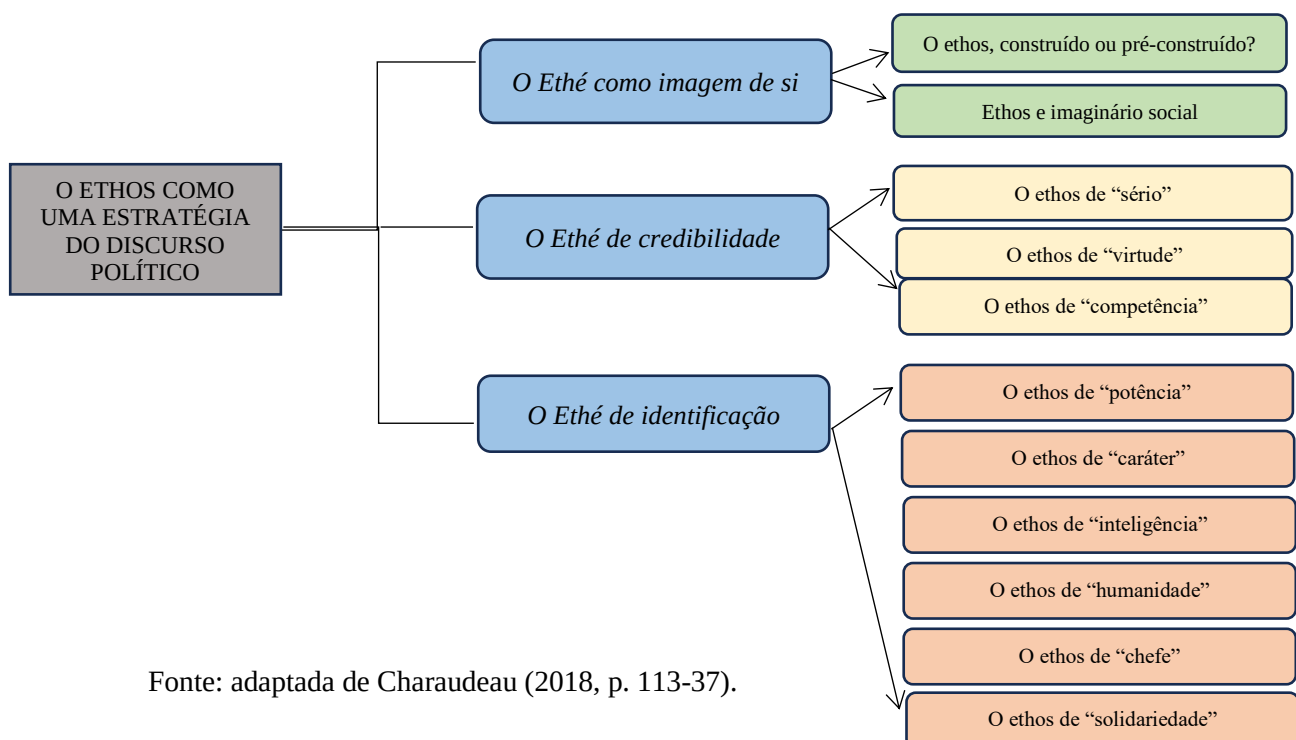
De acordo com Discini (2016, p. 18), “nos discursos, as marcas de um caráter aparecem por meio do uso peculiar de recursos argumentativos e persuasivos, ancorados em retórica própria. Nesse sentido, há retórica enquanto há um modo de dizer”. Pensando que é nesse dizer que “se compõe o corpo, sustento do *éthos* do enunciador” (Discini, 2016, p. 18).

Nessa mesma esteira teórica, para Charaudeau (2018, p. 115) o *ethos* constrói-se entre a identidade social e a identidade discursiva: “O *ethos* relaciona-se ao cruzamento de olhares: olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê”. Dessa forma, constrói-se a imagem do sujeito que fala, que pode ocultar o que ele é pelo que diz.

Assim, o *ethos* emerge do discurso em que ele se mostra ao auditório como um orador que causa boa impressão de si. Baseado nessa definição, Maingueneau (1993, p. 138 *apud* Charaudeau, 2018) comenta que “O *ethos* está [...] ligado ao exercício da palavra, ao papel a que corresponde seu discurso, e não ao indivíduo ‘real’, apreendido independentemente de sua atividade oratória”.

Outra questão que precisamos pontuar está relacionado aos múltiplos papéis do *ethos* enquanto estratégia do discurso político. Eis, então algumas características do *ethos*, conforme representação na Figura 4.

Figura 4 – Representação dos *ethos*



Fonte: adaptada de Charaudeau (2018, p. 113-37).

Algumas dessas classificações serão apresentadas com mais detalhes no capítulo de análise dos discursos de posse do presidente Lula. Por meio dessa classificação é possível construir a imagem do sujeito que fala de si sem mencionar uma palavra sobre si. Portanto, a noção de presença nos parece essencial quando falamos sobre o *ethos* do enunciador.

No *Dicionário de Análise do Discurso* dos autores Charaudeau e Maingueneau (2020, p. 220), o *ethos* retoma o papel do enunciador que “deve legitimar seu dizer: em seu discurso, marcar sua relação a um saber e se deixa apreender como *uma voz e um corpo*”. Assim, o *ethos* se apoia em uma “dupla figura do enunciador, aquela de um *caráter* e uma *corporalidade*”. Sob essa orientação, entendemos que o *ethos* comporta diferentes papéis, o que possibilita a construção de uma imagem que permite desvelar marcas ideológicas, de poder e de intenções em um cenário discursivo. Portanto, aspectos identitários vão sendo construídos.

O *ethos* de um político, principalmente de um presidente, pode ser analisado em diferentes perspectivas teórica e em diferentes momentos. Sobre isso, Amossy (2013, p. 9), ressalta que “[...] todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si”. Charaudeau (2015, p. 86), por sua vez, afirma que “[...] a partir do momento em que falamos, aparece (transparece) uma imagem daquilo que somos por meio daquilo que dizemos”. Também trazemos Aristóteles, que afirma que um líder eficaz precisa possuir três qualidades: a prudência, a virtude e a benevolência, a confiança provém dessas qualidades, as quais induzem ao crer. No discurso de posse do atual presidente Lula é possível identificarmos essas três qualidades, conforme descrito no capítulo o “Ethos do presidente Lula”, mais adiante.

Portanto, o enunciador, ao construir seu discurso cria-se uma imagem de si que será chamada *ethos* do enunciador. Assim, o *ethos* deixa suas marcas textuais no discurso político, com vista a construir elementos argumentativos que possam deixar pistas de seu espírito de sinceridade, honestidade e verdade, demonstrando para o seu eleitorado suas intenções políticas.

Retomando aos pensamentos de Charaudeau (2015, p. 87) em relação ao *ethos*, ele explica que:

[no] domínio político, a construção das imagens só tem razão de ser se for voltada para o público, pois elas devem funcionar como suporte de identificação, via valores comuns desejados. O *ethos* político deve, portanto, mergulhar nos imaginários populares mais amplamente partilhados, uma vez que deve atingir o maior número, em nome de uma espécie de contrato de reconhecimento implícito. O *ethos* é como um espelho no qual se refletem os desejos uns dos outros.

No próximo tópico serão analisados dois conceitos da sintaxe discursiva: o das projeções da instância da enunciação no discurso-enunciado e o das relações, sobretudo argumentativas, entre

enunciador e enunciatário. Assim, a partir do eu-aqui-agora, o sujeito da enunciação transmite ao enunciatário um modelo de comunicação em que um objeto semiótico instaura suas marcas no discurso-enunciado projetando para fora de si os atores do discurso.

2.1.3 Projeções da enunciação

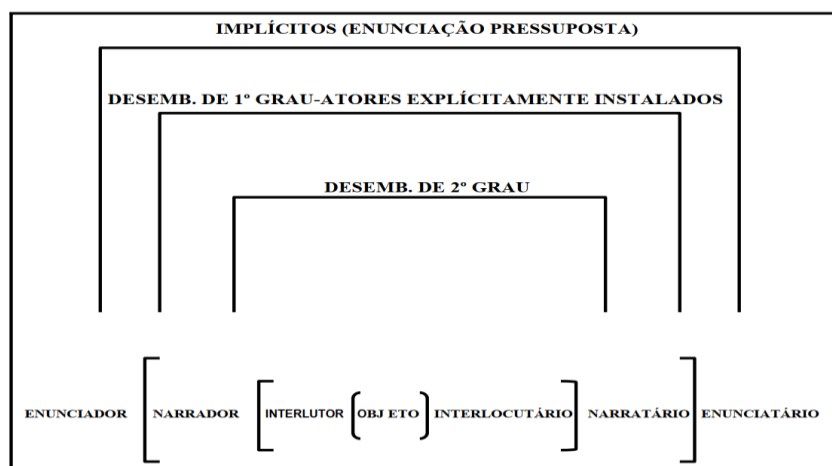
Para compreendermos melhor o conceito de projeções da enunciação, é necessário retomarmos o conceito de enunciação, que, segundo Fiorin (2021b, p. 57), “se define a partir de um eu-aqui-agora, ela instaura o discurso-enunciado, projetando para fora de si os atores do discurso, bem como suas coordenadas espoçotemporais”.

O que se pode observar, portanto, por meio dos enunciados apresentados por Fiorin (2021a, p. 36), é que “A categoria de pessoa é essencial para que a linguagem se torne discurso” (Fiorin, 2021a, p. 36), pois, ao instaurar-se o “eu”, relações de tempo e de espaço entrelaçam-se e assumem posições relacionais significativas. Assim, “a pessoa enuncia num dado espaço e num determinado tempo, todo espaço e todo tempo organizam-se em torno do sujeito (Id., ibid., p. 36).

Dessa forma, enquanto o discurso é um processo interativo e contextualizado, assumido por um sujeito que fará uso das referências pessoais, temporais e espaciais para que a concepção da linguagem seja efetivada, o enunciado é composto por pessoa, espaço e tempo no discurso. São duas as operações enunciativas de projeção dessas categorias: a debreagem e a embreagem.

A estrutura enunciativa é formada por um enunciador e um enunciatário como actantes de uma enunciação pressuposta. Quando o enunciador assume o papel de narrador, acontece o que é chamado de debreagem de primeiro grau. Ocorre a debreagem de segundo grau quando o narrador passa a palavra a um interlocutor que, por sua vez, dialogará com o interlocutário. A Figura 5 apresenta um esquema de autoria de Barros (2002) que ilustra esses níveis enunciativos.

Figura 5 – Esquema de níveis enunciativos



Fonte: Barros (2002, p. 75).

Barros (2008, p. 54) explica a operação de debreagem, que ela nomeia como “desembreagem”:

A enunciação caracteriza-se, em primeira definição, como a instância da mediação entre estruturas narrativas e discursivas. [...] A enunciação projeta, para fora de si, os actantes e as coordenadas espaço-temporais do discurso, que não se confundem com o sujeito, o espaço e o tempo da enunciação. Essa operação denomina-se desembreagem e nela são utilizadas as categorias das pessoas, do espaço e do tempo.

Essa debreagem (termo que escolhemos adotar nesta pesquisa) pode ser de dois tipos: enunciativa e a enunciva. No primeiro, deixam-se explícitos os atores (eu/tu), os espaços enunciativos (aqui, aí, lá etc.) e os tempos enunciativos (presente, pretérito perfeito e futuro do presente). No segundo, os atores, os espaços e os tempos da enunciação ficam ocultos. O discurso é construído em terceira pessoa, gerando como efeito a objetividade de que o discurso se enuncia por si próprio. Nesse caso, ressalta-se um papel social projetado no discurso e não uma subjetividade (eu).

Com isso, coloca-se em relevo o fato de que, nas mais diferentes línguas, é a terceira pessoa que assume o papel de dar um tom impessoal ao discurso, permitindo que este flua sem a necessidade de ligação direta a qualquer personagem relativo à sua produção (Fiorin, 2022).

Devemos ainda destacar que Fiorin (2022), recorrendo ao que argumentou Benveniste, explica que a terceira pessoa desfruta de condição especial e toda peculiar quando comparada às demais da conjugação. Com isso, estabelece-se como princípio irremovível que as três pessoas não têm o mesmo estatuto. Também em debreagem enunciva, o tempo é o do “então” e o espaço, o do “alhores”. Ao contrário da debreagem, que é a colocação fora da instância de enunciação da pessoa, do espaço e do tempo do enunciado, a embreagem é produzido pela neutralização das categorias de pessoa e/ou espaço e/ou tempo, assim como pela denegação da instância do enunciado.

Assim, a embreagem concerne às três categorias da enunciação: embreagem actancial, embreagem espacial e embreagem temporal. A embreagem actancial diz respeito à neutralização na categoria de pessoa. Ela pode criar efeitos de sentido em um discurso quando se utiliza a terceira pessoa em lugar da primeira. Toda embreagem pressupõe uma debreagem anterior. Assim, uma debreagem enunciativa precede a embreagem, a neutralização da oposição categórica eu/nós em benefício do segundo membro do par, o que denega o enunciado. Denega justamente porque o enunciado é afirmado com uma debreagem prévia (Greimas; Courtés, 2021). Negar o enunciado estabelecido é voltar à instância que o precede e é pressuposta por ele. Por conseguinte, na embreagem, obtém-se um efeito de identificação entre sujeito do enunciado e sujeito da enunciação, tempo do enunciado e tempo da enunciação, espaço do enunciado e espaço da enunciação.

Fiorin (2022) denomina debreagem enunciativa da enunciação quando os actantes da

enunciação estão projetados no enunciado, quer no caso em que aparece um narrador “intruso” considerado de terceira pessoa, mas que diz “eu”, quer quando há um narrador dito de primeira pessoa (evidentemente, naquilo que diz respeito à enunciação enunciada e não ao enunciado enunciado).

Fiorin (2021, p. 51) explica que um discurso de 1ª pessoa produz efeitos de subjetividade e um discurso em 3ª pessoa cria a ilusão de objetividade. Outros efeitos podem igualmente ser possíveis a partir das escolhas, como o efeito de proximidade e afetividade, para o primeiro, e distanciamento e formalidade no segundo caso. Pensemos nessas duas categorias como instrumento da semiótica narrativa (actorialização, especialização, temporalização).

2.1.4 Semântica discursiva: tematização e figurativização

Na semântica discursiva, os valores assumidos pelo sujeito da narrativa são difundidos no nível do discurso sob a forma de percursos temáticos e investimentos figurativos. Portanto, o nível discursivo é o mais enriquecido do texto, que permite o estreitamento entre a enunciação e o enunciado. Para Fiorin (2021b, p. 41), no nível discursivo, “as formas abstratas do nível narrativo são revestidas de termos que lhes dão concretude”. Essa concretude é encontrada por meio de temas e figuras nos discursos em exame. O tema é de natureza conceptual, que não remete ao mundo natural. São categorias que organizam, categorizam e ordenam os elementos do mundo natural, enquanto as figuras remetem a qualquer conteúdo de que tem representatividade no mundo natural, mas também no mundo natural construído.

O estudo da semântica discursiva permite identificar que há dois tipos de texto, segundo Fiorin (2021b, p. 91):

[...] os figurativos e os temáticos. Os primeiros criam um efeito de realidade, pois constroem um simulacro da realidade, representando, dessa forma, o mundo; os segundos procuram explicar a realidade, classificam e ordenam a realidade significativa, estabelecendo relações e dependência. Os discursos figurativos têm uma função descritiva ou representativa, enquanto os temáticos têm uma função predicativa ou interpretativa. Aqueles são feitos para simular o mundo; estes, para explicá-lo.

Ainda sobre a figurativização dos discursos, Barros (2002, p. 207) observa que há graus diferentes de figurativização: “No texto verbal, os efeitos são obtidos entre outros, pelo procedimento de ancoragem do tempo, do espaço e dos atores, em datas, lugares e pessoas que o destinatário do texto reconhece como reais”.

Portanto, é na semântica que reconhecemos com maior clareza as ideologias e a cultura, através da figurativização e tematização. Nesse sentido, a figurativização é a responsável pela

concretização dos sentidos, ou seja, é a passagem do tema à figura. Na definição de Barros (2002, p. 129), “[o] procedimento de figurativização discursiva tem a ver com a definição, aí proposta, de figuras, pois são figuras do conteúdo, determinadas por traços ‘sensoriais’, que particularizam e concretizam os discursos abstratos”. Assim, de outro modo, trata-se da qualidade que um texto possui em simular, por meio de suas figuras, a experiência sensível, podendo levar o enunciatário a tomá-lo como verdadeiro.

Essa concepção de figuratividade, como recurso de persuasão do enunciatário, constituiu-se numa visão segundo a qual era entendida como um acabamento do percurso gerativo do sentido, ou seja, do discurso manifestado. Portanto, na figurativização, o discurso se dá a partir da construção do sentido realizado pelo sujeito da enunciação. Fiorin (2022, p. 68) define que “[...] tematizar um discurso é formular os valores de modo abstrato e organizá-los em percursos. Em outras palavras, os percursos são constituídos pela recorrência de traços semânticos ou semas, concebidos abstratamente”. Neste sentido, por intermédio dos percursos temáticos, a semântica é quem garante a coerência do texto analisado, confirmando-se, assim, que os temas possuem caráter abstrato.

Devemos ter em mente que figura e tema não são termos que se opõem, mas que se completam, que estão direta ou indiretamente interligados, pois ambos tratam da constituição e concretização dos sentidos. Sobre isso, Fiorin (2021b) esclarece a relação de diferença entre tema e figura e destaca que esta se dá apenas pelo fato de a primeira estar relacionada ao abstrato, e a segunda, ao concreto. No entanto, ao autor salienta que “é preciso ter em mente que concreto e abstrato não são termos polares que se opõem de maneira absoluta, mas constituem um *continuum* em que se vai, de maneira gradual, do mais abstrato ao mais concreto” (Fiorin, 2021b, p. 91). O autor acrescenta:

[a] figura é o termo que remete a algo existente no mundo natural: árvore, vagalume, sol, correr, brincar, vermelho, quente, etc. Assim, a figura é todo conteúdo de qualquer língua natural ou de qualquer sistema de representação que tem um correspondente perceptível no mundo natural. [...] Quando se diz que a figura remete ao mundo natural, pensa-se não só no mundo natural efetivamente existente, mas também no mundo natural construído. É o caso, por exemplo, de um texto de ficção científica em que apareça um ser que em lugar dos pés tenha rodinhas para se locomover [...]. Tema é um investimento semântico, de natureza puramente conceptual, que não remete ao mundo natural. Temas são categorias que organizam, categorizam, ordenam os elementos do mundo natural: elegância, vergonha, raciocinar, calculista, orgulhoso, etc. (Fiorin, 2021b, p. 91).

Nesse viés, uma figura isolada não produz sentido, mas a sua relação com o tema possibilita determinadas interpretações amparadas no texto, conforme afirma Fiorin (2021b). Isto é evidente quando não trabalhamos com frases isoladas, mas com textos, e constatamos que as figuras formam uma rede a partir das relações estabelecidas entre si, isto é, como se tecesse uma colcha de retalhos, o encadeamento de figuras presente no texto é o que compõe esse tecido figurativo. Portanto, ler um

texto é apreender as relações e o encadeamento de figuras, ou seja, perceber o seu percurso figurativo.

De acordo com Fiorin (2021b, p. 97), “para que um conjunto de figuras ganhe sentido, precisa ser a concretização de um tema, que, por sua vez, é o revestimento de enunciados narrativos. Por isso, ler um percurso figurativo é descobrir o tema que subjaz a ele”. Ainda de acordo com o autor, um texto pode ter mais de um percurso figurativo, pois dependerá dos temas que se deseja manifestar, podendo opor-se, superpor-se etc.

Com isso, esses percursos devem manter uma coerência interna. Conforme o autor salienta, num percurso que figurativize o tema “vida nos trópicos” não pode aparecer a figura da “neve” (Fiorin, 2021b, p. 99). A quebra de coerência figurativa produzirá uma inverossimilhança no texto, constituindo, assim, uma incoerência textual.

No que concerne ao percurso temático, este se refere ao encadeamento de temas, o que só é possível ocorrer, evidentemente, nos textos temáticos, cuja tematização pode ser manifestada diretamente, com figuração esparsa. Do mesmo modo que os percursos figurativos, os percursos temáticos devem manter uma coerência interna e, quando isso não ocorre, o texto fica contraditório. Portanto, “[...] não cabe, por exemplo, no percurso temático do amargor do exílio, colocar o tema das delícias da vida num país estrangeiro”, mas podemos também encontrar num texto “[...] percursos temáticos antitéticos ou mesmo superpostos para criar determinados efeitos de sentido” (Fiorin, 2021b, p. 105).

Dessa maneira, para a análise interpretativa de um texto, não é interessante avaliarmos a figura ou o tema isolado. Para encontrarmos o tema que dá sentido às figuras ou o tema geral “que unifica os temas disseminados num discurso temático, é preciso apreender os encadeamentos das figuras ou dos temas, ou seja, os percursos figurativos ou temáticos” (Fiorin, 2021b, p. 106). Isso nos encaminha a outras percepções, demonstrando que o nível dos temas e das figuras é o lugar de formação ideológica imanente a cada texto, a cada discurso.

Para pensarmos a respeito dos papéis temáticos e figurativos, Bueno (2023, p. 200) menciona:

Esse ator da enunciação é semanticamente construído com uma identidade, um estilo e um corpo, mostra seus valores e crenças, modos de ser e fazer que decorrem de seus papéis temáticos e figurativos. Os temas e figuras são determinados socio-historicamente e ancoram o traço ideológico do discurso, além de marcar o ator da enunciação em sua inserção social, histórica e ideológica.

Em uma outra leitura, podemos dizer que os temas e figuras são as marcas da enunciação que o sujeito traz de sua inserção sócio-histórica e ideológica. Por isso, os estudos semióticos procuram dar à enunciação identidade corporal e sócio-histórica. Além disso, lhe dão identidade, estilo e corpo e o preenchem com crenças e valores, modos de ser e de fazer, decorrentes de papéis temáticos e figurativos.

A semiótica desenvolveu, na semântica do discurso, os conceitos de tematização e de figurativização: os temas, abstratos, disseminam-se pelo texto em percursos que, por sua vez, podem ser “concretizados” sensorialmente pelo procedimento de figurativização. Os temas e figuras são determinados sócio-historicamente e asseguram o caráter ideológico desses discursos (Fiorin, 1988, p. 1-19).

Em seu livro “Da imperfeição”, Greimas (2002, p. 78) nos proporciona a seguinte reflexão sobre figuratividade e a sua função como “tela do parecer”, sendo este citado muitas vezes por diversos semioticistas: “a figuratividade não é um simples ornamento das coisas, ela é essa tela do parecer cuja virtude consiste em entreabrir, em deixar entrever, graças ou por causa de sua imperfeição, como que uma possibilidade do além-sentido”. Com efeito, é a figuratividade que movimenta o discurso político por ser um espelho do tecido social.

2.1.4.1 Isotopia no campo semiótico

Isotopia é um conceito que se originou na Física e foi ressignificado na Semiótica. Sendo usado naquela como a capacidade de possuir o mesmo número atômico, com diferentes números de massa, nesta serve à identificação em um texto de planos de leitura. Isso significa que, para a Semiótica, um texto pode ter várias leituras, que não resultam da subjetividade do leitor, mas de organizações semânticas que se entrecruzam e se superpõem no texto. A reiteração discursiva dos temas e a redundância das figuras espalhadas no texto dão a dimensão total do discurso. Esse processo denomina-se isotopia. É importante esclarecer que alguns textos permitem uma única leitura, ou seja, desenvolvem uma só linha temática ou temático-figurativa.

Nesse sentido, é a recorrência de traços semânticos que determina um dado plano de leitura. Assim, o termo tem sido usado para designar as reiterações de efeitos de sentido no decorrer de um texto, ou no todo de um texto, sendo caracterizada pela recorrência de certas categorias sêmicas ao longo de um discurso. Segundo o *Dicionário de Semiótica* (Greimas; Courtés, 2021, p. 275-278), “o conceito de isotopia designou, inicialmente, a iteratividade, no decorrer de uma cadeia sintagmática”. Segundo os autores, essa iteração é efetuada pelos elementos de significação e não pelas palavras; pelas figuras e não pelos signos. Os traços repetem-se ao longo do enunciado, cuja função seria assegurar a coesão semântica e a homogeneidade do discurso enunciado.

Assim, a isotopia é um lugar de sentido, composto por figuras, no caso das isotopias figurativas, ou por temas, nas isotopias temáticas. A primeira é mais concreta e concerne aos atores, ao espaço e ao tempo; já a segunda é mais abstrata, sendo estabelecida a partir da superfície figurativa. Voltemos ao *Dicionário de Semiótica*, de Greimas e Courtés (2021, p. 275): “Isotopia é um conceito usado para designar ao discurso-enunciado a homogeneidade que pode ser encontrada na análise de

duas ou mais unidades comparáveis entre si”. A definição elaborada no dicionário estipula também que a isotopia “constitui um crivo de leitura que torna homogênea a superfície do texto” e “permite elidir ambiguidades” (Greimas; Courtés, 2021, p. 275). Essa mesma definição é retomada por Fiorin (2021b, p. 112) e reformulada em outros termos: “o que dá coerência semântica a um texto e o que faz dele uma unidade é a reiteração, a redundância, a repetição, a recorrência de traços semânticos ao longo do discurso. Esse fenômeno recebe o nome de isotopia”.

Com isso, Barros (2002, p. 124) também esclarece que:

[os] desenvolvimentos da teoria semiótica, sobretudo quanto à distinção de níveis de análise e à concepção de percurso gerativo, permitem que o conceito de isotopia seja reinterpretado no quadro de uma teoria geral do discurso, mais precisamente, do seu componente semântico. Assim recuperada, a noção de isotopia conserva a ideia de recorrência de elementos linguísticos, redundância que assegura a linha sintagmática do discurso e responde por sua coerência semântica. Distinguem-se dois tipos de isotopia, segundo as unidades semânticas reiteradas: isotopia temática e isotopia figurativa. A isotopia classemática, inicialmente proposta, substitui-se, na instância do discurso, pela isotopia temática, não mais confundida com relações frásicas ou interfrásicas e capaz de mostrar a organização abstrata do discurso. A isotopia temática surge da recorrência de unidades semânticas abstratas em um mesmo percurso temático.

Neste viés, a isotopia, para a Semiótica, é a recorrência de um dado traço semântico em virtude de um texto, ou seja, adota o termo para analisar as palavras de um texto que formam um campo de sentido.

Nosso objetivo é identificar e analisar isotopias nos discursos de posse do presidente Lula. Em alguns trechos, o enunciador retoma algumas figuras ao longo do discurso para lhe dar coerência. Assim, opõem-se os temas de riqueza vs. pobreza para falar dos desafios que enfrentará como presidente. Temos, também, nos discursos analisados a isotopia patriótica que “não aparece só nos lexemas “Brasil” e “brasileiros” e seu parassinônimos¹, mas em todo componente narrativo” Fiorin (1988, p. 44). Fiorin analisa essa isotopia ao analisar o discurso 2003. No discurso analisado em nossa pesquisa, podemos identificar a isotopia patriótica em trechos como este: “[eu] estou convencido que hoje não tem no Brasil nenhum brasileiro ou brasileira mais conhecedor da realidade e das dificuldades que vamos enfrentar, mas, ao mesmo tempo, eu estou convencido e quero afirmar a vocês que não tem na face da Terra nenhum homem mais otimista do que eu estou hoje e que posso afirmar que vamos ajudar este país” (Brasil, 2003). Podemos dizer que as figuras “minhas queridas

¹ De acordo com Xavier e Mateus (1992:288) parassinônimos são “[...] termos que têm o mesmo significado, mas não têm distribuições exactamente equivalentes, i.e., que não são comutáveis em todos os contextos”.

amigas e amigos” que oscilam entre a isotopia familiar e a política, remetem à isotopia patriótica que recobre o discurso de posse como um todo.

Assim, o conceito de isotopia torna-se importante para nossa pesquisa, pois possibilita determinar o(s) plano(s) de leitura dos textos, visando definir os mecanismos de construção de certos tipos de discursos, como, por exemplo, o discurso político.

No estudo das isotopias, ainda podemos definir os conectores e desencadeadores de isotopia. Os “conectores de isotopias são palavras ou sintagmas que podem ser lidos, sem dificuldades, em várias isotopias e fazem, dessa forma, a passagem de uma leitura a outra” (Barros, 2008, p. 78). Os desencadeadores de isotopia são aqueles elementos que não inclui uma linha isotópica já reconhecida, permitindo à descoberta de novas leituras.

Matte (2024, p. 126-127) explica que:

Rastier (1981), define sucintamente a proposta greimasiana das isotopias: de um lado, evoca a noção de identidade e de similaridade e, de outro, a noção de pertencimento a um campo, domínio ou lugar. Rastier também nos conta que o conceito greimasiano de isotopias, de forma subliminar, provém de Louis Hjelmslev (1968), da oposição entre imanência e manifestação. Para as isotopias, o sentido é imanente e a isotopia pertence ao Nível Discursivo do Percurso Gerativo do Sentido, enquanto a manifestação se refere à textualização, na forma de termos e expressões encontrados ou aludidos recorrentemente no texto.

Uma outra contribuição é de Bordron (2009, p. 217) que ao conceituar isotopia, reitera seu entendimento como um eixo norteador da leitura de um texto por iteratividade ou repetição, ou como uma figura nuclear, em torno da – e em relação à – qual os demais e elementos se articulam. Ou seja, mais uma vez é enunciada a noção de relação e de articulação, fatores que permitem a comparação e constroem a narrativa. Bordron afirma que:

[...] o conteúdo que garante a isotopia pode ser de natureza muito variável. Pode-se em particular distinguir as isotopias figurativas (ou semiológicas) das isotopias semânticas (ou temáticas), estas últimas sendo asseguradas por conteúdos genéricos. Um texto pode comportar muitas isotopias e permitir assim muitas leituras. [...] em uma simples comparação como *Maria é uma flor*, duas isotopias (humana e floral) podem se encontrar conjugadas.

Nesse ponto, somos tentados a sustentar a proposta do reconhecimento de isotopias que perpassam vários textos e é similar às “configurações discursivas”, no qual Fiorin (2021, p. 107) caracteriza como um “tema amplo que aparece em vários discursos (o amor, a morte, a infância, a partida, o exílio, etc.)”. A diferença entre os dois conceitos é que, na configuração discursiva, as variações temáticas, figurativas e narrativas estão relacionadas com um mesmo “núcleo comum de sentido” (Fiorin, 2021, p. 107) – ou seja, com o chamado “tema amplo”, enquanto na isotopia são as próprias recorrências temáticas, figurativas que organizam um percurso de leitura – nesse caso, uma

leitura intertextual. Assim, o autor, afirma que coincidem com as proposições de Greimas e Courtés (2021, p. 276), pois percebe-se a flexibilidade do conceito, tanto na natureza que ele aponta quanto em uma das acepções do termo no *Dicionário*, quando os autores propõem a subdivisão entre isotopias figurativas e temáticas.

Do exposto, conclui-se, portanto, que é possível observar, nas definições postuladas pelos semioticistas, que o conceito de isotopia indica repetições, refere-se quase sempre a relações intratextuais, ou seja, episódios de reiteração de sentidos internos ao próprio texto, em percursos discursivos pluri-isotópicos, isto é, que permitem mais de um percurso de leitura ou em percursos exclusivos.

Fiorin (2022, p. 84) esclarece que “há textos pluri-isotópicos, que admitem várias leituras, mas todas elas são inscritas no texto como possibilidades. Neles, os mesmos elementos têm mais de uma interpretação segundo o plano leitura em que forem analisados”.

Assim, os textos pluri-isotópicos possibilitam múltiplas interpretações em um discurso político, pois ele servirá de ponto de partida para outros percursos de leitura, devido ao jogo de palavras, a figurativização e a tematização presentes nesses discursos.

Então, no próximo capítulo iremos descrever o que é o discurso político e as diferentes definições e delimitações do termo.

3 DISCURSO POLÍTICO

Nos últimos anos, o caráter informativo mudou o tom dos discursos políticos, pois estes passaram a assumir múltiplos papéis, entre eles o de sensibilização que põe em jogo paixões dos enunciatários-eleitores.

Portanto, para que possamos compreender essas definições em um discurso político, é preciso considerar que o falante (sujeito-político) seleciona as palavras que expressam suas ideias, suas crenças e seus valores naquela situação de comunicação. Com isso, o falante (sujeito-político) combina as palavras, a fim de que elas possam constituir um enunciado que faça sentido para o interlocutor (sujeito-eleitor), tendo em vista que ele é o alvo dessa informação. Assim, ocorre que essas funções em um discurso político constituem-se desse jogo de palavras que se manifesta na superfície da frase com vistas a convencer o eleitor.

O discurso político pode ser definido como uma repetida tentativa de convencer e fixar sentidos em um cenário de disputa; os exemplos podem se multiplicar durante as campanhas eleitorais. No discurso político, o sujeito-político é quem determina o que dizer para convencer determinados grupos sociais, sendo que as linguagens podem ter várias configurações de acordo com o contexto.

Com efeito, o discurso político é uma argumentação que é vista como uma questão de linguagem, constituindo objeto de análise, uma vez que, nela, o enunciator utiliza-se de uma pluralidade de sentidos em uma palavra. Logo, os procedimentos argumentativos são a base do discurso, principalmente do discurso político, que visa convencer o enunciatário a aceitar o que o enunciator diz como verdadeiro. É por meio da argumentação que se discutem ideia e pontos divergentes em um discurso político. Outro ponto a ser considerado é a questão da confiança ao sujeito que se anuncia no discurso, pois quando se vota em um candidato, vota-se na sua credibilidade de desempenho enquanto “sujeito de dizer ou de fazer” (Charaudeau, 2018, p. 67). Isso porque “os diferentes candidatos procuram comunicar um objeto do saber (plano de governo), modalizado como verdadeiro” (Fiorin, 1988, p. 23).

Fontanille (2019, p. 84) enfatiza que:

[o] discurso é uma unidade de análise da Semiótica. [...] o discurso é uma enunciação em ato e este ato é, primeiramente, um ato de presença: a instância de discurso não é um autômato que exerce uma capacidade de linguagem, mas uma presença humana, um corpo sensível que se exprime. Além disso, quando se escolhe como ponto de partida o discurso, dá-se conta rapidamente de que formas cristalizadas ou convencionais que nele encontramos estão longe de serem unicamente signos, pois uma das propriedades mais interessantes do discurso é a sua capacidade em esquematizar nossas representações, nossas experiências.

Antes de definirmos melhor o que é um discurso político, faz-se necessária a distinção entre a política e o político, sendo que um termo é solidário ao outro. A política não acontece fora da língua. Ela implica um saber e uma relação com a verdade. Aristóteles (2021, p. 24) descreve que “o homem, por natureza é, um animal político”. Então, o político é aquele que fala de política e está interessado em seduzir seus eleitores e para esse feito utiliza-se de jogos de palavras que visa convencer e a comover o enunciatário com uma linguagem ideológica, ou, com uma manipulação ideológica. Retomando essa ideia, pode-se concluir que o político é uma figura central na compreensão do poder e da estrutura social, pois combina a linguagem como fator social para influenciar decisões e para moldar a sociedade.

Assim sendo, todo discurso político está carregado de uma linguagem ideológica; o enunciador manifesta, implícita ou explicitamente, seus sistemas de valores e crenças (o que pode ou não ser dito). Para isso, utiliza-se da arte de moldar as palavras e tem como equivalente uma arte de moldar percursos.

É preciso considerarmos, inicialmente, que, para Charaudeau (2018), a noção de política está interligada ao ato de linguagem, tendo em vista que ambas combinam, ao mesmo tempo, elementos discursivos e situacionais. Para o autor, o sentido político do ato de linguagem depende não apenas de seu conteúdo linguístico-discursivo, mas também das situações de comunicação nas quais se elaboram o pensamento e ação política.

Então, o que é o discurso político? O discurso político pode ser entendido como “o lugar de um jogo de máscaras” (Charaudeau, 2018, s/p) em que o ator-político tenta convencer os eleitores, utilizando-se da persuasão e da manipulação.

Para Landowski (1992, p. 10), o discurso político não se caracteriza somente por ter um caráter meramente político (critério semântico), mas também por outros critérios:

[...] o caráter político de um discurso, oral ou escrito, não poderia ater-se apenas, nem mesmo prioritariamente, ao fato de que ele “fala de política” – critério semântico, mas depende muito mais do fato de que, ao fazê-lo, realiza certos tipos de atos sociais transformadores das relações intersubjetivas (critérios sintático e pragmático), estabelece sujeitos “autorizados” (com “direito de palavra”), instala “deveres”, cria “expectativas”, instaura a “confiança”, e assim por diante.

Assim, o discurso político é aquele que “fala de política”, aquele que está ligado à política, no sentido das relações entre o Estado e o cidadão e entre a política e o poder.

Landowski (1992, p. 11) ainda esclarece que, “no discurso político, devemos considerar três critérios: semântico, sintático e pragmático. O primeiro significa perceber a organização dos valores e dos objetos significantes que discurso social manipula; o segundo diz respeito as transformações das relações entre os sujeitos e a circulação intersubjetiva dos valores; o terceiro remete aos atores reais” no plano de suas práticas “vivas”.

Habermas (1980), considerado um dos maiores pensadores alemães, conceitua que a política se define tanto pela ação estratégica quanto pela ação comunicativa. O discurso político, primordialmente, pode ser definido quanto ao seu conteúdo político, considerando ambas as formas de ação.

Nesse sentido, o discurso político está vinculado à linguagem, visto que o povo, quando vota, também vota naquela imagem que se apresenta na linguagem que é usada nos discursos, bem como em algumas frases que acabam se tornando *slogan* de campanha por trazerem em seus textos um declarado comprometimento com os valores e as crenças de um povo. Nesse sentido, um discurso político busca a credibilidade e o convencimento, pois diz respeito à necessidade que o sujeito-político tem de que se acredite nele, no valor de verdade de suas asserções. Nesse sentido, espera-se uma crença na suas supostas sinceridade e honestidade de argumentação.

Considerando que o discurso político se sustenta na persuasão, é importante entender melhor esse conceito. Aristóteles (2021, I, p. 1.356a) define a persuasão a partir de três premissas básicas:

O primeiro depende do caráter pessoal do orador; o segundo, de levar o auditório a uma certa disposição de espírito; e o terceiro, do próprio discurso no que diz respeito ao que demonstra ou parece demonstrar. A persuasão é obtida graças ao caráter pessoal do orador, quando o discurso é proferido de tal maneira que nos faz pensar que o orador é digno de crédito. A persuasão pode ser obtida através dos ouvintes quando o discurso afeta suas emoções.

Podemos notar que o discurso político produz efeitos de sentido. Esses efeitos podem aparecer em duas formas: ingenuidade e paixão.

Cruz (2008, s/p) propõe a seguinte reflexão sobre a ingenuidade:

o ingênuo não é apenas aquele que está em disjunção com um saber, mas que apresenta um crer excessivo e, por essa razão, reprovável. A ingenuidade nasce, portanto, de uma combinação especial das modalidades do crer e do saber: a primeira, demasiada; a segunda, escassa. Assim, a evolução de ambas seria inversamente proporcional: quanto menor o saber, maior o crer.

Por outro lado, sobre as paixões, Greimas e Fontanille (1993, p. 21) explicam:

As paixões aparecem no discurso como portadoras de efeitos de sentidos muito particulares; ele exala como que um cheiro confuso, difícil de determinar. [...] as paixões não são propriedades exclusivas dos sujeitos (ou do sujeito), mas propriedades do discurso inteiro, e que elas emanam das estruturas discursivas pelo efeito de um “estilo semiótico” que pode projetar-se sobre os sujeitos, seja sobre os objetos, seja sobre sua junção.

Para a Semiótica, as paixões devem ser compreendidas, segundo Barros (2008, p. 47), como “efeitos de sentido de qualificações modais que modificam o sujeito de estado”. Essas qualificações organizam-se sob a forma de “arranjos sintagmáticos de modalidades ou configurações passionais”

(*Ibidem*). Por paixões, não estamos pensando no sentimento específico da pessoa que está apaixonada, mas nos sentidos de afetividade relacionados ao sujeito e na modalização do discurso.

Com isso, temos o sujeito-eleitor, que, em alguns casos, passa a se identificar com esses discursos, e, diante de tamanho transbordamento passional, nasce a figura do ingênuo que apresenta um crer excessivo e, quanto menos se sabe, mais dificuldade se encontra para lidar com este sujeito-eleitor que tem por objetivo a repetição de suas crenças. Essa ingenuidade é perigosa no campo da desinformação. Segundo Barros (2019, p. 5), os discursos baseados em mentira contam com uma interpretação que se apoia, “sobretudo ou apenas, nas crenças e emoções do destinatário interpretante”. A autora explica que, “por mais absurdos que pareçam, os discursos cujos valores estiverem de acordo com as crenças e sentimentos do destinatário serão por ele considerados verdadeiros” (Barros, 2019, p. 5). Portanto, o crer e o saber pertencem a um único recorte, isto é, estão no mesmo universo cognitivo.

Assim, o sujeito-eleitor pode formar sua opinião e suas crenças a partir da narrativa discursiva dos candidatos que têm por objetivo a persuasão e o convencimento.

O estudo dos dois dos discursos de posse do atual presidente nos permitiu descrever a imagem do candidato eleito e a imagem do eleitor e traçar, a partir daí discussões sobre a veridicção no discurso político. O dizer verdadeiro, que leva o eleitor a acreditar que o que ouve/lê “é” e “parece” verdade, garante efeito de credibilidade e confiança à imagem do sujeito-político candidato, que precisa se mostrar confiável como um sujeito do saber (e não apenas do poder) (Barros, 2013).

Portanto, o enunciador-ator (sujeito-político) constrói-se como sujeito do saber e da verdade ao desempenhar um papel temático quando ocupa um cargo político. Nessa direção, “o discurso político é um discurso de busca de poder” (Fiorin, 1988, p. 144), sendo que é nesse discurso que aparece o sujeito-político, o qual, eleito pelo povo, assume um cargo público que lhe destina o poder de decisão.

Vale destacar ainda que o discurso não projeta a realidade das coisas, mas sobre outros discursos. Assim, sob a palavra, há outras palavras, há outras emoções. No discurso político, a identidade é constituída a partir do seu público.

Outra questão central sobre o discurso político, segundo o *Dicionário de análise do discurso*, de Charaudeau e Maingueneau (2020, p. 170), assim é definida:

[o] discurso supõe uma organização transfrástica. Isso não quer dizer que todo o discurso se manifesta por sequência de palavras que são necessariamente de feição superior à frase, mas que ele mobiliza estruturas de uma outra ordem, diferente da frase [...]. Como unidades transfrásticas, os discursos estão submetidos a regras de organização em vigor em uma comunidade determinada, os dos múltiplos gêneros de discurso: regras que recaem sobre o plano de texto.

Assim, o discurso político segue uma regra de organização que se inscreve nos múltiplos

gêneros textuais.

Com efeito, para se obter êxito no discurso, é necessário que o enunciador tenha argumentos persuasivos e eficazes, pois o discurso político precisa de uma moldura argumentativa para construir uma verdade.

Segundo Fiorin (2023, p. 24), “o argumento é o que realça, o que faz brilhar uma ideia” e para o orador conquistar o auditório faz-se necessário um discurso eloquente, bem com um argumento com sentido de verdade. Assim, Fiorin (2023) explica que:

[argumentar] é, pois, construir um discurso que tem a finalidade de persuadir [...], o argumento é um enunciado, resultante, pois, de um processo de enunciação, que põe em jogo três elementos: o enunciador, o enunciatário e o discurso, ou, como foram chamados pelos rétores, o orador, o auditório e a argumentação propriamente dita, o discurso [...]. Aristóteles, na *Retórica*, convergem para a persuasão o *ethos* do orador, o *páthos* do auditório e o *lógos*, o discurso (Fiorin, 2023, p. 74).

O autor resume a reflexão, apresentando, quais argumentos podem deixar marcas para reconstrução de um discurso argumentativo, partindo de três princípios básicos apontadas por Fiorin (2023): argumentos de coexistência, argumentos que fundamentam a estrutura do real e argumentos que apelam para o *páthos*.

Assim, o autor (2023) enriquece a definição e esclarece que:

No *Argumentum ad verecundiam*: o objetivo é levar a plateia a aceitar um ponto de vista, baseando-se na autoridade de quem o anuncia, no seu conhecimento especializado, na sua credibilidade ou na sua integridade pessoal. É o que fez o presidente Lula, ao afirmar o caráter intrinsecamente honesto de seu governo (2023, 185); No *Argumentum a simili*: esse argumento tem um forte poder persuasivo, pois, nele, utiliza-se o que é conhecido para entender o que não se conhece (2023, p. 201); Já no *Argumentum ad populaum*: ocorre “o apelo as emoções do auditório [...] ou seja, argumento que faz apelo ao povo” muito utilizados por políticos, “usam uma linguagem, que têm seus valores e que compartilham suas dificuldades” (2023, p. 238).

No próximo tópico iremos tratar de um conceito importante para a semiótica discursiva: o contrato de veridicção, que utiliza a argumentação para tecer suas estratégias discursivas ancoradas na veracidade do seu discurso, tendo como artifício o “princípio de influência” (Charaudeau, 2018, p. 16), o poder de persuasão e do convencimento.

3.1 Contrato de veridicção

Nas palavras de Barros (2022, p. 24), é por meio do contrato de veridicção que o enunciador deve interpretar o discurso e ler “a verdade”. Dessa forma, constrói no discurso um dispositivo

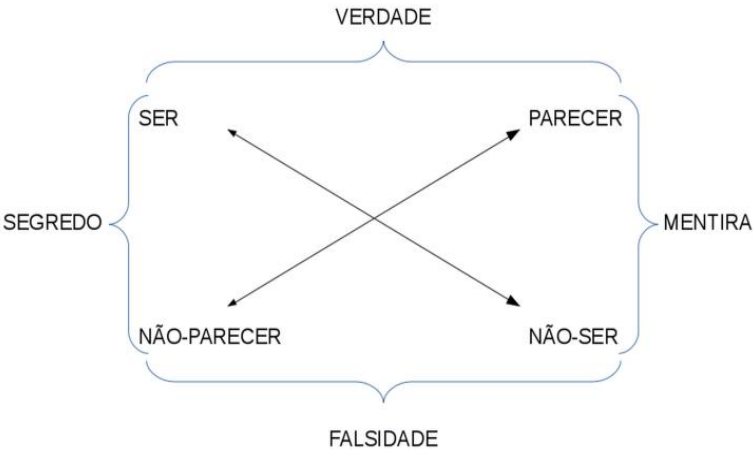
veridictório que espalha marcas a serem encontradas e interpretadas pelo enunciatário. Para escolher as pistas que serão oferecidas, o enunciador considera a relatividade cultural e social da “verdade”, sua variação em função do tipo de discurso, além das crenças do enunciatário que vai interpretá-las.

Assim, a autora (2022) conclui que a veridicção é tratada, assim, no âmbito dos estudos narrativos da manipulação e no dos estudos da modalização (modalização epistêmica pelo *saber* e pelo *crer* e modalização veridictória). O *ser* que modaliza o *ser* é chamado de modalidade veridictória e articula-se como categoria modal em *ser* vs. *parecer*.

Retomando a definição inicial extraída de Barros (2022), pode-se afirmar que o contrato de veridicção, para Barros *et al.* (2025, p. 44), segue essa mesma linha de pensamento. Vejamos:

[o] bom funcionamento desse contrato (de veridicção) depende, em definitivo da instância do enunciatário, para quem toda mensagem recebida, seja qual for seu modo veridictório, apresenta-se como uma manifestação (parece – não parecer) a partir da qual ele é chamado a atribuir este ou aquele estatuto ao nível da imanência (a decidir sobre o ser ou não ser).

Figura 6 – apresenta o quadrado com as modalidades veridictórias.



Fonte: Greimas (2021, p. 532).

Como se pode ver na Figura 6, a categoria da veridicção ancora-se em dois esquemas: o esquema *parecer/não parecer* que é chamado de manifestação e o do *ser/não ser*, imanência. Assim, Barros (2022, p. 28) descreve que no quadrado veridictório “pode-se propor a verdade e a falsidade como termos primitivos e a mentira ou o segredo como seus contraditórios”.

Matte, (2024, p. 96) explica como ocorre a classificação do esquema veridictório, utilizando “uma função $F = \{\text{modo de imanência}\} + \{\text{modo de manifestação}\}$, na qual o modo de imanência pode ser preenchido com /ser/ ou /não ser/ e, o de manifestação, com /parecer/ ou /não parecer (Quadro 2). A autora, ainda esclarece que essa tabela, no entanto, é insuficiente para definir como se analisa a Veridicção no texto.

Quadro 2 – Função da Veridicção conforme a Soma dos Funtivos Imanência e Manifestação.

Veridicção	Modo de Imanência	Modo de Manifestação
Verdade	Ser	Parecer
Segredo	Ser	Não-parecer
Mentira	Não-ser	Parecer
Falsidade	Não-Ser	Não-Parecer

Fonte: Matte, (2024, p. 96)

É entre essas duas dimensões que atua o “jogo da verdade”. Esse “jogo” é representado por meio de um discurso que busca a credibilidade ou um poder fazer legitimado no discurso: o enunciatário adere àquilo que faz parte de seu regime de verdade, àquilo que se instaura como o bom ou o certo a se fazer. Dessa forma, o enunciador beneficia-se do fato de produzir um discurso que o faz parecer verdadeiro, no qual ele pode manipular para atingir objetivos diversos.

Sob esse aspecto, analisar o discurso político, sobretudo o discurso de posse, é antes de tudo, esclarecer que “o discurso exerce um fazer interpretativo dos fatos” (Fiorin, 1988, p. 104). Assim, Fiorin (1998) ressalta:

[o] fazer interpretativo está ligado ao fazer persuasivo. A interpretação busca fundar um saber-verdadeiro, a fim de que ela possa ser comunicada e aceita, como verdade, pelo destinatário. 'A interpretação integra-se, assim, na persuasão como um sintagma importante de seu programa' (Greimas, 1976, 188). No caso dos discursos que estamos analisando há uma auto-interpretação, ou seja, quem realiza a interpretação é o próprio sujeito do fazer. Ele estabelece o que é verdade, falsidade, mentira ou segredo.

Sob esta óptica, Fiorin (1999) afirma que “a Semiótica não se interessa pela verdade dos enunciados, mas por sua veridicção, isto é, pelos efeitos de sentido de verdade com os quais um discurso se apresenta como verdadeiro, falso, mentiroso, etc.”.

Portanto, o discurso político se constrói a partir de um contrato de veridicção, em que o sujeito-eleito se dirige ao sujeito-eleitor para estabelecer um discurso que deve *parecer* e *ser* verdadeiro.

Com efeito, Greimas e Courtés (2021, p. 530-531) refere-se à veridicção como o “dizer-verdadeiro”. Não mais se imagina que o enunciador produza discursos verdadeiros, mas discursos que produzem um efeito de sentido “verdade”. Assim, a produção da verdade corresponde a um *fazer fiduciário* ao *fazer parecer verdadeiro* que se pode chamar de fazer persuasivo.

Valendo-nos de uma análise feita por Greimas (1978, p. 213), conclui-se que:

[...] o fato de que um discurso possa ser qualificado como “verdadeiro” independentemente de qualquer referência a outra coisa, não deixa de propor a questão de sua organização interna e das condições de produção de consumo dos discursos verdadeiros. Uma vez que se instala o espaço da reflexão sobre a veridicção no interior do próprio discurso, algumas interrogações ingênuas podem surgir para preenchê-lo: em que condições dizemos a verdade? Como mentimos? Como fazemos para esconder e desvendar os segredos? A esta série indefinida de questões que se coloca todas do ponto de vista do produtor do discurso.

Assim, nas palavras de Greimas e Courtés (2021), os termos “verdade” e “contrato de veridicção” podem ser definidos assim:

[não] é de todo inútil sublinhar que o “verdadeiro” está situado no interior do discurso, pois ele é o fruto das operações de veridicção: isso exclui qualquer relação (ou qualquer homologação) com um referente externo (Greimas; Courtés, 2021, p. 529).

Por conseguinte, o *crer* é mais significativo do que o *saber*. Neste sentido, uma boa argumentação faz a diferença em um discurso político que visa a persuasão por meio da palavra, pois, ao produzir um discurso, estabelece-se uma seleção de crenças, valores e formas linguísticas, que pode ser definida como “o que pode e deve ser dito”.

O contrato de veridicção insere-se no enunciado de forma implícita ou explícita, isto é, sendo reinterpretada na instância do enunciatário, “para quem toda mensagem recebida, seja qual for seu modo veridictório, apresenta-se como uma manifestação” (Greimas e Courtés, 2021, p. 530) pelo sinal do “parecer”. É a partir desse *parecer* que o enunciatário terá de interpretar o *ser/não-ser* inscritos no nível de imanência. O enunciatário é chamado a validar esse contrato de veridicção, a modalizar aquele “parecer/não-parecer”, sobre um “ser/não-ser” (Greimas; Courtés, 2021, p. 533).

A veridicção² de um discurso não exprime, portanto, uma “verdade em si”, mas sim, e sempre, uma “verdade em relação com outra verdade” – a verdade do metadiscurso que declara o primeiro “falso” ou “verdadeiro”.

Nesse sentido, Barros *et al.* (2025, p. 12) afirma que “para a semiótica, a verdade não é uma questão de fidedignidade, mas de fidúcia e eficácia discursiva. Ela deve ser estudada, portanto, levando em consideração as dinâmicas interacionais entre o enunciador e o enunciatário”.

² Segundo Matte (2024, p. 91) “veridicção é exatamente o que diz a palavra: dicção = dizer, veri = verdadeiro. Um dos mais importantes princípios epistemológicos da Semiótica Greimasiana sustenta que a verdade – e mesmo o mundo natural como o concebemos – é uma construção da linguagem”.

Para Barros (2022, p. 25) há uma interdependência entre os contratos veridictório e fiduciário:

[ele] [o contrato fiduciário] se manifesta, entretanto, também no nível da estrutura da enunciação e apresenta-se então como um **contrato enunciativo** [...], ou como contrato de veridicção, já que visa a estabelecer uma convenção fiduciária entre o enunciador e o enunciatário, referindo-se ao estatuto veridictório (ao dizer verdadeiro) do discurso enunciado. O contrato fiduciário que assim se instaura, pode repousar em uma evidência (isto é, numa certeza imediata) ou então ser precedido de um fazer persuasivo (de um fazer-crer) do enunciador, ao qual corresponde um fazer interpretativo (um crer) da parte do enunciatário (Greimas; Courtés, 2021, p. 101, grifos no original).

A partir desse princípio, os diferentes aspectos desses contratos se instauram nos discursos dos fazeres persuasivo do enunciador e no interpretativo do enunciatário. A autora, ainda acrescenta que “a fíducia ou a centralidade que o *crer* assume no contrato veridictório congrega em si duas dimensões importantes, pois, ao mesmo tempo, é preciso que haja confiança em quem diz e uma *crença* no que é dito” (Fontanille e Ziberberg, 202: 265 *apud* Barros *et al.* 2025).

3.2 A relação entre política e poder

A política é uma atividade inerente ao ser humano. Ela norteia as relações sociais, e muitos cientistas que trabalham na relação entre linguagem e política, entre os quais José Luiz Fiorin, Eric Landowski, Diana Luz Pessoa de Barros e Dominique Maingueneau, Patrick Charaudeau, a definem a partir da disputa de poder.

Fiorin (2009, p. 148), por exemplo, define que “a política diz respeito ao poder, ou melhor, aos poderes. Isso permite incorporar à política não só o que está dentro do campo da aceitabilidade tradicional desse termo, mas também todas as relações de poder que se exercem na vida cotidiana”. A partir dessas palavras de Fiorin, percebe-se que o poder se constrói a partir da palavra que visa persuadir, seduzir e manipular o público. Assim, o discurso é uma palavra em movimento.

Assim, Charaudeau (2020, p. 19) reforça que “a política é o que mantém no cerne da sociedade a esperança de um futuro melhor. A fala política é onde se misturam esperanças e ações, onde se efetua, por conseguinte, um contrato de identidade social entre dirigentes e cidadãos”. Então, em um discurso político a palavra é feita de promessas.

Nessa perspectiva, o objeto em que se inscreve o poder é a linguagem, pois o sujeito-político utiliza-se, como já dissemos, de múltiplos argumentos para seduzir o leitor. Assim, esta é uma expressão obrigatória em um discurso: “O poder reside na língua, porque ela é uma classificação e toda classificação é opressiva” (Barthes 1980, p. 12 *apud* Fiorin, 2009, p. 150). Isso quer dizer que o discurso não se relaciona diretamente com as coisas, mas com outros discursos, que semiotizam o mundo. Essa relação entre os discursos é o dialogismo. Se não temos relação com as coisas, mas

com os discursos que lhes dão sentido, o dialogismo é o modo de funcionamento real da linguagem, como podemos afirmar a partir dos trabalhos de Bakhtin. Sobre o dialogismo, esse autor (1986, p. 86 *apud* Fiorin, 2009, p. 152) afirma que

[...] todo discurso concreto (enunciação) encontra aquele objeto para o qual está voltado, sempre, por assim dizer, desacreditado, contestado, avaliado, envolvido por sua névoa escura ou, pelo contrário, iluminado pelos discursos de outrem que já falara sobre ele. O objeto está amarrado e penetrado por ideias gerais, por pontos de vista, por apreciações de outros e por entonações. Orientado para o seu objeto, o discurso penetra neste meio dialogicamente perturbado e tenso de discursos de outrem, de julgamentos e de entonações. Ele se entrelaça com eles em interações complexas, fundindo-se com uns, isolando-se de outros, cruzando com terceiros; e tudo isso pode formar substancialmente o discurso, penetrar em todos os seus estratos semânticos, tornar complexa a sua expressão, influenciar todo o seu aspecto estilístico.

Assim, como não existe objeto que não seja cercado pelo discurso, todo discurso dialoga com outros discursos. Como efeito, conforme Faraco (2003, p. 66 *apud* Fiorin, 2009, p. 152), um dos significados da palavra diálogo é o que remete a “solução de conflitos”, “entendimento”, “promoção de consenso”.

Sob esta ótica, percebemos que a constituição da opinião é ancorada na construção do discurso e da figura dos políticos, do papel da mídia e das pesquisas de opinião que visam à persuasão e à manipulação por meio da opinião pública, e isso aponta para a existência de jogos de poder entre as vozes discursivas.

No próximo capítulo apresento a metodologia que foi utilizada para organizar a pesquisa.

4 METODOLOGIA

Neste capítulo, a dissertação se concentra na descrição metodológica da pesquisa. Quanto à abordagem, ela é qualitativa, porquanto não possui como foco analítico dados estatísticos. Sua natureza é básica, posto que a pesquisa é baseada em textos já existentes, os discursos de posse. Quanto aos seus procedimentos técnicos, ela é, concomitantemente, bibliográfica, visto que sua base teórica foi encontrada em livros, teses de doutorado, dissertações de mestrado e artigos; e documental, pois seus materiais escolhidos para análise constituem-se de dois discursos de posse de um presidente. No que concerne aos seus objetivos, configura-se como descritiva, uma vez que se propõe a compreender e evidenciar configurações de dois discursos de posse do presidente Lula, sem que a pesquisadora exerça influência sobre os dados recolhidos.

O método científico é, de acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 24), “o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para atingirmos o conhecimento”. No caso deste estudo, o procedimento empregado envolve a análise semiótica do discurso, tendo em vista que esta se configura como um arcabouço teórico e metodológico para esse tipo de análise, uma vez que delimita percursos e categorias de análise para interpretação dos sentidos.

Esse tipo de análise permite a detecção de elementos temáticos e figurativos presentes na materialidade discursiva, bem como as estratégias enunciativas de projeção de pessoa, tempo e espaço, fazendo com que seja possível identificar os traços ideológicos nela presentes e a posição dos sujeitos perante estes.

Em nossa revisão bibliográfica, utilizamos alguns conceitos de estudiosos como José Luiz Fiorin, Diana Luz Pessoa de Barros, Dominique Maingueneau, Algirdas Julien Greimas e Joseph Courtés, Aristóteles, Patrick Charaudeau, Ferdinand de Saussure, Émile Benveniste, Lucia Santaella, Dilson Cruz, Alexandre Bueno, Jacques Fontanille, Eric Landowski, Norma Discini, entre outros, ancorando, assim, a pesquisa nesses autores e, ao mesmo tempo, costurando informações sobre o discurso político e a semiótica a fim de possibilitar um conhecimento do assunto pesquisado.

Desta forma, utilizamos uma base de dados qualitativa para localizar e descrever o discurso político como fenômeno linguístico, buscando contextualizar os conceitos a serem utilizados, junto à fundamentação metodológica, que justifica sua execução. A análise que estamos tentamos construir não se concentra na eleição do presidente Lula, mas em momento posterior, no seu discurso de posse que confirma sua bem-sucedida campanha de eleição.

Além da revisão bibliográfica, nossa metodologia adotou como procedimento uma pesquisa documental de discursos de posse. Segundo Moreira (2005, p. 271), “a pesquisa documental

compreende a identificação, a verificação e a apreciação de documentos para determinado fim”. Conforme a autora, as fontes de pesquisa documental geralmente são de origem secundária; ou seja, já estão reunidas e organizadas. Neste caso, foram reunidos os discursos de posse do presidente Lula.

Para Cellard (2008, p. 295), “a pesquisa documental faz uso do documento”. Sendo que este termo assume o significado de prova, isto é, instrumento escrito que faz fé daquilo que atesta como registro de comprovação de fatos ou acontecimentos. Afinal,

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente.

Assim, diante da revisão bibliográfica, que nos permitiu construir a fundamentação teórica deste trabalho, e a pesquisa documental, que nos permitiu a seleção do *corpus*, outro passo da metodologia foram as análises semióticas desse *corpus* selecionado.

Nosso *corpus* é composto por dois discursos de posse, um proferido em 1º de janeiro de 2003 e outro em 1º de janeiro de 2023, pelo então eleito presidente Luiz Inácio Lula da Silva (conhecido como Lula). Os dois discursos completos podem ser encontrados nos Anexos A e B.

Como explicamos na introdução, o discurso da posse de 2007 não será objeto de análise deste *corpus* porque foi analisado por nós como discurso muito semelhante ao da posse de 2003, sendo, portanto, um discurso de continuidade e não de transição. Nele, o atual presidente Lula procurou manter o discurso da importância da erradicação da fome e da diminuição da desigualdade, ou seja, um discurso político de aproximação com o seu eleitor e o seu perfil desde 2003.

A análise semiótica dos discursos de posse de Lula buscou investigar o seu papel enquanto ator-político e também as estratégias enunciativas empregadas no sentido de persuadir o enunciário. Nesse sentido, a pesquisa se propôs, a partir das análises, demonstrar como se constroem discursivamente os discursos de posse do atual presidente Lula em dois momentos, 2003 e 2023, e seus efeitos discursivos para a construção de sua imagem como sujeito-eleito em sua relação com o sujeito-eleitor. Assim, para a pesquisa dos discursos de posse do atual presidente Lula, buscamos investigar como ele se organiza enunciativamente e quais são os seus procedimentos argumentativos.

Considerando a organização teórico-metodológica da semiótica em seu percurso gerativo de sentido, elegemos o nível discursivo para a análise, por tratar do estudo da enunciação e representações no discurso. Metodologicamente, ao longo da análise da sintaxe e da semântica do nível discursivo da Semiótica, selecionamos alguns trechos dos discursos para exemplificar as características observadas nos textos como um todo.

5 ANÁLISE SEMIÓTICA

Neste capítulo, faremos a análise dos discursos de posse do atual presidente Lula. Nesta análise, identificamos e descrevemos as estratégias enunciativas encontradas nos discursos de posse de Lula de 2003 e 2023.

Acreditamos que analisar um discurso político, sobretudo um discurso de posse, permite-nos observar um jogo de estratégias discursivas que visa favorecer o sujeito-eleito, pois, quando esse sujeito fala, constroem-se as verdades nas quais espera-se que os eleitores acreditem.

Começamos, assim, com a apresentação da contextualização social e histórica do presidente e em seguida a transmissão da faixa presidencial.

5.1 Contextualização social e histórica

Em um levantamento sobre candidaturas de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) à Presidência da República, identificamos 1989, 1994, 1998, 2002, 2006, 2018 e 2022. Para esse cargo Lula foi o primeiro presidente do Brasil a receber 68% dos votos válidos nas últimas décadas. Além disso, foi o primeiro ex-operário a se tornar presidente. Governou o país em dois mandatos consecutivos, de 2003 a 2006 e de 2007 a 2010. Depois retornou à Presidência da República após ganhar o segundo turno das eleições presidenciais em 2022, assumindo pela terceira vez o maior cargo da política brasileira. Lula se tornou, então, o 39º presidente e a solenidade de posse no Palácio do Planalto foi marcada pela diversidade popular e quebra de protocolo (representantes do povo passaram a faixa presidencial e não o ex-presidente), e pela presença em massa de autoridades internacionais.

Lula é representante do Partido dos Trabalhadores (PT), sendo esse um partido de esquerda, que tem como premissa discursiva a luta pela igualdade social e pela democracia.

A seguir, apresentaremos como ocorreu a Transmissão de faixa presidencial de 2003 e 2023, as análises semióticas dos discursos de posse do presidente, discursos esses que representam pontos de referências significativos na história política do Brasil em diferentes contextos sociais, econômicos e políticos, além de salientar a evolução da retórica do presidente Lula ao longo de duas décadas.

5.1.1 *Transmissão de faixa presidencial – 2003*

A transmissão de faixa presidencial é um ritual simbólico e que faz parte do protocolo estabelecido e é um momento marcante da cerimônia em que o atual presidente recebe de seu antecessor a faixa presidencial. Em 2003 o presidente Fernando Henrique Cardoso passou a faixa presidencial ao atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva em uma cerimônia que transcorreu em um clima de conciliação e respeito e que marcou a (re)democratização do país. Assim, o Ex-presidente

Fernando Henrique Cardoso, finalizou seu mandato demonstrando emoção e amizade ao seu sucessor. O Ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, Filiado Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), foi o 34.º presidente da República Federativa do Brasil entre 1995 e 2002, partido de direita.

5.1.2 Transmissão de faixa presidencial – 2023

Na posse do presidente Lula em 2023, havia grandes expectativas de quem seria o responsável por passar a faixa presidencial, tendo em vista que o antecessor, Jair Messias Bolsonaro, não reconheceu publicamente a vitória do presidente Lula, pois viajou para os Estados Unidos pouco antes da transmissão de cargo, ou seja, se recusou a entregar a faixa ao presidente Lula. É importante ressaltar que a transmissão de faixa não é um ritual obrigatório, mas é um momento importante da cerimônia de posse.

Assim, pela primeira vez, na história do Brasil a transmissão da faixa presidencial foi realizada por um grupo de pessoas que representou a diversidade brasileira (Figura 7). Em um clima de emoção e respeito, o presidente recebe a faixa presidencial em uma cerimônia que se tornou um símbolo de resistência e democracia do país, sendo que essa imagem vai ficar para a História. A cerimônia foi ressignificada por esse grupo de pessoas em uma demonstração de solidariedade e respeito. Com isso, cada representante do povo teve o seu papel nesse ato, pois “o Brasil é um país de todos” em que as diferenças não se anulam.

Deste ponto de vista, a posse de Lula em 2023 celebrou a diversidade a partir de um novo olhar. E constituiu uma oportunidade para referenciar o regime democrático do país e a união do povo brasileiro, pois essas duas questões evidência o papel de um presidente que dialoga com o povo na construção de uma sociedade justa, que tem por compromisso o de acabar com a fome e a combater todas as formas de desigualdade. Lula ressalta em seu discurso: “vou governar para os 215 milhões de brasileiros e brasileiras”, ou seja, “vou governar para todas e todos, olhando para o nosso luminoso futuro em comum, e não pelo retrovisor de um passado de divisão e intolerância” (Brasil, 2023).

Figura 7 – cerimônia de posse em 2023.



Fonte: Poder 360 (2023).

Nesse momento histórico, o presidente Lula reforça que o Brasil é um país que acolhe as diferenças, pois irá governar “para os 215 milhões de brasileiros e brasileiras, e não apenas para quem votou em mim” (Brasil, 2023). Assim, o presidente Lula reescreve sua história e a do Brasil revelando um discurso patriótico.

5.2 Análise do discurso de posse 2003

Nesta análise, identificamos e descrevemos as estratégias argumentativas encontradas no discurso de posse do presidente Lula em 2003. O objetivo é verificar quais são as marcas linguísticas da argumentação presentes no discurso e os efeitos de sentido provocados pelas mesmas. Portanto, analisar um discurso de posse, leva-nos a observar um jogo de estratégias argumentativas que contribuem para forjar a imagem do sujeito-eleito. O discurso completo pode ser encontrado no Anexo A.

[...] iremos recuperar a dignidade do povo brasileiro. Recuperar a sua auto-estima e gastar cada centavo que tivermos que gastar na perspectiva de melhorar as condições de vida de mulheres, homens e crianças que necessitam do Estado brasileiro.

O meu papel neste instante, com muita humildade, mas também com muita serenidade, é dizer a vocês que eu vou fazer o que acredito que o Brasil precisa que seja feito nesses quatro anos [...] mais um compromisso moral e ético que eu quero assumir aqui nesta tribuna, na frente do povo, que é o único responsável pela minha vitória e pelo fato de eu estar aqui hoje tomando posse.

[...] garantir que todo brasileiro e brasileira possa todo santo dia tomar café, almoçar e jantar porque isso não está escrito no meu programa, isso está escrito na

Constituição brasileira, está escrito na Bíblia, está escrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Isso, nós vamos fazer juntos. [...] um abraço especial aos companheiros e companheiras portadores de deficiência física que estão sentados na frente deste parlatório. (Brasil, 2003).

Nesse primeiro momento de seu discurso, Lula projeta uma imagem de nacionalista, solidariza-se e se identifica com os problemas do povo brasileiro. Assim, um contrato de confiança é estabelecido entre sujeito-eleito e sujeito-eleitor, pois resolver a questão da fome em seu governo é colocado como uma prioridade.

Observamos que há um processo de identificação entre esse sujeito-eleito e esse sujeito-eleitor construídos na narrativa, pois o ator Lula se apresenta como parte integrante desse “povo brasileiro”, disposto a gastar “cada centavo” para melhorar a vida das pessoas que compõem a nação. Outro ponto a ser observado diz respeito ao fato de os valores apresentados serem, nesse primeiro momento, valores subjetivos, relacionados ao “ser” do sujeito (dignidade, autoestima, serenidade, humildade, moral e ética). Em um segundo momento do discurso, os valores projetados se apresentam como valores do tipo objetivo (como é o caso da “comida” que mata a fome). Assim, a narrativa-discurso produz um efeito de sentido interessante: mais que matar a fome “do corpo”, esse sujeito-eleito quer matar a fome “do espírito”, oferecendo uma vida digna a cada brasileiro, brasileira e crianças.

Em outro trecho, o enunciador Lula ressalta que quer “melhorar as condições de vida de mulheres, homens e crianças”, generalizando o público para denotar que todas as pessoas são importantes em seu governo e que todos têm direito a uma vida digna.

O tema “humildade”, que remete à “perda de honra e falta de dignidade”, garante ao discurso uma responsabilização do enunciador por resolver o problema apresentado, da fome ao longo da história brasileira. Já o tema da pobreza visa criar o efeito de grande e persistente problema da fome que se pretende resolver “[...] garantir que todo brasileiro e brasileira possa todo santo dia tomar café, almoçar e jantar. (Brasil, 2003).

Assim, a palavra “fome” é revestida de significados, pois comporta uma abrangência de sentidos e nos leva a pensar a qual “fome” o ator-Lula está se referindo: na fome por dignidade, por respeito, por uma identidade social ou a fome no sentido de não ter algo para se alimentar? Contudo, a palavra “fome”, conforme foi dita, apoia-se no entendimento de que essa é uma pergunta que possui múltiplas resposta, uma vez que no dizer do presidente ecoa o desejo de querer solucionar essa questão, isto é, manifesta um querer-fazer: “recuperar a dignidade do povo brasileiro recuperar a autoestima e gastar cada centavo na perspectiva de melhorar as condições de vida de mulheres, homens e crianças” (Brasil, 2003).

Podemos dizer que o discurso em análise é figurativo, pois representa o mundo com figuras como Brasil, Constituição brasileira, Bíblia, e Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assim,

neste trecho do discurso, o enunciador figurativizado como recém-eleito Lula utiliza-se de estratégias argumentativas com vista a persuadir os eleitores. Ele enfatiza a importância do povo em cada palavra pronunciada, criando uma relação de identidade com o enunciatário, figurativizado como eleitor brasileiro. Podemos citar como exemplo o enunciado “O meu papel neste instante, com muita humildade, mas também com muita serenidade, é dizer a vocês que eu vou fazer o que acredito que o Brasil precisa que seja feito nesses quatro anos [...] mais um compromisso moral e ético que eu quero assumir aqui nesta tribuna, na frente do povo, que é o único responsável pela minha vitória e pelo fato de eu estar aqui hoje tomando posse”. Neste trecho, Lula busca se aproximar de seus eleitores criando um efeito de sentido de respeito com o povo brasileiro.

Na análise da sintaxe discursiva, observa-se a utilização da debreagem enunciativa, que cria um efeito de sentido de subjetividade no discurso, predominando a primeira pessoa do plural, como em “o que dissemos é que iremos recuperar a dignidade do povo brasileiro, recuperar a autoestima e gastar cada centavo que tivermos na perspectiva de melhorar as condições de vida de mulheres, homens e crianças” (Brasil, 2003). Em uma primeira análise, podemos dizer que há, neste trecho do discurso, uma embreagem actorial, já que se usa o “nós” no lugar do “eu”. O efeito de sentido é de que o “eu” se coloca no interior do discurso e representa a aproximação do sujeito-eleito com o sujeito-eleitor.

Então, busca-se um discurso subjetivo que enfatiza o social de forma afetiva e apaixonada, possibilitando uma ressignificação das palavras, pois o discurso é a atividade verbal social. Em outra análise, podemos dizer que esse “nós” representa no discurso a consciência de que ser presidente envolve compor uma equipe necessária para o andamento das atividades, ou seja, o presidente não atua sozinho nesse papel, mas com vários outros sujeitos em um fazer coletivo.

Em “enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira”, existem várias “figuras” que podem ser exploradas. Analisamos mais acima esse trecho como isotopia familiar e isotopia política, para criar um efeito de patriotismo. Quando o presidente Lula, diz “irmão brasileiro” e “irmã brasileira”, ele se identifica como “povo”, como pertencendo ao grupo ao qual ele se dirige, e que pretende governar ao lado do povo e para o povo. Outro ponto importante: Lula é lembrado em discurso jornalístico como o “pai dos pobres”.

De acordo com Barros (2008, p. 57), o jornal é um exemplo de como um saber tem duplo efeito, o de objetividade e o de “dono da verdade”. Segundo o Jornal Folha de São Paulo, publicada em 01/01/2006, Lula troca *slogan* de “Paz e Amor” por “Pai dos Pobres”:

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende se apresentar candidato à reeleição em 2006 com um figurino menos “Lulinha Paz e Amor”, adotado em 2002 sobretudo para conquistar a confiança dos mercados, e mais “Pai dos Pobres”, em uma tentativa de recuperar seu prestígio com as camadas mais carentes do eleitorado e atrair a classe média com o argumento que a sua opção número 1 foi o combate à miséria.

Assim, fazendo uma referência ao ex-presidente Getúlio Vargas (1930 a 1945), vemos que Lula não se coloca como “pai” no trecho citado acima, mas sim como “irmão”, que cuida e protege, ou seja, ele se apresenta como membro-participante de cada família brasileira, como um igual que quer lutar “junto” com o povo por dias melhores. A figura de “pai dos pobres” é, assim, eliminada nesse discurso de posse analisado.

Os efeitos de compromisso podem ser percebidos no seguinte trecho: “[...] iremos recuperar a dignidade do povo brasileiro” (Brasil, 2003). Usa-se o tempo do futuro, mas o presente é o ponto de referência, operando em debreagem enunciativa. O discurso remete assim a planos e estratégias, comuns nesse tipo de discurso.

Os recursos lexicais empregados compõem um campo semântico de figuras ligadas à solidariedade aos mais pobres, o que pode ser identificado em: “recuperar a dignidade e a autoestima do povo brasileiro”, “investir em melhorias nas condições de vida de quem mais necessita” e “lutar contra a desigualdade e a extrema pobreza”. Vale ressaltar ainda que depois de cada temática, entre o dito e o feito, a promessa e a ação (“recuperar”, “garantir”) são indícios de compromisso assumido, atrelado ao tema da solidariedade. No trecho “[...] garantir que todo brasileiro e brasileira possa todo santo dia tomar café, almoçar e jantar porque isso não está escrito no meu programa, isso está escrito na Constituição brasileira, está escrito na Bíblia, está escrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos”, o discurso político se associa ao religioso e jurídico, que permite passar do discurso político para o discurso sagrado e constitucional.

Assim, observa-se a construção da sua imagem com um presidente que zela pelo seu povo e busca criar conexões com esse povo por meio de um discurso de legitimidade. Percebemos que “a presença do outro emerge no discurso” (Authier-Revez, 1990, p. 33) e esse outro é o povo brasileiro como carente de iniciativas efetivas para mudar sua realidade.

A análise do seguinte trecho nos permite reafirmar o seu compromisso de governar para todos os brasileiros, pois é construída uma imagem de presidente competente:

[eu] estou convencido que hoje não tem no Brasil nenhum brasileiro ou brasileira mais conhecedor da realidade e das dificuldades que vamos enfrentar, mas, ao mesmo tempo, eu estou convencido e quero afirmar a vocês que não tem na face da Terra nenhum homem mais otimista do que eu estou hoje e que posso afirmar que vamos ajudar este país.

[...] uma coisa eu não terei nenhuma dúvida de ser honesto com o povo e dizer que não sei fazer, que não posso fazer e que não tem condições, mas eu quero que vocês carreguem também a certeza que eu, em nenhum momento da minha vida, faltarei com a verdade com vocês [...]

[...] cuidar da educação, cuidar da saúde, fazer a reforma agrária, cuidar da

Previdência Social e acabar com a fome neste país são compromissos menos programáticos e mais um compromisso moral e ético.

[...] que vieram de Roraima, do Acre, do Amapá, do Amazonas, que vieram de Rondônia, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, que vieram do Maranhão, do Piauí, do Ceará, que vieram do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Alagoas, de Pernambuco, de Sergipe, da Bahia, companheiros de Brasília, mas também companheiros de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, [...] aos meus irmãos de caetés. Minha grande cidade natal, que se chama Garanhuns [...] (Brasil, 2003).

Nesse bloco, Lula se apresenta como um presidente que se identifica com os problemas sociais do país, “cuidar da educação, cuidar da saúde, fazer a reforma agrária, cuidar da Previdência Social e acabar com a fome neste país são compromissos menos programáticos e mais um compromisso moral e ético” (Brasil, 2003). Cria, assim, mais uma vez efeito de aproximação pelas sensibilizações com os temas importantes para seus eleitores.

O presidente Lula promove a sua imagem de carismático, próprio do político preocupado com a imagem pública, com a opinião pública, quando ele reconhece a força dos Estados, figurativizados nos nomes listados, e agradece todos aqueles que estiveram em Brasília para sua posse, reforçando que ninguém será esquecido em seu governo. Lula demonstra que sabe o que fazer e como fazer para governar o território brasileiro em suas múltiplas diversidades. Em um regime inclusivo, não importa a instância geodemografia do país, todos terão acesso aos benefícios do seu governo.

Por meio de um discurso inclusivo, Lula promete a participação dos cidadãos portadores de deficiência física em seu governo, reafirmando o valor de universalidade e diversidade: “um abraço especial aos companheiros e companheiras portadores de deficiência física”.

Desse modo, determinados aspectos identitários vão sendo construídos ao longo de seu discurso. O enunciador não somente se coloca como aquele que entende os problemas da sociedade brasileira (educação, saúde, economia), mas que sabe o que é preciso fazer para melhorar essa realidade e pode fazer como presidente. As medidas listadas em seu discurso de posse afirmam a sua competência com base no seu compromisso solidário, que promete um olhar mais cuidadoso aos mais pobres.

Lançamos um olhar específico para o seguinte trecho: “Eu estou convencido que hoje não tem no Brasil nenhum brasileiro ou brasileira mais conhecedor da realidade e das dificuldades que vamos enfrentar, mas, ao mesmo tempo, eu estou convencido e quero afirmar a vocês que não tem na face da Terra nenhum homem mais otimista do que eu estou hoje e que posso afirmar que vamos ajudar este país” (Brasil, 2003).

Opera-se nesse trecho analisado em debreagem enunciativa, pois o enunciador provoca um efeito de aproximação com o enunciatário, na medida em que se manifesta em primeira pessoa (“eu”)

e em um tempo e espaço presentes (agora e aqui).

Percebemos, que os argumentos do presidente Lula são ancorados no *argumentum ad verecundiam*, que é baseado na autoridade de quem fala, no seu conhecimento e na sua credibilidade. Nesse trecho o enunciador afirma se destacar dos outros por sua competência de ver o Brasil e seus problemas como nenhum outro. Busca, assim, persuadir os eleitores de terem feito a boa escolha e de confiarem no seu poder de realizar as propostas previstas no programa de eleição.

Enquanto o discurso se materializa nas formações discursivas, o texto é um lugar de persuasão e convencimento, assim nesse trecho encontramos as figuras “conhecedor da realidade e das dificuldades que vamos enfrentar”, “convencido”, “homem mais otimista”, que remete ao tema da confiança e otimismo que predomina no discurso. No mesmo sentido, a figura de “honesto” no seguinte trecho reforça esses temas e acrescenta o tema da verdade, assumindo também que como homem ele também pode falhar: “[...] uma coisa eu não terei nenhuma dúvida de ser honesto com o povo e dizer que não sei fazer, que não posso fazer e que não tem condições, mas eu quero que vocês carreguem também a certeza que eu, em nenhum momento da minha vida, faltarei com a verdade com vocês [...]”.

Além do argumento de autoridade, já citado, podemos identificar outros argumentos no discurso de posse. O *Argumentum a simili*, argumento por comparação, tem um forte poder persuasivo. Podemos identificar esse argumento no seguinte trecho: “Tratarei vocês com o mesmo respeito que eu trato os meus filhos e os meus netos, que são as pessoas que a gente mais gosta e eu quero propor isso a vocês: amanhã, estaremos começando a primeira campanha contra a fome neste país” (Brasil, 2003). Dessa forma, o presidente Lula cria um discurso de aproximação com o intuito de convencer o enunciatário do que está sendo dito.

Por fim, no *Argumentum ad populum*, apelo ao povo, ocorre o apelo às emoções do auditório. Podemos identificar esse argumento em: “Podem ter a certeza mais absoluta que um ser humano pode ter, quando eu não puder fazer uma coisa eu não terei nenhuma dúvida de ser honesto com o povo e dizer que não sei fazer, que não posso fazer e que não tem condições, mas eu quero que vocês carreguem também a certeza que eu, em nenhum momento da minha vida, faltarei com a verdade com vocês que confiaram a minha pessoa” (Brasil, 2003). Aqui o presidente Lula investe no apelo as emoções e no espírito de sinceridade.

Os argumentos do presidente Lula se baseiam na autoridade de quem o anuncia, na sua credibilidade ou na sua integridade moral diante da sociedade.

Para La Boétie (2006), o poder cristaliza-se na linguagem: são as palavras que constituem a base da fascinação. Sendo assim, o discurso em análise mostra como a linguagem – a fala – busca exercer uma fascinação no sujeito-eleitor e como ela constrói a realidade e, ao mesmo tempo, a explica.

5.3 Análise do discurso de posse 2023

Nesta parte, analisamos o discurso de posse proferido pelo presidente Lula no terceiro mandato, em 1º de janeiro de 2023. O discurso completo pode ser encontrado no Anexo B.

Nesse discurso, percebemos que o presidente Lula reafirma o compromisso firmado em 2003 com o povo brasileiro de combater a fome e todas as formas de desigualdade social, sendo essa uma das maiores desigualdades do mundo em relação à renda, ao acesso à saúde, à educação e ao mercado de trabalho. Na sequência, começamos analisando alguns trechos:

Recentemente, reli o discurso da minha primeira posse na Presidência, em 2003. E o que li tornou ainda mais evidente o quanto o Brasil andou para trás.

Naquele 1º de janeiro de 2003, assumimos o compromisso de recuperar a dignidade e a autoestima do povo brasileiro – e recuperamos. De investir para melhorar as condições de vida de quem mais necessita – e investimos.

Infelizmente hoje, 20 anos depois, voltamos a um passado que julgávamos enterrado. Muito do que fizemos foi desfeito de forma irresponsável e criminosa. A desigualdade e a extrema pobreza voltaram a crescer.

Vou governar para os 215 milhões de brasileiros e brasileiras, e não apenas para quem votou em mim.

A fome está de volta – e não por força do destino, não por obra da natureza, nem por vontade divina. Minhas amigas e meus amigos. Reassumo o compromisso de cuidar de todos os brasileiros e brasileiras, sobretudo daqueles que mais necessitam. De acabar outra vez com a fome neste país (Brasil, 2023).

O que primeiro notamos é a intertextualidade com um discurso anterior, de 2003. O enunciador apela para a memória do enunciatório ao afirmar que prometeu e cumpriu em mandato anterior.

Assim, ele vai tecendo essa imagem de um enunciador de credibilidade de um *poder fazer* e que é “digno de crédito” (Charaudeau, 2018, p. 119). Com isso, ao dizer “assumimos o compromisso”, ele sinaliza a sua força política e reagrupando duas grandes categorias: credibilidade e identificação com o povo brasileiro.

Na análise da sintaxe discursiva, observa-se a utilização da debragem enunciativa que cria um efeito de sentido de subjetividade no discurso, predominando a primeira pessoa do plural: “assumimos”, “investimos” e “recuperamos”.

O discurso se projeta no “agora”, o que podemos observar pelo predomínio de verbos no presente, como “é” e “recusa”, que remetem ao tempo da enunciação. Mesmo quando o enunciador usa verbos que remetem ao tempo passado – “votou”, “andou” –, para resgatar avanços do Brasil ao

longo dos anos, o momento de referência é o presente, mantendo o discurso em debreagem enunciativa.

Outro trecho que comprova a ancoragem do discurso no presente, em debreagem enunciativa, é: “20 anos depois, voltamos a um passado que julgávamos enterrado”. A narrativa trata de uma mudança de tempo, mas permanência do estado de disjunção: após “20 anos”, um sujeito (o povo) encontra-se em estado de espera pela resolução do problema da fome, pois, o que foi construído em seu governo “foi desfeito de forma irresponsável e criminosa”. Deixa subentendido assim que o governo anterior foi responsável pelo retorno do problema. Os verbos “voltamos”, “fizemos”, “julgávamos” utilizados na 1ª pessoa do plural remetem, segundo Fiorin (2021b, p. 63), ao “ato de narrar [que] ocorre, por definição, no presente, dado que o presente, o agora, é o momento da fala”. Portanto, a narração é posterior à história narrada, ou seja, é anterior ao momento do discurso de posse.

Dessas escolhas da sintaxe discursiva, observa-se o efeito de sentido de subjetividade no discurso. Como no discurso de 2003, observamos uma embreagem actorial, já que se usa o “nós” no lugar do “eu”, como em: “assumimos o compromisso de recuperar a dignidade e a autoestima do povo brasileiro – e recuperamos. De investir para melhorar as condições de vida de quem mais necessita – e investimos” (Brasil, 2023). Esse “nós” na verdade é um “eu”, presidente, mas que também remete ao sujeito coletivo do seu governo. O efeito de sentido é de aproximação do sujeito-eleito com o sujeito-eleitor.

Na semântica discursiva, o tema “dignidade”, que significa o “respeito, a igualdade, que reconhece o valor inerente de cada ser humano” garante ao discurso uma responsabilização do enunciator por resolver o problema apresentado, da fome ao longo da história brasileira. Se a “fome” aparece novamente sob o tema da pobreza, é para repetir o desafio de resolver um grande e persistente problema que se pretende resolver: a desigualdade social, já que “A fome está de volta”.

As figuras empregadas concretizam o tema da solidariedade aos mais pobres, o que pode ser identificado em: “recuperar a dignidade e a autoestima do povo brasileiro”, “investir em melhorias nas condições de vida de quem mais necessita” e “lutar contra a desigualdade e a extrema pobreza”. Vale ressaltar ainda que a repetição reiterada de verbos que concretizam ações de recuperação, como “assumimos”, “recuperamos”, “investimos”, revestem o tema do compromisso e da eficiência, presentes no enunciado do presidente Lula.

Analisaremos a seguir outros trechos do mesmo discurso:

Quando digo “governar”, eu quero dizer “cuidar”. Mais do que governar, vou cuidar com muito carinho deste país e do povo brasileiro.

Foi para combater a desigualdade e suas sequelas que nós vencemos a eleição. E esta

será a grande marca do nosso governo.

Dessa luta fundamental surgirá um país transformado. Um país grande, próspero, forte e justo. Um país de todos, por todos e para todos. Um país generoso e solidário, que não deixará ninguém para trás.

Reassumo o compromisso de cuidar de todos os brasileiros e brasileiras, sobretudo daqueles que mais necessitam. De acabar outra vez com a fome neste país. De tirar o pobre da fila do osso para colocá-lo novamente no Orçamento. (Brasil, 2023).

Nesse bloco, Lula se apresenta como um presidente que cuida dos problemas sociais do país. O presidente Lula promove a sua imagem de carismático, próprio do político preocupado com a imagem pública, quando ele reconhece a força do povo brasileiro, figurativizado no “país grande, próspero, forte e justo. Um país de todos, por todos e para todos. Um país generoso e solidário, que não deixará ninguém para trás”. Lula argumenta que sabe o que fazer e como fazer para governar esse país “grande, próspero e justo”. No mesmo regime inclusivo presente no discurso de 2003, não importa a instância geodemografia, todos terão o cuidado e o olhar do presidente Lula: “Reassumo o compromisso de cuidar de todos os brasileiros e brasileiras, sobretudo daqueles que mais necessitam. De acabar outra vez com a fome neste país”.

Os trechos comprovam igualmente que o discurso de posse se projeta no “agora”, o que podemos observar pelo predomínio de verbos no presente, como “digo” e “quero”, que remetem ao tempo da enunciação. Os verbos no infinitivo “cuidar”, “dizer” e “tirar” projetam perspectivas para o próximo mandato, buscando criar esperança no enunciatário. O espaço, implícito, é o do “aqui” da fala. O discurso também apresenta eventos do passado e projeta planos e estratégias para o futuro, mas o momento de referência é sempre o presente da enunciação.

Com essas escolhas enunciativas, o efeito alcançado é de aproximação entre enunciador e enunciatário.

O tema da pobreza, recorrente no discurso de posse, tem algumas figuras diferentes no seguinte trecho: “tirar o pobre da fila dos ossos para colocá-lo novamente no Orçamento”. Opondo as figuras “ossos” e “orçamento”, o enunciador recobre o tema da inclusão e da dignidade. Dessa forma, o enunciador faz relação entre a isotopia da miséria alimentar e a isotopia do financiamento público.

Em seu discurso, o enunciador utiliza argumentos persuasivos que visam levar o enunciatário a aceitar como certo e verdadeiro o que está sendo projetado na fala. Ou seja, uma argumentação que enfatiza a importância do povo brasileiro, bem como o poder cristalizado em suas palavras. Ao produzir um discurso o enunciador leva em conta o enunciatário a quem ele se dirige, sendo esse também sujeito produtor do discurso.

Percebemos, que os argumentos do presidente Lula são ancorados no *argumentum ad*

verecundiam, que é baseado na autoridade de quem fala, no seu conhecimento e na sua credibilidade. Assim, em “Quando digo ‘governar’, eu quero dizer ‘cuidar’. Mais do que governar, vou cuidar com muito carinho deste país e do povo brasileiro”. (Brasil, 2003). O enunciador se baseia nesse argumento para criar credibilidade.

O *Argumentum a simili* aparece no seguinte trecho: “Foi para combater a desigualdade e suas sequelas que nós vencemos a eleição. E esta será a grande marca do nosso governo”. “Dessa luta fundamental surgirá um país transformado. Um país grande, próspero, forte e justo. Um país de todos, por todos e para todos. Um país generoso e solidário, que não deixará ninguém para trás”. (Brasil, 2003). Dessa forma, o presidente Lula cria um discurso de aproximação com o intuito de convencer o enunciatário de que ele faz parte da proposta do seu governo.

Por fim, o *Argumentum ad populum* foi identificado em: “Reassumo o compromisso de cuidar de todos os brasileiros e brasileiras, sobretudo daqueles que mais necessitam. De acabar outra vez com a fome neste país. De tirar o pobre da fila do osso para colocá-lo novamente no Orçamento”. (Brasil, 2023). Aqui o presidente Lula investe no apelo às emoções e no espírito de solidariedade.

Os argumentos do presidente Lula se baseiam na autoridade de quem o anuncia, nas suas discursivizadas credibilidade e integridade moral diante da sociedade.

Após as análises percebemos que os discursos se conectam criando um cenário de interesses em comum. Entretanto, no discurso de 2023 o país estava passando por uma crise política com forte presença do discurso de ódio e intolerância; por isso, esse discurso possibilita uma dupla leitura de “caos” e busca de “equilíbrio”.

6 *ETHOS* DO PRESIDENTE LULA

Neste capítulo, pretendemos analisar, semioticamente, o *ethos* do presidente Lula nos discursos de posse proferidos em 1º de janeiro de 2003 e 1º de janeiro de 2023. Assim, devemos considerar o cenário político e histórico-social dos discursos e as ideias contidas neles. No discurso de posse do primeiro mandato, o presidente Lula assumiu o compromisso de recuperar a dignidade e a autoestima do povo brasileiro, de investir em melhorias nas condições de vida de quem mais necessita, de cuidar de todos, de lutar contra a desigualdade e a extrema pobreza, como vemos em:

[...] iremos recuperar a dignidade do povo brasileiro. Recuperar a sua auto-estima e gastar cada centavo que tivermos que gastar na perspectiva de melhorar as condições de vida de mulheres, homens e crianças que necessitam do Estado brasileiro (Brasil, 2003).

[...] assumimos o compromisso de recuperar a dignidade e a autoestima do povo brasileiro – e recuperamos. De investir para melhorar as condições de vida de quem mais necessita – e investimos. Mas o principal compromisso que assumimos em 2003 foi o de lutar contra a desigualdade e a extrema pobreza. [...] Muito do que fizemos foi desfeito de forma irresponsável e criminosa (Brasil, 2023).

No discurso de posse do presidente Lula identificamos três *ethos*, conforme definição de Charaudeau (2018):

O primeiro está relacionado ao *ethos de “competência”* – os políticos devem, portanto, mostrar que conhecem todas as engrenagens da vida política e que sabe agir de maneira eficaz. Esse *ethos* se manifesta neste trecho, por exemplo: “Eu tenho plena consciência das responsabilidades que estou, junto com meus companheiros, assumindo nesse momento histórico” (Brasil, 2003).

O segundo está relacionado ao *ethos de “humanidade”* – é mensurado pela capacidade de demonstrar sentimentos, compaixão para com aqueles que sofrem. Tal *ethos* está presente em trechos como este: “Recuperar a sua autoestima e gastar cada centavo que tivermos que gastar na perspectiva de melhorar as condições de vida de mulheres, homens e crianças que necessitam do Estado brasileiro” (Brasil, 2003).”

O terceiro está relacionado ao *ethos de “solidariedade”* – faz do político um ser que não somente está atento às necessidades dos outros, mas que partilha e se torna responsável por elas. É o que analisamos no seguinte trecho: “É o primeiro dia de combate à fome e eu tenho fé em Deus que a gente vai garantir que todo brasileiro e brasileira possa todo santo dia tomar café, almoçar e jantar porque isso não está escrito no meu programa” (Brasil, 2003).

Com isso, o presidente Lula declara o seu compromisso com o povo brasileiro e ressalta o descompromisso dos governos posteriores à gestão PT na Presidência. O *ethos* do presidente Lula, ou seja, “a imagem do autor, não o autor real, mas um autor discursivo, um autor implícito” (Fiorin,

2004, p. 120) pode ser definido por sua figura carismática, que tem compromisso com povo, que compartilha e compreende as aflições e necessidades que a população brasileira enfrenta, por isso, promete gerar empregos, dar condições de estudo e saúde. O “eu” expresso pelo presidente Lula não representa ele mesmo, a pessoa Luís Inácio Lula da Silva, mas sim seu simulacro, a imagem do homem político que foi efeito. Seu discurso se constrói na relação com outros enunciados e enunciações de terceiros, o religioso, o jurídico, o publicitário, por exemplo. Seu discurso não deixa de ser publicitário, que é composto por dois sujeitos responsáveis pela enunciação, um responsável pela sua criação e outro responsável por colocar essa criação em cena. Como afirma Bertrand (2003, p. 89), “nenhum ‘eu’ encontrado no discurso pode, assim, ser identificado como sujeito da enunciação propriamente dita: ele é apenas um simulacro construído, sujeito de uma enunciação antiga e citada e, como tal, observável em sua incompletude, em seus percursos e suas transformações”.

O enunciador Lula constrói de si um *ethos* solidário, uma vez que repudia a fome, a desigualdade, a pobreza, mas pretende, no terceiro mandato, “recuperar a dignidade e a autoestima do povo brasileiro”, “investir em melhorias nas condições de vida de quem mais necessita”, “lutar contra a desigualdade e a extrema pobreza” (Brasil, 2023). É importante ressaltar que a repetição reiterada, depois de cada temática, entre o dito e o feito, a promessa e a ação (“recuperamos”, “investimos”, “cuidamos”, “fizemos”), evidencia um *ethos* de compromisso e eficiência, atrelado à solidariedade.

Assim, o presidente Lula demonstra preocupação em construir um futuro com mais igualdade para todos, principalmente para aqueles que passam fome. Ele compreende o cenário político atual e demonstra solidariedade para com aqueles que se encontram em situação de miséria e abandono e reforça seu compromisso e seu desejo de agir e cuidar de todos. Aristóteles, na *Retórica* (2021), dizia que não importa ser honesto; é preciso parecer honesto: parecer remete a simulacro, à imagem, que não pode ser caótica, para convencer o auditório. Nessa mesma perspectiva, para Discini (2016, p. 4), os “recursos argumentativos e persuasivos são ancorados em retórica própria como mecanismos novos de construção da identidade de quem fala”.

Neste sentido, é importante falar do papel do enunciatário, pois, para Fiorin (2004, p. 27),

a eficácia discursiva está diretamente ligada à questão da adesão do enunciatário ao discurso. O enunciatário não adere ao discurso apenas porque ele é apresentado como um conjunto de ideias que expressam seus possíveis interesses, mas porque se identifica com um dado sujeito da enunciação, com um caráter, com um corpo, com um tom. Assim, o discurso não é apenas um conteúdo, mas também um modo de dizer, que constrói os sujeitos da enunciação. O discurso, ao construir um enunciador, constrói também seu correlato, o enunciatário.

Buscando a adesão desse enunciatário, Lula projeta de si imagens de nacionalista, solidário

e competente. Assim, a eficácia do discurso ocorre quando o enunciatário aceita e incorpora o *ethos* do enunciator.

Conforme Aristóteles (2021), o *ethos* é construção da imagem de si que o orador elabora no seu discurso destinado a garantir sucesso no empreendimento oratório: causar boa impressão, transmitir confiança e convencer o público (Aristóteles *apud* Amossy, 2019). Observamos a construção da imagem de si no trecho seguinte, quando Lula se compromete com povo ao dizer, na primeira pessoa do singular: “Reassumo o compromisso de cuidar de todos” (Brasil, 2023). Assim, o discurso se projeta no “eu”, “aqui” e “agora”, para reforçar essa imagem de comprometimento social.

No seu discurso de posse de 2023, o presidente Lula reafirma sua imagem de solidariedade para com aqueles que se encontram em situação de abandono, desigualdade, sem emprego, sem acesso à educação e à saúde, mas também o seu compromisso de construir uma sociedade mais justa e democrática. Com essa estratégia argumentativa, é constituída essa imagem de enunciator solidário.

Percebemos, ao analisarmos os dois discursos de posse do presidente Lula, a importância de imagem da responsabilidade coletiva, pois existe uma preocupação do enunciator com um Brasil como um todo, ou seja, como uma nação que está em reconstrução, como vemos em: “E que estejamos sempre prontos a reagir, em paz e em ordem, a quaisquer ataques de extremistas que queiram sabotar e destruir a nossa democracia (Brasil. 2023) e em: “É hora de rearmos os laços com amigos e familiares, rompidos pelo discurso de ódio e pela disseminação de tantas mentiras” (Brasil. 2023).

Na obra *Discurso político* (2018, p. 181), Patrick Charaudeau esclarece que o “*ethos* pertence ao domínio das representações sociais, e sua valorização no domínio político depende das circunstâncias”. No discurso de 2003 encontramos o seguinte trecho “O meu papel neste instante, com muita humildade, mas também com muita serenidade, é dizer a vocês que eu vou fazer o que acredito que o Brasil precisa que seja feito nesses quatro anos [...] mais um compromisso moral e ético que eu quero assumir aqui nesta tribuna, na frente do povo, que é o único responsável pela minha vitória e pelo fato de eu estar aqui hoje tomando posse”. Assim, nesse discurso o presidente Lula está ancorado nos *ethos* da “honestidade” e da “competência” em que o presidente Lula reforça o seu compromisso com o povo brasileiro, isto é, um compromisso moral e ético de acabar com a fome neste país. Assim, no discurso de 2023, o presidente Lula está ancorado nos seguintes *ethos*: de “coragem”, de “carisma”, de “competência”, de “humanidade” e de “solidariedade”.

No *ethos* de “coragem”, dá-se a entender ao cidadão que o político corajoso saberá enfrentar a adversidade acolhendo todos, embora assuma seus limites. No discurso de 2023 encontramos os seguintes trechos: “Mas quero me dirigir também aos que optaram por outros candidatos. Vou governar para os 215 milhões de brasileiros e brasileiras, e não apenas para quem votou em mim”. “Vou governar para todas e todos, olhando para o nosso luminoso futuro em comum, e não pelo retrovisor de um passado de divisão e intolerância”. No entanto, faz-se necessário considerar, que os

discursos são muito semelhantes, principalmente com relação ao acabar com a fome “[...] acabar com a fome neste país são compromissos menos programáticos e mais um compromisso moral e ético”. (Brasil, 2003).

O poder do líder “carismático” é definido por Charaudeau (2014) como: “algo nato, que nenhum marqueteiro no mundo consegue criar, apenas refinar”. No discurso de 2023, encontramos esse carisma nos seguintes trechos “A disputa eleitoral acabou. Repito o que disse no meu pronunciamento após a vitória em 30 de outubro, sobre a necessidade de unir o nosso país”. “Ainda que nos arranquem todas as flores, uma por uma, pétala por pétala, nós sabemos que é sempre tempo de replantio, e que a primavera há de chegar. E a primavera chegou”.

Assim, encontramos, também nos discursos do presidente Lula o *ethos* de “competência” – os políticos devem, portanto, mostrar que conhecem todas as engrenagens da vida política e que sabem agir de maneira eficaz. No discurso de 2023, encontramos um discurso de político competente para corrigir problemas do governo anterior, como vemos em: “Infelizmente, muito do que construímos em 13 anos foi destruído em menos da metade desse tempo. Primeiro, pelo golpe de 2016 contra a presidenta Dilma. E na sequência, pelos quatro anos de um governo de destruição nacional cujo legado a História jamais perdoará” (Brasil, 2023).

O *ethos* de Lula não é construído pelo que ele diz ser, mas sobretudo pelo modo como o diz, pois, de acordo com Maingueneau:

[o] que o orador pretende ser, ele o dá a entender e mostra: não diz que é simples ou honesto, mostra o por uma maneira de se exprimir. O *ethos* está dessa maneira, vinculado ao exercício da palavra, ao papel que corresponde a seu discurso, e não ao indivíduo “real”, (apreendido) independentemente de seu desempenho oratório e, portanto, o sujeito da enunciação uma vez que enuncia que está em jogo aqui.

Dessa forma, o *ethos* de “humanidade” é percebido por sua capacidade de demonstrar sentimentos, compaixão para com aqueles que sofrem. Assim vemos em: “A ninguém interessa um país em permanente pé de guerra, ou uma família vivendo em desarmonia. É hora de rearmos os laços com amigos e familiares, rompidos pelo discurso de ódio e pela disseminação de tantas mentiras” (Brasil, 2023).

O *ethos* de “solidariedade” faz do político um ser que não somente está atento às necessidades dos outros, mas que partilha e se torna responsável por elas. É o que comprova o seguinte trecho: “A desigualdade e a extrema pobreza voltaram a crescer. A fome está de volta – e não por força do destino, não por obra da natureza, nem por vontade divina” (Brasil, 2023).

No discurso de 2023, os temas e figuras presentes no discurso de posse possibilitam algumas reflexões sobre a dignidade e a desigualdade. Alguns temas e figuras são sistematizados nas Figura 07 e 08:

Para Barros (2000, p.77) Os temas e figuras semânticas constituem, para a teoria semiótica, o lugar, por excelência, da determinação ideológica. Assim, percebemos a partir desses trechos como as ideias se manifestam em um discurso que visa convencer e a comover o enunciatário. Dessa forma, vejamos o discurso de 2003 “[...] iremos recuperar a dignidade do povo brasileiro. Recuperar a sua auto-estima e gastar cada centavo que tivermos que gastar na perspectiva de melhorar as condições de vida de mulheres, homens e crianças que necessitam do Estado brasileiro. [...] cuidar da educação, cuidar da saúde, fazer a reforma agrária, cuidar da Previdência Social e acabar com a fome neste país são compromissos menos programáticos e mais um compromisso moral e ético. (Brasil, 2003). No discurso de 2023 “Reassumo o compromisso de cuidar de todos os brasileiros e brasileiras, sobretudo daqueles que mais necessitam. De acabar outra vez com a fome neste país. De tirar o pobre da fila do osso para colocá-lo novamente no Orçamento”. (Brasil, 2023).

Assim, a construção da imagem de Lula vai sendo consolidada a partir do diálogo com o povo e com a sociedade, descontentes com os governos passados. Essa imagem resulta a partir de enunciados socialmente construídos.

Com efeito, uma das ideias que iremos sustentar, também, é a visão de Aristóteles (2021) ao afirmar que um orador para ter a confiança do auditório precisa possuir três qualidades: a prudência, a virtude e benevolência. Assim, no discurso de posse de 2003 e 2023 encontramos essas três características, pois um bom discurso é capaz de mobilizar as massas.

Então, virtude pode ser descrito como uma característica de quem é correto e que tenha qualidades morais e éticas. Observa-se, no discurso de 2003:

Virtude: “[o] meu papel neste instante, com muita humildade, mas também com muita serenidade, é dizer a vocês que eu vou fazer o que acredito que o Brasil precisa que seja feito nesses quatro anos [...] mais um compromisso moral e ético que eu quero assumir aqui nesta tribuna, na frente do povo, que é o único responsável pela minha vitória e pelo fato de eu estar aqui hoje tomando posse”.

Prudência é a capacidade de tomar decisões com sabedoria e ponderação. “[...] iremos recuperar a dignidade do povo brasileiro. Recuperar a sua auto-estima e gastar cada centavo que tivermos que gastar na perspectiva de melhorar as condições de vida de mulheres, homens e crianças que necessitam do Estado brasileiro”. “Podem ter a certeza mais absoluta que um ser humano pode ter, quando eu não puder fazer uma coisa eu não terei nenhuma dúvida de ser honesto com o povo e dizer que não sei fazer, que não posso fazer e que não tem condições, mas eu quero que vocês carreguem também a certeza que eu, em nenhum momento da minha vida, faltarei com a verdade com vocês que confiaram na minha pessoa para dirigir este país por quatro anos”.

E benevolência, que expressa bondade. “Eu tenho plena consciência das responsabilidades que estou, [...] assumindo nesse momento histórico da nossa vida republicana, mas, ao mesmo tempo,

eu tenho a certeza e a convicção de que nenhum momento difícil, nessa trajetória de quatro anos, irá impedir que eu faça as reformas que o povo brasileiro precisa que sejam feitas”. Eu sou o resultado de uma história. “Eu estou concretizando o sonho de gerações e gerações que, antes de mim, tentaram e não conseguiram”.

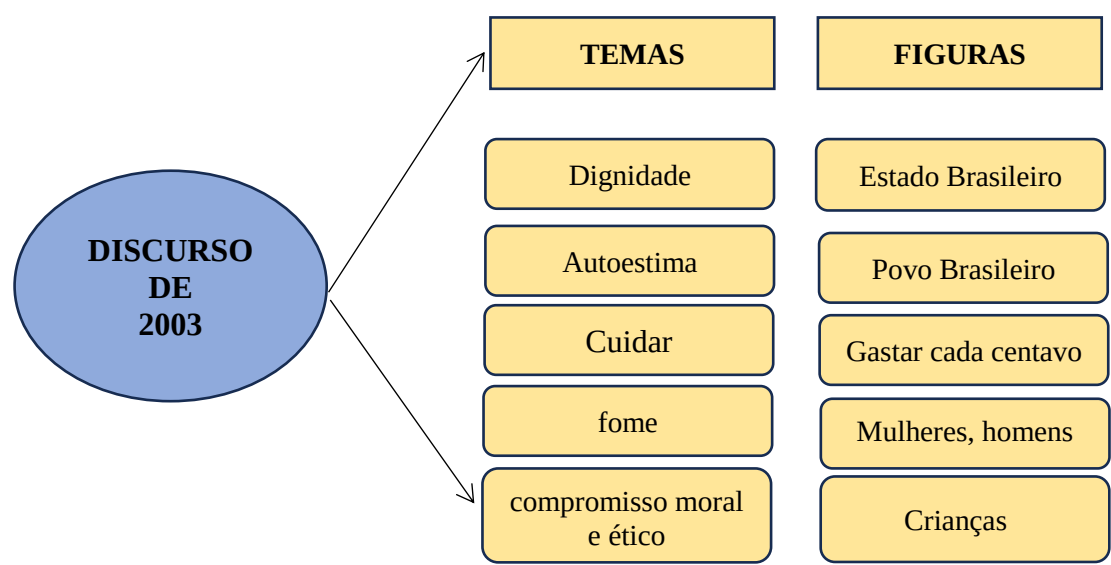
No discurso de 2023, a virtude é uma qualidade que enriquece o discurso político “somos todos brasileiros e brasileiras, e compartilhamos uma mesma virtude: nós não desistimos nunca”. “Reassumo o compromisso de cuidar de todos os brasileiros e brasileiras, sobretudo daqueles que mais necessitam. De acabar outra vez com a fome neste país. De tirar o pobre da fila do osso para colocá-lo novamente no Orçamento”.

Prudência é ter sabedoria em momentos difíceis: “[mas] quero me dirigir também aos que optaram por outros candidatos. Vou governar para os 215 milhões de brasileiros e brasileiras, e não apenas para quem votou em mim”. “Vou governar para todas e todos, olhando para o nosso luminoso futuro em comum, e não pelo retrovisor de um passado de divisão e intolerância”.

E a benevolência é descrita como uma pessoa que expressa tolerância: “[a] ninguém interessa um país em permanente pé de guerra, ou uma família vivendo em desarmonia. É hora de reatarmos os laços com amigos e familiares, rompidos pelo discurso de ódio e pela disseminação de tantas mentiras”. [...] “Que tiveram a coragem de vestir a nossa camisa e, ao mesmo tempo, agitar a bandeira do Brasil – quando uma minoria violenta e antidemocrática tentava censurar nossas cores e se apropriar do verde-amarelo, que pertence a todo o povo brasileiro”.

Fica claro, que essas qualidades estiveram presentes nos dois discursos do presidente Lula, portanto, para suscitar confiança é importante que orador “mostre uma adequada disposição de espírito” (Aristóteles, 2021, p. 121).

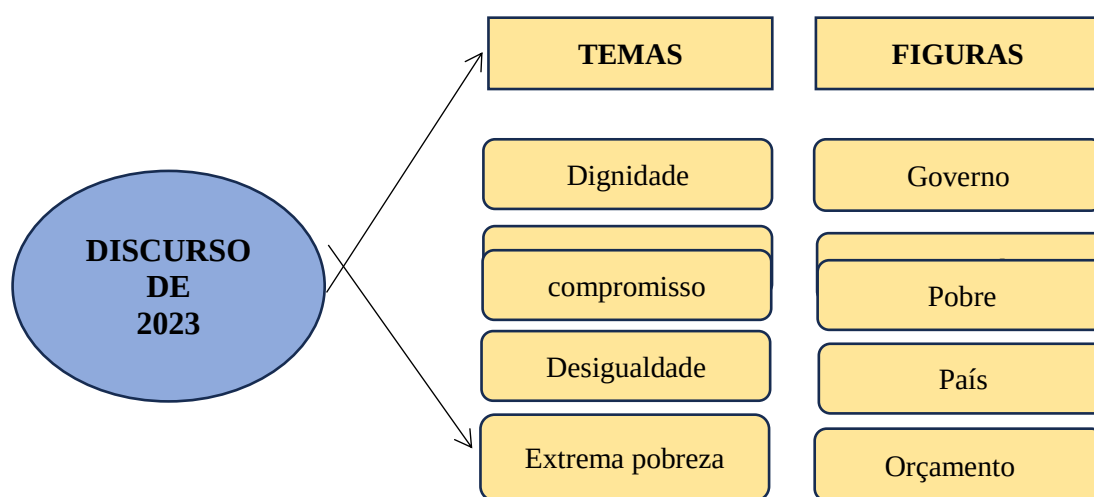
Figura 8 – Temas e figuras no discurso de 2003.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Interessante observarmos as escolhas lexicais no discurso de 2023 em relação ao discurso de 2003, pois são muito semelhantes, vejamos “[...] assumimos o compromisso de recuperar a dignidade e a autoestima do povo brasileiro – e recuperamos. De investir para melhorar as condições de vida de quem mais necessita – e investimos”. “Mas o principal compromisso que assumimos em 2003 foi o de lutar contra a desigualdade e a extrema pobreza”. [...] Muito do que fizemos foi desfeito de forma irresponsável e criminosa. “Foi para combater a desigualdade e suas sequelas que nós vencemos a eleição. E esta será a grande marca do nosso governo. “Reassumo o compromisso de cuidar de todos os brasileiros e brasileiras, sobretudo daqueles que mais necessitam. De acabar outra vez com a fome neste país. De tirar o pobre da fila do osso para colocá-lo novamente no Orçamento. (Brasil, 2023).

Figura 9 – Temas e figuras no discurso de 2023.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Barros (2009, p. 352-353) esclarece que, “temas e figuras constituem a semântica discursiva: os temas são os conteúdos semânticos tratados de forma abstrata, e as figuras, o investimento semântico-sensorial dos temas. Os temas e figuras são determinados sócio-historicamente e trazem para os discursos o modo de ver e de pensar o mundo”. Assim, a partir das noções de temas e figuras, observamos que é necessário apontar alguns elementos – importantes para a proposta da Semiótica Discursiva, no que tange aos discursos de 2003 e 2023 do presidente Lula em que se manifestam as determinações ideológicas de quem o produziu. Nos dois de discursos percebemos que os temas visam a explicar de forma abstrata o conteúdo do texto em seu dizer e no modo de dizer. Dessa forma, os temas da “dignidade” e da “autoestima”, simboliza esse poder de dizer representada na voz do presidente Lula a partir do diálogo com o povo. “[...] Recuperar a sua auto-estima e gastar cada centavo que tivermos que gastar na perspectiva de melhorar as condições de vida de mulheres,

homens e crianças que necessitam do Estado brasileiro. (Brasil, 2003). “[...] assumimos o compromisso de recuperar a dignidade e a autoestima do povo brasileiro – e recuperamos. De investir para melhorar as condições de vida de quem mais necessita – e investimos. De cuidar com muito carinho da saúde e da educação – e cuidamos.” (Brasil, 2023).

No discurso de 2003 a figura “Gastar”, “[...] gastar cada centavo que tivermos que gastar na perspectiva de melhorar as condições de vida de mulheres, homens e crianças que necessitam do Estado brasileiro”. E no discurso de 2023 a figura “pobre”, “[...] Reassumo o compromisso de cuidar de todos os brasileiros e brasileiras, sobretudo daqueles que mais necessitam. De acabar outra vez com a fome neste país. De tirar o pobre da fila do osso para colocá-lo novamente no Orçamento”. (Brasil, 2023). Assim, o presidente Lula tematiza de forma expansiva, anunciando pelo emprego dos lexemas verbais e nominais em seu discurso.

7 CONCLUSÃO

Esta dissertação é o resultado de uma análise semiótica que buscou compreender os discursos de posse de um presidente brasileiro. Nosso objetivo geral foi analisar, pela Semiótica Discursiva, especificamente pelo nível discursivo (sintaxe e semântica), os dois discursos de posse de Lula, de 2003 e 2023.

Conseguimos alcançá-lo da seguinte forma: através da revisão bibliográfica de pesquisadores da semiótica discursiva, principalmente, e da análise de dois documentos históricos, dois dos discursos de posse de Lula. Os dois discursos foram analisados com o objetivo de identificar o ponto de vista ideológico pelo estudo da semântica discursiva; analisar a sintaxe discursiva e seus efeitos de sentido e investigar o *ethos* nos dois discursos. Também analisamos alguns argumentos do enunciador. Dessa forma, utilizados conceitos da sintaxe discursiva por meio das categorias de pessoa, tempo e espaço e da semântica discursiva por meio dos conceitos de temas e figuras, além do conceito de *ethos*, que relaciona o estudo feito na análise de cada discurso de posse. Analisamos o *ethos* do presidente Lula como a imagem de um líder comprometido com o povo brasileiro e um *ethos* de solidariedade por esse político mostrar-se digno de crédito por meio dos dois discursos.

Assim, a pesquisa, contribui para uma compreensão mais significativa da eficácia dos discursos políticos que se destinam a persuadir e a convencer o destinatário com jogos de palavras com efeitos de verdade. Entre os argumentos mais utilizados, identificamos o discurso de autoridade, o argumento por comparação e o argumento de apelo ao povo.

No entanto, conforme visto na introdução o discurso de 2007 não foi objeto de análise deste *corpus* por ter sido considerando um discurso de continuidade, e não de transição. Assim, o atual presidente Lula procurou manter, neste discurso, o compromisso já firmado com o povo e o seu país, reforçando a importância da erradicação da fome e da diminuição da desigualdade, ou seja, um discurso político de aproximação com o seu eleitor e o seu perfil desde 2003. Contudo, nos discursos de 2003 e 2023 ocorreu uma ruptura discursiva. Em 2003, o discurso de posse retratou a desigualdade social e, no discurso de 2023, a democracia. Nos dois discursos o presidente Lula se revela um patriota preocupado com a desigualdade social, a fome e a extrema pobreza. Mas que acredita no povo brasileiro.

Desta forma, a pesquisa realizou, com base na fundamentação e análises, uma interpretação de que a construção de um discurso de posse contém algumas particularidades que o difere de um discurso político de candidatura. Enquanto no discurso de posse o sujeito-eleito firma um contrato de credibilidade com o eleitorado que já o elegeu, no discurso político de candidatura, os atores políticos buscam convencer e comover os eleitores de sua legitimidade discursiva para conquistar votos.

Percebemos que os discursos políticos estão ancorados em ideologias discursivas. Assim, nos preocupamos em demonstrar como se construiu a imagem do enunciador, ou seja, o *ethos* do enunciador, e a imagem do enunciatário nesses discursos, bem como analisar como um discurso reflete as relações sociais, investigando como os elementos analisados contribuem para os procedimentos argumentativos adotados nos textos.

Os argumentos que foram apresentados ao longo deste estudo levam a uma reflexão a respeito dos discursos políticos, que visam persuadir o enunciatário a admitir como certo e verdadeiro o que está sendo comunicado e que a linguagem discursiva é objeto de sedução.

Este estudo também demonstrou como os sujeitos-políticos constroem-se como sujeitos do saber e da verdade. Neste sentido, associamos a política à busca de poder, à relação entre governante e governados e ao sentimento de paixão e subjetividade que envolve cada discurso, principalmente um discurso de posse, que desvela a ideia de que todo poder tem por finalidade conservar o poder. A impregnação da paixão no discurso de posse pode ser explicada pelo que Greimas e Fontanille (1993, p. 21) afirmam: “As paixões não são propriedades exclusivas dos sujeitos (ou do sujeito), mas propriedades do discurso inteiro. Elas emanam das estruturas discursivas pelo efeito de um ‘estilo semiótico’ que pode projetar-se seja sobre os sujeitos, seja sobre os objetos, seja sobre sua junção”.

Ademais, reconhecemos a importância do discurso político para a semiótica discursiva, bem como a sua relevância na exposição de conceitos mais aprofundados com vista a uma análise mais detalhada. Assim, os discursos de posse do presidente Lula se referem ao querer-fazer e ao poder-fazer: “gastar cada centavo que tivermos na perspectiva de melhorar as condições de vida de mulheres, homens e crianças”. E “de acabar outra vez com a fome neste país” (Brasil, 2023).

Com isso, a análise revelou que, apesar das mudanças no contexto social, econômico e político entre os dois discursos estudados, observamos que os discursos do Presidente Lula são marcados pelo tema do compromisso, evidenciado pela articulação com outros temas como gratidão, democracia, luta social, combate à desigualdade, educação, saúde e união nacional. O tema do agradecimento foi observado nos dois discursos analisados, destacando a importância do apoio popular em sua trajetória política, incluindo assim o enunciatário no discurso.

A importância dada à alimentação, educação e saúde em seus discursos reflete como essas questões são essenciais para o desenvolvimento do país. Assim, o presidente Lula cita a importância da alimentação, da educação e da saúde como elementos centrais de sua retórica, buscando convencer o público da necessidade de investir nessas questões para garantir um futuro melhor para todos os brasileiros.

Por fim, ao analisar os discursos de posse do presidente Lula, ficou claro a sua capacidade de se conectar com o público, de articular suas ideias de forma clara e persuasiva, e de tecer um

discurso coerente com seus valores.

Dessa forma, é importante afirmar que a pesquisa pode trazer benefícios tanto para os pesquisadores interessados em conhecer mais sobre análise do discurso político de posse quanto em obter informações relevantes sobre o *ethos* do presidente em destaque. Além disso, o presente estudo pode servir de base para análise de outros discursos que não foram contemplados neste trabalho.

Por fim, ao analisarmos os dois discursos de posse do Presidente Lula, percebemos que os discursos se assemelham muito entre si, pois eles procuram demonstrar o compromisso do presidente com a população em três eleições (mesmo sendo apenas dois os analisados). Dessa forma, vê-se que os dois discursos analisados seguem a mesma linha de estratégia discursiva com elementos figurativos bem definidos e um cenário que envolve a presença do outro em um regime de identificação do sujeito-eleito com o sujeito eleitor. Assim, fica claro, que o objetivo de ambos os discursos é provocar no interlocutor uma reação — de apoio ao seu governo.

Outro ponto, também analisado foi a importância da transmissão da faixa presidencial em 2023 que representou a diversidade brasileira, pois “[não] existem dois brasis. Somos um único país, um único povo, uma grande nação”. “Somos todos brasileiros e brasileiras, e compartilhamos uma mesma virtude: nós não desistimos nunca” (Brasil, 2023). Assim, esse momento foi ressignificado pelas ações do presidente Lula e por um actante coletivo que deu voz ao povo. Com isso, a presença do outro de fez presente em um cenário que as vozes não se anulam.

Encerramos a discussão apontando que a análise não esgotou a interpretação de todos os sentidos e do *ethos* do presidente Lula, podendo surgir muitos outros. Com base nas nossas escolhas teóricas e metodológicas, esperamos que nossa análise possa contribuir para futuros estudos sobre o discurso de posse. Afinal, os discursos políticos constituem uma questão de poder e é por intermédio deles que se atribuem sentidos para a política. Assim, os discursos do presidente Lula vão se materializando nos textos com o objetivo de tecer novas histórias e novas interpretações dentro de um contexto global da Semiótica Discursiva.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, Ruth. Introdução: da noção retórica de *ethos* à análise do discurso. In: AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do *ethos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019. p. 9-28.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução, textos adicionais e notas: Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2021.
- AUTHIER-REVEZ, Jaqueline. Heterogeneidade(s) Enunciativas. **Caderno de Estudos Linguísticos**. Campinas: 1990, p. 25 – 42.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Algumas reflexões sobre o papel dos estudos linguísticos e discursivos no ensino-aprendizagem na escola. **Estudos Semióticos**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 1-14, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/esse/article/view/165195>. Acesso em: 21 fev. 2024.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Contrato de veridicção: operações e percursos. **Estudos Semióticos**, São Paulo, Brasil, v. 18, n. 2, p. 23–45, 2022. DOI: [10.11606/issn.1980-4016.esse.2022.198279](https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2022.198279)
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Política e intolerância. In: FULANETI, Oriana N.; BUENO, Alexandre Marcelo (org.). **Linguagem e política** – princípios teórico-discursivos. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 71-92.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria do discurso**: fundamentos semióticos. 3. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria semiótica do texto**. 4. ed. São Paulo: Editora Parma Ltda., 2008.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Uma reflexão semiótica sobre a “exterioridade” discursiva. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 53, n. 2, 2009. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/2120>. Acesso em: 15 nov. 2024.
- BARROS, D. L. P. de. O discurso do dicionário. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 44, 2001. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4200>. Acesso em: 25 maio. 2025.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral**. Campinas: Pontes, 1995. Tomos I e II.
- BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Tradução de Eduardo Guimarães. 2ª. ed. Campinas: Pontes, 2006. p. 81-90.
- BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Tradução de Eduardo Guimarães et al; revisão técnica de Eduardo Guimarães. Campinas SP: Pontes, 1974.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Imprensa e Divulgação. Biblioteca. **Discurso de posse – 1º mandato**. 01 jan. 2003. Disponível em: www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1o-

mandato/view. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Palácio do Planalto. **Discurso do presidente Lula no Parlatório do Palácio do Planalto**. 06 jan. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-lula-no-parlatorio-do-palacio-do-planalto>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BUENO, Alexandre M. Representações dos imigrantes nos meios de comunicação digital. In: TEIXEIRA, Lucia; BARROS, Diana Luz Pessoa de. **O discurso das mídias digitais: funcionamento e circulação**. Coordenação: Dermeval da Hora e Ângela Helmer. 1. ed. São Paulo: Líquido Editorial, 2023. p. 191-212.

CELLARD, A. A Análise Documental. In: POUPART, J. et al. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano 1: artes de fazer**. 13. ed. Petrópolis: vozes, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. **A Conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas**. São Paulo: Contexto, 2020.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Tradução: Ângela S. M. Corrêa. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Editora Contexto, 2020.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Ideologia e educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 245-258, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/Hkd5kq8TC4k7bgfGBY7PNds/?lang=pt>. Acesso em: 08 dez. 2023.

CRUZ, Dilson Ferreira da. Algumas considerações sobre o crer e o saber. **Estudos Semióticos**, São Paulo, n. 4, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/esse/article/view/49200>. Acesso em: 19 jan. 2024.

COURTÉS, Joseph. **La sémiotique du langage**. Paris: Armand Colin, 2011[2003].

DEMURU, Paolo. **Políticas do encanto. Extrema direita e fantasias de conspiração**. São Paulo: Elefante, 2024, p. 255.

DISCINI, Norma. *Ethos* e estilo. In: LIMA, Eliane Soares de; GEBARA, Ana Elvira Luciano; GUIMARÃES, Tayse Figueira (org.). **Estilo, ethos e enunciação**. 1. ed. v. 1. Franca: Unifran, 2016. p. 16-57.

DISCINI, Norma. O estilo e o ator da enunciação: Greimas na contemporaneidade. **Estudos Semióticos**, São Paulo, Brasil, v. 14, n. 1, p. 117–132, 2018. DOI: [10.11606/issn.1980-4016.esse.2018.144315](https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2018.144315)

EGGS, Ekkehard. Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna. In: AMOSSY, Ruth. **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. Trad. Dilson F. da Cruz, Fabiana Komesu e Sírío Possenti. São Paulo: Contexto, 2005. p. 29-56.

FIORIN, José Luiz. “Da necessidade da distinção entre discurso e texto”. In: BRAIT, Beth; SOUZA-

- E-SILVA, Maria Cecília. **Texto ou discurso?** São Paulo: Contexto, 2012. p. 145-165.
- FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2023.
- FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2021a.
- FIORIN, José Luiz. Duas concepções de enunciação. **Estudos Semióticos**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 122-137, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/esse/article/view/172329>. Acesso em: 03 mar. 2024.
- FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. 15. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2021b.
- FIORIN, José Luiz. **Em busca do sentido**: estudos discursivos. São Paulo: Editora Contexto, 2022.
- FIORIN, José Luiz. Enunciação e Semiótica. **Letras**, Santa Maria, n. 33, p. 69-97, dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11924>. Acesso em: 15 set. 2024.
- FIORIN, José Luiz. Língua, discurso política. **Alea: Estudos Neolatinos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 148-165, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alea/a/djMj5DwcxCY7wXK3nzPTwhf/?lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2024.
- FIORIN, José Luiz. O *pathos* do enunciatário. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 69-78, 2004. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4297>. Acesso em: 17 mar. 2024.
- FIORIN, José Luiz. **O regime de 1964**: discurso e ideologia. São Paulo: Atual, 1988.
- FIORIN, José Luiz. Semiótica e comunicação. **Galáxia: Revista Interdisciplinar de Comunicação e Cultura**, São Paulo, n. 8, 2004. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1390>. Acesso em: 23 abr. 2024.
- FIORIN, José Luiz. Sendas e veredas da semiótica narrativa e discursiva. **Revista Delta: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 15, n. 1, 1999.
- FIORIN, José Luiz. Uma teoria da enunciação: Benveniste e Greimas. **Gragoatá**, Niterói, v. 22, n. 44, p. 970-985, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/gragoata.v22i44.33544>
- FLORES, Valdir do Nascimento. **Introdução à teoria enunciativa de Benveniste**. São Paulo: Parábola, 2013.
- FONTANILLE, Jacques. **Semiótica do discurso**. Tradução: Jean Cristus Portela. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2019.
- FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. **Dicionário de Semiótica**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2021.
- GREIMAS, A. J. **Semântica estrutural**. São Paulo: Cultrix, 1966.
- GREIMAS, Algirdas Julien; FONTANILLE, Jacques. **Semiótica das paixões**: dos estados das coisas

aos estados de alma. Tradução: Maria José Rodrigues Coracini. São Paulo: Editora Ática, 1993.

GREIMAS, Algirdas Julien. **O contrato de Veridicção**. Acta semiótica et Lingvistica – Revista Internacional de Semiótica e Linguística. v. 2, nº 1, 1978.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Traduzido por Flávio R. Kothe. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003

JAKOBSON, Roman. **Linguística e Comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1971.

LA BOÉTIE, Etienne de. **Discurso sobre a servidão voluntária**. [S.l.]: 2006.

LANDOWSKI, Eric. **A sociedade refletida**. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do *ethos*. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (org.). **Ethos discursivo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014. p. 11-29.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. Tradução: Sírio Possenti. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. **O contexto da obra literária**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MATTE, Ana Cristina Fricke. **Árvore das Categorias de Análise Semiótica**. vol. III – Aplicação. Coleção Texto Livre: Pensemeando o Mundo. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024.

MILNER, Jean-Claude. **La arrogância del presente**. Buenos Aires: Manantial, 2010.

MOREIRA, Sônia Virginia. Análise documental como método e técnica. In: DUARTE, Antônio; BARROS, Jorge (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 271.

SANTAELLA, Lucia. **A pós-verdade é verdadeira ou falsa?** Barueri: Estação das Letras e Cores, 2020.

SAPARAS, Marcelo; IKEDA, Sumiko Nishitani. Manipulação do discurso político. **Alfa: Revista de Linguística**, São José do Rio Preto, v. 63, n. 3, p. 713-719, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alfa/a/fZShqwm5Lc4x3vrVZnWcDkk/>. Acesso em: 25 abr. 2024.

PAIVA, Vera Lucia Menezes de Oliveira. **Manual de pesquisa – em estudos Linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2019.

PIZZANI, Luciana; SILVA, Rosemary Cristina da; BELLO, Suzelei Faria; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 10, n. 2, p. 53–66, 2012. DOI: 10.20396/rdbci.v10i1.1896. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>. Acesso em: 18 maio. 2025.

PRODANOV, C. C., & FREITAS, E. C. (2013). **Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** (2nd ed.). Novo Hamburgo: Feevale.

XAVIER, Maria Francisca; MATEUS, Maria Helena Mira (Orgs.) (1992): **Dicionário de termos**

linguísticos. Lisboa: Cosmos, v. II.

ANEXOS

ANEXO A - O discurso de posse de Luiz Inácio Lula da Silva, realizado em Brasília, em 1 de janeiro de 2003

Meus companheiros e minhas companheiras. Excelentíssimos senhores chefes de Estado presentes nessa solenidade. Trabalhadores e trabalhadoras do meu Brasil. Meu querido companheiro José Alencar, meu vice-presidente da República. Minha companheira querida, dona Marisa, esposa do Zé Alencar. Minha querida esposa Marisa, juntos já partilhamos muitas derrotas e por isso nós hoje estamos realizando um sonho que não é meu, mas um sonho do povo deste país, que queria mudança. Eu tenho plena consciência das responsabilidades que estou, junto com meus companheiros, assumindo nesse momento histórico da nossa vida republicana, mas, ao mesmo tempo, eu tenho a certeza e a convicção de que nenhum momento difícil, nessa trajetória de quatro anos, irá impedir que eu faça as reformas que o povo brasileiro precisa que sejam feitas. Em nenhum momento vacilarei em cumprir cada palavra que Zé Alencar e eu assumimos durante a campanha.

Durante a campanha não fizemos nenhuma promessa absurda. O que nós dizíamos, eu vou repetir agora, é que nós iremos recuperar a dignidade do povo brasileiro. Recuperar a sua auto-estima e gastar cada centavo que tivermos que gastar na perspectiva de melhorar as condições de vida de mulheres, homens e crianças que necessitam do Estado brasileiro.

Nós temos uma história construída junto com vocês. A nossa vitória não foi o resultado apenas de uma campanha que começou em junho desse ano e terminou dia 27 de outubro. Antes de mim, companheiros e companheiras lutaram. Antes do PT, companheiros e companheiras morreram neste país lutando por conquistar a democracia e as liberdades. Eu apenas tive a graça de Deus de, no momento histórico, ser o porta-voz dos anseios de milhões e milhões de brasileiros e brasileiras. Eu estou convencido que hoje não tem no Brasil nenhum brasileiro ou brasileira mais conhecedor da realidade e das dificuldades que vamos enfrentar, mas, ao mesmo tempo, eu estou convencido e quero afirmar a vocês que não tem na face da Terra nenhum homem mais otimista do que eu estou hoje e que posso afirmar que vamos ajudar este país.

Eu não sou o resultado de uma eleição. Eu sou o resultado de uma história. Eu estou concretizando o sonho de gerações e gerações que, antes de mim, tentaram e não conseguiram.

O meu papel neste instante, com muita humildade, mas também com muita serenidade, é dizer a vocês que eu vou fazer o que acredito que o Brasil precisa que seja feito nesses quatro anos. Cuidar da educação, cuidar da saúde, fazer a reforma agrária, cuidar da Previdência Social e acabar com a fome neste país são compromissos menos programáticos e mais um compromisso moral e ético que eu quero assumir aqui nesta tribuna, na frente do povo, que é o único responsável pela minha vitória e pelo fato de eu estar aqui hoje tomando posse.

Como eu tenho uma agenda a ser cumprida, eu queria dizer a todos vocês: amanhã vai ser o meu primeiro dia de governo e eu prometo a cada homem, a cada mulher, a cada criança e a cada jovem brasileiro que o meu governo, o presidente, o vice e os ministros trabalharão se necessário 24 horas por dia para que a gente cumpra aquilo que prometeu a vocês que nós iríamos cumprir.

Eu quero terminar agradecendo a essa companheira, que hoje – eu quero fazer uma homenagem porque hoje nós estamos aqui –, Marisa, [está] muito bonita, toda elegante, ao lado do marido dela com essa faixa, que nós sonhamos tanto tempo. Entretanto, para chegar aqui nós perdemos quatro eleições: uma para governador e três para presidente da República. E, vocês sabem que, a cultura política do Brasil é só [render] homenagem aos vencedores. Quando a gente perde, ninguém dá um telefonema para a gente para dizer: "Companheiro, a luta continua". Às vezes, ela e eu decidíamos que a luta ia continuar porque não tinha outra coisa a fazer a não ser continuar a luta para chegar aonde nós chegamos.

Eu quero dizer a todos vocês, que vieram de Roraima, do Acre, do Amapá, do Amazonas, que vieram de Rondônia, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, que vieram do Maranhão, do Piauí, do Ceará, que vieram do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Alagoas, de Pernambuco, de Sergipe, da Bahia, companheiros de Brasília, mas também companheiros de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, quero dizer, inclusive, ao povo do Rio Grande do Sul, aos meus irmãos de Caetés, minha grande cidade natal, que se chamava Garanhuns, aos companheiros de Goiás, eu quero terminar dizendo a vocês:

Podem ter a certeza mais absoluta que um ser humano pode ter, quando eu não puder fazer uma coisa eu não terei nenhuma dúvida de ser honesto com o povo e dizer que não sei fazer, que não posso fazer e que não tem condições, mas eu quero que vocês carreguem também a certeza que eu, em nenhum momento da minha vida, faltarei com a verdade com vocês que confiaram na minha pessoa para dirigir este país por quatro anos.

Tratarei vocês com o mesmo respeito que eu trato os meus filhos e os meus netos, que são as pessoas que a gente mais gosta e eu quero propor isso a vocês: amanhã, estaremos começando a primeira campanha contra a fome neste país. É o primeiro dia de combate à fome e eu tenho fé em Deus que a gente vai garantir que todo brasileiro e brasileira possa todo santo dia tomar café, almoçar e jantar porque isso não está escrito no meu programa, isso está escrito na Constituição brasileira, está escrito na Bíblia, está escrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Isso, nós vamos fazer juntos.

Por isso, meus companheiros e companheiras, um abraço especial aos companheiros e companheiras portadores de deficiência física que estão sentados na frente deste parlatório. Meus agradecimentos à imprensa, que tanto perturbou a minha tranquilidade nessa campanha e nesses dois meses, sem a qual a gente não consolidaria a democracia no país. Meu abraço aos deputados,

aos senadores, meu abraço aos convidados estrangeiros, dizendo a vocês que, com muita humildade, eu não vacilarei em pedir a cada um de vocês, me ajudem a governar, porque a responsabilidade não é apenas minha, é nossa, do povo brasileiro que me colocou aqui. Muito obrigado meus companheiros e até amanhã.

Fonte: Brasil, 2003.

ANEXO B – Discurso do presidente Lula no Parlatório do Palácio do Planalto Lula acena para o público, em Brasília (2023)



Fonte: Poder 360 (2023)

Quero começar fazendo uma saudação especial a cada um e a cada uma de vocês. Uma forma de lembrar e retribuir o carinho e a força que recebia todos os dias do povo brasileiro – representado pela Vigília Lula Livre –, num dos momentos mais difíceis da minha vida.

Hoje, neste que é um dos dias mais felizes da minha vida, a saudação que eu faço a vocês não poderia ser outra, tão singela e ao mesmo tempo tão cheia de significado:

Boa tarde, povo brasileiro!

Minha gratidão a vocês, que enfrentaram a violência política antes, durante e depois da campanha eleitoral. Que ocuparam as redes sociais, e que tomaram as ruas, debaixo de sol e chuva, nem que fosse para conquistar um único e precioso voto.

Que tiveram a coragem de vestir a nossa camisa e, ao mesmo tempo, agitar a bandeira do Brasil – quando uma minoria violenta e antidemocrática tentava censurar nossas cores e se apropriar do verde-amarelo, que pertence a todo o povo brasileiro.

A vocês, que vieram de todos os cantos deste país – de perto ou de muito longe, de avião, de ônibus, de carro ou na boleia de caminhão. De moto, bicicleta e até mesmo a pé, numa verdadeira caravana da esperança, para esta festa da democracia.

Mas quero me dirigir também aos que optaram por outros candidatos. Vou governar para os 215 milhões de brasileiros e brasileiras, e não apenas para quem votou em mim.

Vou governar para todas e todos, olhando para o nosso luminoso futuro em comum, e não pelo retrovisor de um passado de divisão e intolerância.

A ninguém interessa um país em permanente pé de guerra, ou uma família vivendo em desarmonia. É hora de reatarmos os laços com amigos e familiares, rompidos pelo discurso de ódio e pela

disseminação de tantas mentiras.

O povo brasileiro rejeita a violência de uma pequena minoria radicalizada que se recusa a viver num regime democrático.

Chega de ódio, fake news, armas e bombas. Nosso povo quer paz para trabalhar, estudar, cuidar da família e ser feliz.

A disputa eleitoral acabou. Repito o que disse no meu pronunciamento após a vitória em 30 de outubro, sobre a necessidade de unir o nosso país.

“Não existem dois brasis. Somos um único país, um único povo, uma grande nação.”

Somos todos brasileiros e brasileiras, e compartilhamos uma mesma virtude: nós não desistimos nunca.

Ainda que nos arranquem todas as flores, uma por uma, pétala por pétala, nós sabemos que é sempre tempo de replantio, e que a primavera há de chegar. E a primavera chegou.

Hoje, a alegria toma posse do Brasil, de braços dados com a esperança.

Minhas queridas amigas e meus amigos.

Recentemente, reli o discurso da minha primeira posse na Presidência, em 2003. E o que li tornou ainda mais evidente o quanto o Brasil andou para trás.

Naquele 1º de janeiro de 2003, aqui nesta mesma praça, eu e meu querido vice José Alencar assumimos o compromisso de recuperar a dignidade e a autoestima do povo brasileiro – e recuperamos. De investir para melhorar as condições de vida de quem mais necessita – e investimos. De cuidar com muito carinho da saúde e da educação – e cuidamos.

Mas o principal compromisso que assumimos em 2003 foi o de lutar contra a desigualdade e a extrema pobreza, e garantir a cada pessoa deste país o direito de tomar café da manhã, almoçar e jantar todo santo dia – e nós cumprimos esse compromisso: acabamos com a fome e a miséria, e reduzimos fortemente a desigualdade.

Infelizmente hoje, 20 anos depois, voltamos a um passado que julgávamos enterrado. Muito do que fizemos foi desfeito de forma irresponsável e criminoso.

A desigualdade e a extrema pobreza voltaram a crescer. A fome está de volta – e não por força do destino, não por obra da natureza, nem por vontade divina.

A volta da fome é um crime, o mais grave de todos, cometido contra o povo brasileiro.

A fome é filha da desigualdade, que é mãe dos grandes males que atrasam o desenvolvimento do Brasil. A desigualdade apequena este nosso país de dimensões continentais, ao dividi-lo em partes que não se reconhecem.

De um lado, uma pequena parcela da população que tudo tem. Do outro lado, uma multidão a quem tudo falta, e uma classe média que vem empobrecendo ano após ano.

Juntos, somos fortes. Divididos, seremos sempre o país do futuro que nunca chega, e que vive em dívida permanente com o seu povo.

Se queremos construir hoje o nosso futuro, se queremos viver num país plenamente desenvolvido para todos e todas, não pode haver lugar para tanta desigualdade.

O Brasil é grande, mas a real grandeza de um país reside na felicidade de seu povo. E ninguém é feliz de fato em meio a tanta desigualdade.

Minhas amigas e meus amigos,

Quando digo “governar”, eu quero dizer “cuidar”. Mais do que governar, vou cuidar com

muito carinho deste país e do povo brasileiro.

Nestes últimos anos, o Brasil voltou a ser um dos países mais desiguais do mundo. Há muito tempo não víamos tamanho abandono e desalento nas ruas.

Mães garimpando lixo, em busca do alimento para seus filhos.

Famílias inteiras dormindo ao relento, enfrentando o frio, a chuva e o medo.

Crianças vendendo bala ou pedindo esmola, quando deveriam estar na escola, vivendo plenamente a infância a que têm direito.

Trabalhadoras e trabalhadores desempregados exibindo, nos semáforos, cartazes de papelão com a frase que nos envergonha a todos: “Por favor, me ajuda”.

Fila na porta dos açougues, em busca de ossos para aliviar a fome. E, ao mesmo tempo, filas de espera para a compra de automóveis importados e jatinhos particulares.

Tamanho abismo social é um obstáculo à construção de uma sociedade verdadeiramente justa e democrática, e de uma economia próspera e moderna.

Por isso, eu e meu vice Geraldo Alckmin assumimos hoje, diante de vocês e de todo o povo brasileiro, o compromisso de combater dia e noite todas as formas de desigualdade.

Desigualdade de renda, de gênero e de raça. Desigualdade no mercado de trabalho, na representação política, nas carreiras do Estado. Desigualdade no acesso a saúde, educação e demais serviços públicos.

Desigualdade entre a criança que frequenta a melhor escola particular, e a criança que engraxa sapato na rodoviária, sem escola e sem futuro. Entre a criança feliz com o brinquedo que acabou de ganhar de presente, e a criança que chora de fome na noite de Natal.

Desigualdade entre quem joga comida fora, e quem só se alimenta das sobras.

É inadmissível que os 5% mais ricos deste país detenham a mesma fatia de renda que os demais 95%.

Que seis bilionários brasileiros tenham uma riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões mais pobres do país.

Que um trabalhador ou trabalhadora que ganha um salário mínimo mensal leve 19 anos para receber o equivalente ao que um super rico recebe em um único mês.

E não adianta subir o vidro do automóvel de luxo, para não ver nossos irmãos que se amontoam debaixo dos viadutos, carentes de tudo – a realidade salta aos olhos em cada esquina.

Minhas amigas e meus amigos.

É inaceitável que continuemos a conviver com o preconceito, a discriminação e o racismo. Somos um povo de muitas cores, e todas devem ter os mesmos direitos e oportunidades.

Ninguém será cidadão ou cidadã de segunda classe, ninguém terá mais ou menos amparo do Estado, ninguém será obrigado a enfrentar mais ou menos obstáculos apenas pela cor de sua pele.

Por isso estamos recriando o Ministério da Igualdade Racial, para enterrar a trágica herança do nosso passado escravista.

Os povos indígenas precisam ter suas terras demarcadas e livres das ameaças das atividades econômicas ilegais e predatórias. Precisam ter sua cultura preservada, sua dignidade respeitada e sua sustentabilidade garantida.

Eles não são obstáculos ao desenvolvimento – são guardiões de nossos rios e florestas, e parte fundamental da nossa grandeza enquanto nação. Por isso estamos criando o Ministério dos Povos

Indígenas, para combater 500 anos de desigualdade.

Não podemos continuar a conviver com a odiosa opressão imposta às mulheres, submetidas diariamente à violência nas ruas e dentro de suas próprias casas.

É inadmissível que continuem a receber salários inferiores ao dos homens, quando no exercício de uma mesma função. Elas precisam conquistar cada vez mais espaço nas instâncias decisórias deste país – na política, na economia, em todas as áreas estratégicas.

As mulheres devem ser o que elas quiserem ser, devem estar onde quiserem estar. Por isso, estamos trazendo de volta o Ministério das Mulheres.

Foi para combater a desigualdade e suas sequelas que nós vencemos a eleição. E esta será a grande marca do nosso governo.

Dessa luta fundamental surgirá um país transformado. Um país grande, próspero, forte e justo. Um país de todos, por todos e para todos. Um país generoso e solidário, que não deixará ninguém para trás.

Minhas queridas companheiras e meus queridos companheiros.

Reassumo o compromisso de cuidar de todos os brasileiros e brasileiras, sobretudo daqueles que mais necessitam. De acabar outra vez com a fome neste país. De tirar o pobre da fila do osso para colocá-lo novamente no Orçamento.

Temos um imenso legado, ainda vivo na memória de cada brasileiro e cada brasileira, beneficiário ou não das políticas públicas que fizeram uma revolução neste país.

Mas não nos interessa viver do passado. Por isso, longe de qualquer saudosismo, nosso legado será sempre o espelho do futuro que vamos construir para este país.

Em nossos governos, o Brasil conciliou crescimento econômico recorde com a maior inclusão social da história. E se tornou a sexta maior economia do mundo, ao mesmo tempo em que 36 milhões de brasileiras e brasileiros saíram da extrema pobreza.

Geramos mais de 20 milhões de empregos com carteira assinada e todos os direitos assegurados. Reajustamos o salário mínimo sempre acima de inflação.

Batemos recorde de investimentos em educação – da creche à universidade –, para fazer do Brasil um exportador também de inteligência e conhecimento, e não apenas de commodities e matéria-prima.

Nós mais que dobramos o número de estudantes no ensino superior, e abrimos as portas das universidades para a juventude pobre deste país. Jovens brancos, negros e indígenas, para quem o diploma universitário era um sonho inalcançável, tornaram-se doutores.

Combatemos um dos grandes focos de desigualdade – o acesso à saúde. Porque o direito à vida não pode ser refém da quantidade de dinheiro que se tem no banco.

Fizemos o Farmácia Popular, que forneceu medicamentos a quem mais precisava, e o Mais Médicos, que levou atendimento a cerca de 60 milhões de brasileiros e brasileiras, nas periferias das grandes cidades e nos pontos mais remotos do Brasil.

Criamos o Brasil Sorridente, para cuidar da saúde bucal de todos os brasileiros e brasileiras.

Fortalecemos o nosso Sistema Único de Saúde. E quero aproveitar para fazer um agradecimento especial aos profissionais do SUS, pela grandiosidade do trabalho durante a pandemia. Enfrentaram bravamente, ao mesmo tempo, um vírus letal e um governo irresponsável e desumano.

Nos nossos governos, investimos na agricultura familiar e nos pequenos e médios agricultores, responsáveis por 70% dos alimentos que chegam à nossa mesa. E fizemos isso sem descuidar do

agronegócio, que obteve investimentos e safras recordes, ano após ano.

Tomamos medidas concretas para conter as mudanças climáticas, e reduzimos o desmatamento da Amazônia em mais de 80%.

O Brasil consolidou-se como referência mundial no combate à desigualdade e à fome, e passou a ser internacionalmente respeitado, pela sua política externa ativa e altiva.

Fomos capazes de realizar tudo isso cuidando com total responsabilidade das finanças do país. Nunca fomos irresponsáveis com o dinheiro público.

Fizemos superávit fiscal todos os anos, eliminamos a dívida externa, acumulamos reservas de cerca de 370 bilhões de dólares e reduzimos a dívida interna a quase metade do que era anteriormente.

Nos nossos governos, nunca houve nem haverá ganância alguma. Sempre investimos, e voltaremos a investir, em nosso bem mais precioso: o povo brasileiro.

Infelizmente, muito do que construímos em 13 anos foi destruído em menos da metade desse tempo. Primeiro, pelo golpe de 2016 contra a presidenta Dilma. E na sequência, pelos quatro anos de um governo de destruição nacional cujo legado a História jamais perdoará:

700 mil brasileiros e brasileiras mortos pela Covid.

125 milhões sofrendo algum grau de insegurança alimentar, de moderada a muito grave.

33 milhões passando fome.

Estes são apenas alguns números. Que na verdade não são apenas números, estatísticas, indicadores – são pessoas. Homens, mulheres e crianças, vítimas de um desgoverno afinal derrotado pelo povo, no histórico 30 de outubro de 2022.

Os Grupos Técnicos do Gabinete de Transição, que por dois meses mergulharam nas entranhas do governo anterior, trouxeram a público a real dimensão da tragédia.

O que o povo brasileiro sofreu nestes últimos anos foi a lenta e progressiva construção de um genocídio.

Quero citar, a título de exemplo, um pequeno trecho das 100 páginas desse verdadeiro relatório do caos produzido pelo Gabinete de Transição. Diz o relatório:

“O Brasil bateu recordes de feminicídios, as políticas de igualdade racial sofreram severos retrocessos, produziu-se um desmonte das políticas de juventude, e os direitos indígenas nunca foram tão ultrajados na história recente do país.

Os livros didáticos que deverão ser usados no ano letivo de 2023 ainda não começaram a ser editados; faltam remédios no Farmácia Popular; não há estoques de vacinas para o enfrentamento das novas variantes da COVID-19.

Faltam recursos para a compra de merenda escolar; as universidades corriam o risco de não concluir o ano letivo; não existem recursos para a Defesa Civil e a prevenção de acidentes e desastres. Quem está pagando a conta deste apagão é o povo brasileiro.”

Meus amigos e minhas amigas.

Nesses últimos anos, vivemos, sem dúvida, um dos piores períodos da nossa história. Uma era de sombras, de incertezas e de muito sofrimento. Mas esse pesadelo chegou ao fim, pelo voto soberano, na eleição mais importante desde a redemocratização do país.

Uma eleição que demonstrou o compromisso do povo brasileiro com a democracia e suas instituições.

Essa extraordinária vitória da democracia nos obriga a olhar para a frente e a esquecer nossas diferenças, que são muito menores que aquilo que nos une para sempre: o amor pelo Brasil e a fé

inquebrantável em nosso povo.

Agora, é hora de reacendermos a chama da esperança, da solidariedade e do amor ao próximo.

Agora é hora de voltar a cuidar do Brasil e do povo brasileiro. Gerar empregos, reajustar o salário mínimo acima da inflação, baratear o preço dos alimentos.

Criar ainda mais vagas nas universidades, investir fortemente na saúde, na educação, na ciência e na cultura.

Retomar as obras de infraestrutura e do Minha Casa Minha Vida, abandonadas pelo descaso do governo que se foi.

É hora de trazer investimentos e reindustrializar o Brasil. Combater outra vez as mudanças climáticas e acabar de uma vez por todas com a devastação de nossos biomas, sobretudo a Amazônia.

Romper com o isolamento internacional e voltar a se relacionar com todos os países do mundo.

Não é hora para ressentimentos estéreis. Agora é hora de o Brasil olhar para a frente e voltar a sorrir.

Vamos virar essa página e escrever, em conjunto, um novo e decisivo capítulo da nossa história.

Nosso desafio comum é o da criação de um país justo, inclusivo, sustentável, criativo, democrático e soberano, para todos os brasileiros e brasileiras.

Fiz questão de dizer ao longo de toda a campanha: o **Brasil tem jeito**. E volto a dizer com toda convicção, mesmo diante do quadro de destruição revelado pelo Gabinete de Transição: o **Brasil tem jeito**. Depende de nós, de todos nós.

Em meus quatro anos de mandato, vamos trabalhar todos os dias para o Brasil vencer o atraso de mais de 350 anos de escravidão. Para recuperar o tempo e as oportunidades perdidas nesses últimos anos. Para reconquistar seu lugar de destaque no mundo. E para que cada brasileiro e cada brasileira tenha o direito de voltar a sonhar, e as oportunidades para realizar aquilo que sonha.

Precisamos, todos juntos, reconstruir e transformar o Brasil. Mas só reconstruiremos e transformaremos de fato este país se lutarmos com todas as forças contra tudo aquilo que o torna tão desigual.

Essa tarefa não pode ser de apenas um presidente ou mesmo de um governo. É urgente e necessária a formação de uma frente ampla contra a desigualdade, que envolva a sociedade como um todo: trabalhadores, empresários, artistas, intelectuais, governadores, prefeitos, deputados, senadores, sindicatos, movimentos sociais, associações de classe, servidores públicos, profissionais liberais, líderes religiosos, cidadãos e cidadãs comuns.

É tempo de união e reconstrução.

Por isso, faço este chamamento a todos os brasileiros e brasileiras que desejam um Brasil mais justo, solidário e democrático: juntem-se a nós num grande mutirão contra a desigualdade.

Quero terminar pedindo a cada um e a cada uma de vocês: que a alegria de hoje seja a matéria-prima da luta de amanhã e de todos os dias que virão. Que a esperança de hoje fermente o pão que há de ser repartido entre todos.

E que estejamos sempre prontos a reagir, em paz e em ordem, a quaisquer ataques de extremistas que queiram sabotar e destruir a nossa democracia.

Na luta pelo bem do Brasil, usaremos as armas que nossos adversários mais temem: a verdade, que se sobrepõe à mentira; a esperança, que venceu o medo; e o amor, que derrotou o ódio.

Viva o Brasil. E viva o povo brasileiro.

Fonte: Brasil, 2023.